




Sinais

Revista de
Ciências Sociais

Universidade Federal do Espírito Santo



Sinais 23/1 2019
ISSN: 1981-3988



Carta Editorial

Caros leitores,

É com satisfação que publicamos o primeiro volume da revista Sinais em 2019. Esta edição conta apenas com artigos livres. Em breve a Sinais publicará edições especiais voltadas para temáticas específicas, com editores de outras instituições de ensino e pesquisa brasileiras. Por hora, seguimos como uma interessante sequência de artigos e ensaios.

Gussi, Thé e Pereira abrem o número com artigo que discute o conceito de trajetória no desenho metodológico de pesquisa na área de políticas públicas. Rodrigues e Bueno. Na sequência, exploram a história social do futebol americano na cidade de Cuiabá. Lopes, no terceiro artigo desta edição, analisa o processo de modernização brasileiro por meio do estudo das políticas de energia elétrica ao longo do século XX. Gomes, da UFES, apresenta artigo teórico em ciência política que trabalha as dimensões analíticas da teoria do processo político. Abramov, por sua vez, avalia o regime de bem-estar social brasileiro criado nas últimas décadas, projeto este que, infelizmente, encontra-se sob forte ataque político nos últimos anos. Fechando a seção de artigos, Michelato e Araguão apresentam interessante análise sobre os conceitos de agricultura familiar e campesinato. Gonçalves abre a seção de ensaios com texto que versa sobre abordagens sociológicas contemporâneas e seus [des]concertos teóricos. Fechando esta edição, temos o ensaio de Cordeiro que trata de uma metodologia de pesquisa acessível para pesquisadores com deficiência visual, relatando a trajetória da primeira estudante de Pós-Graduação com deficiência da Universidade Federal do Maranhão.

Que todos e todas se divirtam com os artigos publicados. Os editores agradecem a contribuição das inúmeras pessoas – autores, pareceristas, estudantes -, sem os quais este volume não seria possível.

Marcelo Fetz
Márcia B. F. Rodrigues
Luciléia Colombo
Luciana Martins
18/12/2019



Experiências metodológicas de avaliação: usos da noção de trajetória em políticas públicas

Alcides Fernando Gussi¹

Raul da Fonseca Silva Thé²

Janainna Edwiges de Oliveira Pereira³

RESUMO

Discussão metodológica no sentido de expor as possibilidades e os usos da noção de trajetória na avaliação de políticas públicas. Sob uma perspectiva etnográfica, propomos que uma avaliação deva percorrer a trajetória de uma política. Inspirados na noção de trajetória, o debate parte da ideia de que uma política não tem um sentido único e está circunscrita a re-significações, seguindo distintos posicionamentos nos vários espaços que percorre, ou seja, construindo trajetórias mediante os deslocamentos propostos pela e à política. Apontamos as experiências de uma pesquisa avaliativa com uso desta metodologia, enquanto são exibidos os resultados alcançados acerca de programas de microcrédito (Crediamigo), economia solidária (PAPPS) e da instituição pública-microfinanceira, Banco do Nordeste. Com isso, pretendemos mostrar limites e possibilidades dos usos das trajetórias para aprofundamentos em avaliação de políticas públicas.

Palavras-Chave: Metodologia; Trajetória; Políticas Públicas; Avaliação.

Recebido em 12/09/2018

Aceito para publicação em 13/11/2019

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v1i23.21373>

Introdução

O presente trabalho resulta de uma construção empírico-metodológica

¹ Doutor em Educação, Mestre em Antropologia e Bacharel em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Associado da Universidade Federal do Ceará (UFC) junto ao curso de Gestão de Políticas Públicas e ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas.

² Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisador do Laboratório Conflitualidade e Violência (COVIO/UECE) e do Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas (NUMAPP/UFC). E-mail: raulsilvathe@gmail.com.

³ Mestra em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

desenvolvida ao longo dos últimos dez anos no contexto de uma pesquisa avaliativa acerca de programas de microcrédito (Crediamigo), economia solidária (Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários - PAPPS) e da instituição público-financeira que às concebeu, gesta, gerência e operacionaliza, o Banco do Nordeste.

Com objetivo de propor uma discussão sobre metodologias empregadas na avaliação de políticas públicas, pretendemos ensejar a apreciação sobre os usos da noção de trajetória. Esta oportunidade se pronuncia para a realização de aprofundamentos no que concerne à ideia de avaliação de políticas públicas, movimento ao qual nos dedicamos.

Para tanto, o trabalho está dividido em três partes, em que: primeiro, nos debruçamos sobre o escopo teórico-metodológico referente à noção de trajetória e à perspectiva etnográfica; em seguida apresentamos o método em movimento, ou seja, os usos empíricos de aplicação da metodologia na pesquisa avaliativa realizada; e, por último, nos focamos nas possibilidades metodológicas e avaliativas da noção de trajetória.

Perspectiva Teórico-Metodológica

Como escopo inicial, tomamos a formulação de Rodrigues (2008) sobre avaliação em profundidade, que orienta, paradigmaticamente, a nossa perspectiva avaliativa. A autora privilegia a abordagem interpretativa, especialmente pelo esforço de tratar dados de diferentes tipos levantados no contexto do campo da política em avaliação, como, por exemplo: entrevistas em profundidade aliadas à observação, análise de conteúdo de material institucional e apreensão e compreensão dos sentidos e significados atribuídos no decorrer do processo descrito pela política ou programa. Portanto, alia-se a uma perspectiva teórico-metodológica que considera tanto a avaliação quanto a política ou programa de forma multidimensional em uma leitura extensiva, detalhada e densa.

Sobre a praticidade deste esforço, a autora ainda apresenta a perspectiva etnográfica, sob o horizonte disciplinar da antropologia, como expertise metodológica privilegiada para análise e avaliação de políticas públicas. Dessa forma, as discussões e divergências antropológicas acerca dos marcos, abrangência e usos da etnografia devem ser observados como forma de refletir sobre conceitos, técnicas e paradigmas tanto no campo antropológico quanto no campo da avaliação.

Na busca de construir marcos de uma “descrição densa” (GEERTZ, 1978) de políticas, programas e projetos, a avaliação em profundidade de Rodrigues (2008) aponta para quatro dimensões consideradas essenciais para uma avaliação, a saber: a análise de conteúdo, o contexto da formulação, a extensão temporal e territorial e a construção de trajetórias institucionais.

Diante deste propósito metodológico, os desenvolvimentos e usos de cada uma das quatro dimensões se fazem não só interessantes, mas primordiais para os encaminhamentos do campo compreensivo em avaliação de políticas públicas. Neste intento, Gussi (2008), especificamente, passa a tratar a noção de trajetória como aporte fundamental para aprofundar a perspectiva avaliativa. Tal noção, que tem como base a sociologia reflexiva de Bourdieu (1989), encontra no devir – no contexto da pesquisa de campo – e a partir das representações dos sujeitos envolvidos na política, o campo compreensivo para o desenvolvimento e problematização da pesquisa avaliativa.

A proposta de Gussi (2008) se pauta em realizar um estudo sobre a dimensão da trajetória coletiva-institucional das políticas e programas. Entendendo-as como submetidas a incessantes transformações advindas de forças e intencionalidades internas e externas, além de compreender que os resultados das políticas, programas e projetos estão circunscritos pelos os aspectos culturais das instituições que operam com a política.

A construção das trajetórias, aqui apresentadas, toma as noções de trajetória elaboradas por Bourdieu (1996) e Kofes (1994; 2001) como estratégicas. A proposta bourdieusiana (1996, p. 81) busca compreender a trajetória como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”. De modo, que o autor não busca interpretar a vida como um conjunto coerente e orientado, que se desenrola seguindo uma ordem lógica, mas sim como algo que se desloca no espaço social e não está vinculada apenas a um sujeito, mas a sujeitos sociais (ou não a uma instituição, mas às instituições). Sob outro prisma, consideramos também a noção de trajetória de Kofes (2001, p. 27), que a entende como “o processo de configuração de uma experiência social singular”.

Assim, consideramos tanto os distintos posicionamentos dos sujeitos (e da instituição) no contexto social e histórico, como as interpretações destes acerca de tais posicionamentos, construindo suas trajetórias a partir de suas próprias representações. Assim, as narrativas individuais nos abrem cortinas para observação do processo revelado no contexto social, já que a história de

vida, como recorda Becker (1994), pode reposicionar o sentido da noção de processo mesmo diante da superexploração desta.

As trajetórias são entendidas, aqui, portanto, como instrumento metodológico estratégico para compreensão da processualidade e para construção do diálogo entre as temporalidades, discursos e compreensão histórica coletiva e social com a vivência singular e individual. Nesse sentido, por meio das narrativas e relatos de vida é possível formular a compreensão do contexto social em que os sujeitos se inserem, assim como de suas representações mediante as evocações realizadas.

Similarmente ao que propõe Bourdieu (1991), Kofes (2001) e Becker (1994) para pensar a trajetória de uma vida, como um processo, a proposta metodológica aqui apresentada transpõe a noção de trajetória para considerar uma política pública ou um programa. A ideia é a de que a política/programa não tem um sentido único e estão circunscritas a re-significações, segundo seus distintos posicionamentos nos vários espaços institucionais (ou fora deles) que percorre, ou seja, de acordo com seus deslocamentos na instituição ou na comunidade destinatária desta política ou programa.

Nesse sentido, compreendemos que uma avaliação em profundidade de uma política, programa ou projeto atribui-se de conhecer os diferentes atores institucionais e destinatários desta. Além disso, faz-se importante o processo de imersão no campo, no sentido etnográfico, a fim de construir uma “descrição densa”. Desse modo, metodologicamente, nossa proposta está na concepção e na direção de apontar que uma avaliação se comprometa (sociológica e etnograficamente) em (re)construir as trajetórias das políticas, compreendendo seus diversos sentidos.

Essas trajetórias circunscrevem os resultados das políticas, portanto, constituem dimensões fundamentais para aprofundamentos da avaliação de políticas públicas. A seguir, apresentamos experiências avaliativas em que utilizamos, metodologicamente, a noção de trajetória aqui exposta.

Trajelórias do Crediamigo

Na busca por construir a trajetória do programa de microcrédito do Banco do Nordeste, o Crediamigo, foram empreendidas as disposições das trajetórias de dois agentes importantes para a efetivação do programa: I) a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que operacionaliza o programa, o Instituto Nordeste Cidadania (INEC); e II) os

clientes do programa. Além de observar as representações dos sujeitos institucionais, seja do INEC, seja do Banco do Nordeste, acerca deste programa, apresentamos os corolários destas trajetórias de forma resumida e combinada.

Como fruto deste diálogo entre os resultados da construção das trajetórias acima citadas, vinculadas ao Crediamigo, se apresenta um quadro com um programa impactante na renda dos clientes, ampliador do crédito nas classes mais baixas, assim como galvanizador da ampliação e mudança do perfil laboral e de renda.

Apesar desse quadro, a condição de vida desses clientes permaneceu estável, se alterando a condição de consumo das famílias envolvidas, não havendo mudança significativa em outros aspectos da vida, tais como escolaridade, capacitação profissional, moradia, saúde e lazer. A apreensão dessas necessidades surge nos clientes no momento em que se afirma a cidadania a partir da inclusão pelo consumo, mas de outro lado busca-se apontar para o aprofundamento da política, por meio, de capacitação para o trabalho, qualidade de informação e conhecimento para as atividades e a melhoria das condições de vida em geral, para além do consumo.

Os resultados da pesquisa inferem, dessa forma, a ideia de desenvolvimento, dentro da qual o Crediamigo está inscrito no Banco do Nordeste. Qual seja: o Crediamigo orienta-se, primeiramente, para o aspecto econômico, com foco no aumento da renda e do consumo dos clientes, implicando em um desenvolvimento vinculado a inclusão laboral, ao consumo individual e no efeito indireto no próprio mercado.

De outro lado, as representações dos sujeitos institucionais acerca do microcrédito, do Crediamigo e do próprio Banco se apresentam a partir de interpretações que variam: em consonância e vigentes ou em conflito dentro da instituição. Particularmente, nessas interpretações, é possível referenciar a importância da ideia de desenvolvimento, no entendimento de que a instituição é uma instituição de fomento.

Nesse caminho, os sujeitos advogam o Crediamigo como a grande imagem do Banco, por ser o programa com mais clientes, mais reconhecido; em especial, por ter sido a base para o Programa Nacional de Microcrédito Crescer, se tornando, assim, a estratégia de desenvolvimento para um grande setor da economia nacional e regional, o setor informal. Tendo sido estratégico ao Governo Federal, o que dá ao Crediamigo a importância institucional para além de sua própria trajetória no Banco.

Outro ponto importante do Crediamigo e das microfinanças creditícias, dentro da ótica dos sujeitos institucionais no Banco do Nordeste, é o seu significado como inflexão para uma mudança institucional, composta por dois matizes. Um deles vinculado à entrada e a mudança de vida do cliente no programa, com um viés mercadológico de sucesso, envolvendo bancarização, aumento de renda e faturamento, e crescimento. O segundo, entende a mudança como progressão nos perfis de clientes, em que pese o crescimento do empreendimento, tendendo a passar de Crediamigo Comunidade, para Crediamigo Giro Solidário e desse para o Crediamigo Individual, até que o faturamento do empreendimento supere R\$60.000/ano e o cliente esteja apto a subir na pirâmide dos programas do Banco para Micro e Pequena Empresa (MPE).

Na verdade, este segundo matiz apresenta-se de forma geral entre os programas do Banco do Nordeste, na visão institucional, como forma de angariar clientes em uma faixa de renda e promover seu crescimento de faturamento e, portanto, de renda. A bancarização ou o oferecimento de serviços bancários – que antes os clientes ativos não poderiam obter – promovem um processo de desenvolvimento econômico dentro de uma lógica de mercado, enquanto que o desenvolvimento social é posto em segundo plano. Isso porque, o segundo é entendido como decorrência do primeiro – o que a pesquisa com os clientes, realizadas no âmbito desta avaliação, não ratifica.

Ou seja, para as interpretações dos sujeitos institucionais, a bancarização é o primeiro passo do cliente para a sua entrada no mercado e para o progressivo crescimento e desenvolvimento do ponto de vista do mercado, em que mesmo a lógica solidária, como será visto a seguir, contida no PAPPS, é instrumentalizada para a lógica de mercado.

Quanto aos clientes, suas narrativas relataram como entraram para o Crediamigo, as mudanças que ocorreram em suas vidas após sua inserção no Programa e o que eles veem de positivo e negativo. Dessa forma, os clientes expressaram o que eles acreditam que o Crediamigo lhes oferece, não somente para o seu próprio trabalho, mas para os clientes em geral, além de indicarem o que poderia melhorar.

Tais aspectos se mostram importantes, pois por meio deles os clientes manifestaram suas representações, visões e perspectivas sobre o Programa, em relação às suas próprias histórias de vida. Possibilitando, a partir do escopo metodológico exposto, refletir tanto sobre o impacto deste como sobre seus limites e possibilidades.

As narrativas elucidam a oportunidade que o programa de microcrédito oferece a seus clientes, a de conseguirem um empréstimo com baixas taxas de juros, algo que os bancos não lhes possibilitam, facilitando para que possam montar um negócio próprio e dar continuidade a ele. O que aponta para a obtenção de uma fonte de renda que se revela como alternativa para aqueles que não estão inseridos no mercado formal de trabalho.

Por outro lado, por meio de algumas críticas referidas a determinados pontos do Programa, ou até mesmo do silêncio gerado após perguntas sobre os aspectos negativos deste, percebemos que os clientes consideram que o Crediamigo tem limites e que não satisfaz completamente suas necessidades.

Trajetórias do PAPPS

O PAPPS, nos seus próprios termos, foi definido como uma estratégia diferenciada e autossustentável do Banco do Nordeste para beneficiar diretamente as comunidades rurais e urbanas. Em uma busca por ajudá-las a emanciparem-se social e economicamente, mediante a solidariedade que deve existir entre seus membros. Tendo-a como um dos pontos principais, é interessante que a concepção de Fundos Rotativos Solidários (FRS), ao fornecerem financiamento, consideram a possibilidade de que o dinheiro aplicado nas atividades produzidas possa render efeito e ser devolvido a fim de beneficiar outros participantes. (BNB, 2016).

Entre os projetos apoiados pelo PAPPS, destaca-se a destinação de recursos para a formação do FRS da Rede Bodega, no ano de 2008. Integrante da Rede, a Associação das Mulheres em Ação (AMA/Budeg'AMA), recebeu parte desses recursos, para ser utilizada na criação do FRS destinado a produção e comercialização, cujos impactos foram objeto de nossa pesquisa avaliativa e tomado como estudo de caso do PAPPS. Para tal investigação, foram observadas as representações dos sujeitos institucionais gestores do Programa e a construção da trajetória de vida de mulheres participantes da AMA. Com base nos sujeitos desse programa, apresentaremos os resultados obtidos através das trajetórias construídas.

No intuito de conhecer a opinião das associadas sobre modificações ocorridas em suas vidas e na AMA/Budeg'AMA, a partir do recebimento dos recursos do PAPPS, procurou-se analisar a compreensão de cada uma delas acerca desse aporte e o que ele representa. Desta forma, analisamos as visões

das associadas a partir das seguintes dimensões: social, econômica, política e ambiental.

Na dimensão social, elucidou-se através das narrativas das associadas, que os impactos se acentuam nas relações entre elas, que sendo baseadas na solidariedade, motivam a inclusão e o crescimento coletivo. Outro ponto importante é que, se antes viviam exclusivamente para a família, com a adesão à AMA puderam se sentir úteis e galgar um novo patamar de vida e de respeito na própria família, a partir de uma renda extra, gerada pelo trabalho realizado. Do ponto de vista pessoal, a emancipação foi um dos maiores ganhos. Do profissional, o fato de ter uma ocupação garantiu mais respeito perante a família, que antes negava seu apoio. O recurso promoveu maior sociabilidade e fortaleceu os laços solidários entre as associadas, possibilitando, além disso, motivar para a ocupação de um espaço físico destinado à sede da AMA, embora ainda que alugado. Também ficou claro, nos resultados obtidos, que as associadas encontram no trabalho coletivo motivações para levar adiante o projeto pessoal de autonomia, em que os conceitos de produção e decisão na gestão se realizam de forma participativa e se sobrepõem à competitividade do mercado capitalista.

Na dimensão econômica, os pressupostos do FRS visam proporcionar a geração de renda, mediante fortalecimento dos elos da cadeia: produção, beneficiamento e comercialização dos produtos. As associadas consideram o aporte do PAPPS positivo, pois, alicerçado nele, foi possível a formação do FRS para aquisição de insumos para produção. Porém, há dúvida e preocupação com relação à dependência criada ao fundo. Além disso, concordam que é necessário um retorno financeiro maior, e deve ser buscado. Desta forma, embora tenha possibilitado a criação do FRS e a compra de insumos para a produção, o recurso não garante a tão sonhada autonomia econômica, já que a renda obtida com a comercialização dos produtos é menor do que as despesas mensais da associação.

Na dimensão política, os pressupostos do FRS pressupõem a existência de semelhantes interesses, bem como a partilha solidária de bens e resultados, incluindo a autogestão, em que deve haver comprometimento e participação. Assim, sobre a organização, a forma de divisão dos ganhos e a gestão da associação há um reconhecimento de que a AMA amplia a participação, envolvendo todas as associadas nas decisões a serem tomadas, fortalecendo a autogestão; e há uma consciência coletiva para o exercício da transparência na apuração das sobras, capaz de fazer com que os ganhos sejam repartidos de

forma equânime. O recurso contribuiu para o desenvolvimento das práticas democráticas de autogestão e para a criação de uma maior consciência política e cidadã.

No que concerne à dimensão ambiental, nos FRS's procura-se despertar a conscientização do uso dos recursos naturais, na produção e no consumo, de modo a respeitar o meio ambiente e garanti-los para as próximas gerações. As participantes foram unânimes em garantir que há o respeito e a consciência no ato da produção e que procuram utilizar material reciclável, principalmente na confecção do artesanato. O recurso vem contribuindo para a formação de uma consciência ambiental, porém os resultados são menos relevantes.

Em síntese, percebe-se que os objetivos atingidos são muito mais nas dimensões social, política e ambiental, do que propriamente na dimensão econômica.

No que concerne às representações dos sujeitos institucionais, foram aplicadas entrevistas em profundidade com três representantes do Banco (um superintendente, um gerente de ambiente e um gestor de projetos) que trabalham diretamente com o PAPPS.

Com relação à dimensão social, atuando de forma indireta ou direta, os representantes reconhecem a importância da solidariedade para o fortalecimento das relações entre cooperados e associados. Admitem que há mudança social e que o PAPPS desempenha papel fundamental nesse processo. Na dimensão econômica, observam que o aporte causa impacto por trazer benefícios econômicos e sociais, assim como contribui, de forma muito acentuada, para o desenvolvimento local. Sobre a avaliação que fazem dos recursos hoje destinados pelo Banco do Nordeste ao PAPPS, um representante acredita serem satisfatórios os resultados e que os recursos são bem aplicados, enquanto outro entende que o aporte não é tão grande, e que isso deve despertar nas pessoas beneficiadas uma vontade de buscar recursos de outros programas do Banco, a exemplo do microcrédito. Em relação à dimensão política, nos depoimentos dos representantes coloca-se em destaque a cooperação e a cidadania que afloram a partir do FRS, sendo um dos grandes benefícios o fato da reunião e maior discussão sobre rumos. Na dimensão ambiental, percebe-se que nas obrigações inseridas para obtenção do PAPPS, é necessário que o projeto apresente suas pretensões em relação à prática produtiva e que seja demonstrado esse cuidado com as questões que se relacionam ao cunho ambiental.

Como resultado da avaliação, se, do ponto de vista econômico, os

resultados da pesquisa demonstram que os recursos do PAPPS aplicados na AMA não garantem a continuidade do empreendimento para que se mantenha autossustentável ao longo do tempo, pode-se considerar que o PAPPS causou, e continua a causar, impactos nas demais dimensões. Nota-se que o impulso fornecido ao empreendimento a partir da formação do FRS, aumentou a autoestima das associadas, o fortalecimento dos laços afetivos, o aumento da autonomia, o crescimento pessoal e aumentou a noção de cidadania, voltada para a consciência dos direitos, sendo fortalecida a vertente política e social da AMA mais que a econômica.

Resta saber em que medida isso pode fragilizar os empreendimentos e colocar em risco a economia solidária, pois a ideia de desenvolvimento proposta pelo PAPPS, atrelada somente a impactos mais visíveis nas dimensões social, política e ambiental, pode estar comprometida se não houver o fortalecimento da gestão dos FRS's, incluindo aí um maior volume de recursos.

Trajetórias institucionais do Banco do Nordeste

No processo de coleta das representações dos sujeitos institucionais do Banco do Nordeste sobre os programas apresentados anteriormente mostrou-se a necessidade de construir a trajetória da própria instituição do Banco, como forma de compreender que lugar de fala os programas ocupavam e como funcionários de níveis hierárquicos e áreas diferentes expressavam o conhecimento acerca dos programas e da instituição.

Neste ensejo, podemos ver, por meio das trajetórias pessoais dos funcionários os seus percursos na instituição que, ao mesmo tempo, constroem as trajetórias institucionais do Banco.

Exemplarmente, na trajetória de uma das funcionárias, pode-se observar como ocorreu, desde a década de 1990 até hoje, uma sobreposição entre a sua trajetória individual e a do Banco. Em que pese que o Banco fora especializado em crédito de longo prazo, em especial para a área rural, e durante a década de 1990 a instituição passou por um processo de afirmação e de institucionalização de um modelo de downscaling, resultando exatamente nos programas examinados anteriormente. A trajetória de uma das funcionárias pesquisadas se modificou na mesma medida em que a do Banco, incorporando o processo pelo qual passou o Banco. Uma vez que ela trabalhou com o grande crédito rural – este com aportes financeiros elevados para um número estrito de clientes – e, durante os anos de 1990, viu na experiência de microcrédito do Banco, nos

primeiros anos de operacionalização do Crediamigo, uma forma de mudar o seu foco dentro da instituição. Transferiu-se, então, para o Setor de Gestão de Desenvolvimento, que elabora os programas de microcrédito do Banco do Nordeste (Crediamigo e Agroamigo) e, hoje, atua como gerente de microfinanças em uma agência no interior do estado do Ceará. Se o Banco se encaminhou por uma redução de escala (downscaling) na ideia de contratação de crédito, a trajetória construída pela funcionária percorreu o mesmo caminho, relacionando-se, hoje, fundamentalmente, com a gerência da operacionalização do microcrédito e não mais com as formulações de diretrizes ou mesmo com o crédito de longo prazo. (TEIXEIRA, 2008)

Por conta deste modelo afirmado de downscaling, as trajetórias apresentaram a forma com que o Banco escalona os programas. Assim, a ideia de desenvolvimento que está exposta vem antes a engendrar um “evolucionismo social”, pela constituído de etapas a serem alcançadas, ativado pela propositiva formulação schumpeteriana (SCHUMPETER, 1997) do “empreendedorismo” do que, resultar, a maneira de Celso Furtado (1997; 2007), em uma autonomia dos sujeitos impactados e da região Nordeste.

A relação entre desenvolvimento e crédito também é presente. Os sentidos e significados relacionados a esses dois conceitos medulares ao funcionamento do Banco são apresentados sobre prismas entre o social e o econômico. Ainda que alguns defendam um desenvolvimento como crescimento econômico em que o crédito é uma peça social, outros ventilam a ideia de que seja necessário pensar o desenvolvimento a partir da concepção social e para isso o crédito seria aditivo econômico fundamental.

Tais aspectos da trajetória do Banco do Nordeste exibem as leituras, conflitos, relações e passagens internas de uma instituição mista, entre o mercadológico e o estatal, de interesse público. De um lado o foco mercadológico relaciona o desempenho econômico da região Nordeste e os seus próprios lucros com uma ideia apregoada de desenvolvimento. Enquanto de outro lado o discurso de emancipação e autonomia estão colocados tanto aos partícipes dos programas quanto pelos funcionários como horizonte de entendimento do desenvolvimento.

À guisa da conclusão: os usos da noção de trajetória e a avaliação de políticas públicas

Retomemos a noção de trajetória nas possibilidades metodológicas de

usos na avaliação de políticas públicas a partir das experiências descritas.

As trajetórias dos programas avaliados permitiram verificar como os diferentes significados dos programas transitam na esfera do Banco e entre os clientes dos Programas, imersos em seus lugares institucionais. E, ainda, como esses significados circunscrevem os resultados e os impactos dos Programas, associados à ideia de crédito e desenvolvimento.

Essas considerações finais somente foram possíveis de alcançar na medida em que noção de trajetória permite a construção de uma avaliação como um processo multidimensional, que envolve os vários sujeitos das políticas públicas. Entendida, dessa forma, como uma avaliação interpretativa que se distancia dos modelos técnico-formais tradicionais de avaliação, de cunho gerencial. (GUSSI, 2014).

Essa perspectiva teórico-metodológica que propomos permite a construção de indicadores de avaliação em diálogo direto e em profundidade com os sujeitos e instituições avaliadas. Assim, a noção de trajetória pode ser base para um processo de relativização dos resultados e impactos das mesmas políticas públicas. Propiciando um olhar mais global, plural e “grande angular” ou multiangular sobre a atuação tanto das políticas públicas quanto de seus formuladores.

Referências

- ALMEIDA, G. F. B. **Avaliação dos impactos do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) na Experiência de Economia Solidária da AMA/Budeg AMA**. 2012. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- BANCO DO NORDESTE. **Institucional**. Disponível em: www.bnb.gov.br. Acesso em: 6 set. 2018.
- BECKER, H. A história de vida e o mosaico científico. In: _____. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BOURDIEU, P. Introdução à sociologia reflexiva. In: _____. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. A ilusão biográfica. In: _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- FURTADO, C. **Obra autobiográfica de Celso Furtado. Tomo II**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GUSSI, A. F. Apontamentos teórico-metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **AVAL – Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, n.1, p. 29-37, jan-jun, 2008.

_____. Avaliação de políticas públicas sob uma perspectiva antropológica. In: VALENTE, H. A.D.; PRADOS, R. M. N.; SCHMIDT, C. (Orgs.). **A música como negócio: políticas públicas e direitos do autor**. São Paulo: Letras e Voz, 2014. p. 19 - 29.

GUSSI, A. F.; SANTOS FILHO, C. S.; ALMEIDA, G. F. A experiência de fomento a fundos rotativos solidários no Nordeste: o caso da Rede Bodega. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. IPEA, ano 17, p. 77 – 86, fev. 2012.

GUSSI, A. F.; [ALMEIDA, G. F. B.](#); THÉ, R. F. S. Avaliação de Programas de Desenvolvimento do Banco do Nordeste: Estudo sobre o Crediamigo e o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários - PAPPS. In: ARCOVERDE, Ana Cristina Brito (Org.). **Dimensões, Interfaces e Práticas de Avaliação de Políticas Públicas**. Recife: UFPE, 2014.

KOFES, S. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Pagu**, Campinas, n.3, p. 117 – 141, 1994.

_____. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas: Mercados de letras, 2001.

RODRIGUES, L. C. Proposta para uma avaliação em profundidade de políticas sociais. **AVAL – Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, n.1, p. 7-15, jan-jun, 2008.

SILVA, R. J. F. **Avaliação dos impactos do programa Crediamigo em população de baixa renda de Fortaleza**. 2010. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

TEIXEIRA, Marcelo Azevedo. **Microcrédito: condicionantes para saída da condição de pobreza: estudo aplicado ao programa Crediamigo do BNB**. Dissertação (Mestrado em economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia – CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2008.

THÉ, R. F. S.; PEREIRA, J. E. O. Interpretando narrativas sobre microcrédito: histórias de vida de clientes do Crediamigo em Fortaleza. **CAOS**. Revista Eletrônica de Ciências Sociais, João Pessoa, v. 21, p. 13-24, nov. 2012.

THÉ, R. F. S. Microcrédito, Dádiva e Narrativas: Esboços interpretativos sobre o Programa Crediamigo por meio de histórias de vida. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 26, n. 2, p. 402-414, mai/ago 2013.

Methodological experiences of evaluation: uses of the notion of trajectory in public policies

ABSTRACT

Abstract: Methodological discussion in the sense of exposing the possibilities and the uses of the notion of trajectory in the evaluation of public policies. From an ethnographic perspective, we propose that an evaluation should go through the trajectory of a policy. Inspired by the notion of trajectory, the debate starts from the idea that a policy does not have a single meaning and is limited to re-

significations, following different positions in the various spaces that it traverses, that is, constructing trajectories through the proposed displacements by and to politics. We point out the experiences of an evaluative research with the use of this methodology, while the results obtained are presented on microcredit programs (Crediamigo), solidary economy (PAPPS) and the public-microfinance institution, Banco do Nordeste. With this, we intend to show limits and possibilities of the uses of the trajectories for deepening in the evaluation of public policies.

Keywords: Methodology; Trajectory; Public Policy; Evaluation.



A construção de uma demanda esportiva: o surgimento do futebol americano em Cuiabá/MT

Francisco Xavier Freire Rodrigues¹

Igor Alexandre Silva Bueno²

RESUMO

O esporte moderno é um fenômeno social, econômico e político de grande relevância na sociedade contemporânea. Este artigo aborda, a partir da Sociologia Reflexiva bourdieusiana, a constituição da prática do futebol americano na cidade de Cuiabá/MT, por meio do time “Cuiabá Arsenal”. Buscamos compreender que condições sociais possibilitam o surgimento da oferta e demanda desse produto esportivo enquanto prática ou espetáculo. O trabalho baseia-se em uma metodológica qualitativa. Sugere-se que a pouca expressão do esporte local e a necessidade de uma diferenciação de posição social levaram ao surgimento de um grupo interessado em buscar um esporte que tivesse um potencial de distinção, havendo assim, uma homologia estrutural entre gostos esportivos e posição social ocupada pelos indivíduos. Conclui-se que o esporte, ou a escolha por uma determinada prática esportiva, está ligada aos aspectos sociais da classe social a qual o indivíduo pertence ou tem intenção de pertencer.

Palavras-Chave: Sociologia do esporte. Esporte. Futebol americano. Bourdieu. Cuiabá Brasil.

Recebido em 15/11/2018

Aceito para publicação em 13/11/2019

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v1i23.21925>

Introdução

O esporte, de modo geral, está atrelado a valores que estão vinculados à sociedade em que se insere, é uma prática que para ser entendida deve ser contextualizada no seu tempo e espaço. Essas atividades são um fenômeno essencialmente cultural, econômico, social e político. Têm significados distintos a depender do sentido que lhe são atribuídos em cada sociedade, pode remeter

¹ Doutor em Sociologia pela UFRGS. Professor da Universidade Federal de Mato Grosso, lotado no Departamento de Sociologia e Ciência Política. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMT. E-mail: fxsociologo@yahoo.com.br.

² Doutor em Sociologia pela UFPR. Pesquisador filiado ao GEPECS/CNPq/UFMT. E-mail: igoralexandre.silvabueno@gmail.com.

a competitividade, a busca constante pela excelência, bons resultados, esforço, ideologias. Ou seja, tem um sentido polissêmico (MARCHI JUNIOR, 2004). Isso perpassa às diferentes práticas físicas, cujas modalidades, sejam elas individuais ou coletivas, produzem novos modos de ser e estar no mundo.

O esporte deixa de ser um ator coadjuvante e vem adquirindo um espaço considerável nos meios de comunicação, nas políticas públicas, no divertimento e no consumo das pessoas, vão além de meras atividades físicas. Com o passar do tempo, as então práticas aristocráticas das public schools, da Inglaterra do século XIX, foram se transformando e sendo ressignificadas. Elas foram se multiplicando e, em alguns casos, se desdobrando em derivações das práticas esportivas tradicionais. (Marchi Junior, 2004). Foi a partir da década de 1960, com a proliferação das transmissões ao vivo de jogos e competições que o esporte se tornou cada vez mais proeminente no cotidiano das pessoas. Cidadãos mundo a fora passaram a consumir os esportes seja praticando ou, principalmente, assistindo os espetáculos oriundos deles. Assim, essas formas e usos das atividades esportivas acabam por refletir o espaço social as quais estão estruturadas e vinculadas. (BOURDIEU, 1983).

Soma-se a esse quadro, a crescente adesão popular aos novos e diferentes esportes, tanto na prática quanto no consumo, tem estimulado o desenvolvimento de pesquisas em âmbito acadêmico que vislumbram compreender o campo esportivo e sua relação com o social. Pensando dessa forma, o esporte torna-se elemento para compreender, interpretar e explicar cenários socioeconômicos e políticos.

Devido a sua abrangência e influência no meio social, o esporte apresenta-se como sendo um fenômeno em processo constante de transformação. Ele reflete as continuidades e rupturas que são características da sociedade contemporânea. Por isso, estudar as atividades esportivas é fundamental para o entendimento de um mundo em constante mudança e ressignificação.

Hoje, no Brasil, o tema é estudado em programas de pós-graduação de áreas como: Sociologia, Antropologia, Psicologia, Educação Física, História, entre outras. As produções acadêmicas – artigos, dissertações e teses – têm revelado pesquisas com múltiplos vieses que buscam compreender o fenômeno esportivo e suas várias facetas como os de Marchi Junior (2001), Rodrigues (2007), Marques (2007), Gastaldo (2009), Damo (2002), entre outros.

Seguindo com essa linha de raciocínio para os estudos sobre o esporte,

segundo Bourdieu (2004), a Sociologia tem por tarefa mostrar as estruturas mais arraigadas dos diversos mundos sociais que constituem o universo social, como também os mecanismos que tendem a assegurar a sua reprodução ou transformação. Assim, partindo dessa premissa, este capítulo propõe apresentar a análise da constituição da prática esportiva do futebol americano (FA) na cidade de Cuiabá/MT por meio do time “Cuiabá Arsenal” considerando um olhar sociológico bourdieusiano. Trata-se de uma incursão no processo de implementação e estruturação do futebol americano na capital do estado e seus impactos no cenário esportivo local.

As discussões e reflexões que serão brevemente suscitadas neste trabalho fazem parte de um conjunto maior de ideias e tessituras que foram desenvolvidas na pesquisa que deu origem a dissertação de mestrado: “O futebol americano em Cuiabá, Mato Grosso: a construção de uma demanda esportiva”, na qual Igor Bueno (2016) faz uma análise sociológica da trajetória do time “Cuiabá Arsenal” apontando que a possível não identificação com os esportes locais e a necessidade de uma diferenciação de posição social, levaram ao surgimento de um grupo interessado em buscar um esporte estrangeiro, o futebol americano, enquanto prática, produto e espetáculo a ser oferecido.

A metodologia utilizada aqui tem por base o perfil de pesquisa exploratória/descritiva, pois como define Antônio Carlos Gil (2008), este tipo de pesquisa tem o intuito de proporcionar maior familiaridade com o assunto ainda pouco conhecido e explorado. A utilização de tal metodologia se dá, pois, ao final de uma pesquisa exploratória, conhece-se mais sobre determinado assunto e torna-se apto a construir hipóteses a respeito do objeto estudado. (GIL, 2008). Foram também utilizadas entrevistas semiestruturadas com dirigente e jogadores da equipe esportiva pesquisa.

Para Triviños (1987), a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos inicialmente propostos dão frutos a novas hipóteses que surgem a partir das respostas fornecidas pelos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Nesse sentido, a entrevista semi-estruturada é uma ferramenta que favorece a descrição dos fenômenos sociais bem como a sua explicação e a compreensão. (TRIVIÑOS, 1987).

As entrevistas foram extraídas da dissertação de Bueno (2016). Os nomes dos entrevistados foram trocados pela letra (E) e o respectivo número correspondido a ordem de entrevistas. Todos os entrevistados assinaram os

termos de livre esclarecimento e autorizaram o uso das entrevistas concedidas.

Primeiramente apresentaremos um pouco da constituição histórica do futebol americano no Brasil e, posteriormente, no estado de Mato Grosso e na cidade de Cuiabá. Esse movimento tem como objetivo apresentar um desenho da constituição do subcampo esportivo futebol americano em Cuiabá. Bourdieu (1983) afirma que os espaços sociais assumem a forma específica de um campo ou subcampo. A caracterização do campo se dá através da definição do espaço social em que se encontram fixadas as posições, e os agentes sociais que se movimentam objetivando conquistas. Em outras palavras, o campo é definido como “o lócus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão”. (ORTIZ, 1994, p.19). Outra característica do campo é seu objeto de disputa e seus interesses específicos. Neste sentido, podemos determinar que a cena esportiva de Cuiabá se constitui como um campo e o futebol americano, modalidade em específico, parte integrante deste campo, sendo assim um subcampo do esporte cuiabano. Em seguida passaremos a apresentar uma análise de como ocorreu a constituição de uma demanda e oferta esportiva.

O Futebol Americano no Brasil

O futebol americano (FA) é uma modalidade esportiva criada nos Estados Unidos (EUA) no século XIX. Foi a partir desse período que o FA tornou-se mais popular através das partidas realizadas entre as equipes universitárias. Por volta do ano de 1867, foi realizada a primeira série de três jogos entre as equipes das Universidades de Harvard e de Yale. A rivalidade entre as instituições de ensino superior era a mola propulsora para jogos competitivos e acirrados. Um número elevado de espectadores acompanhou os jogos, tornando a modalidade popular entre os universitários da época. (KLEIN, 2011).

Em 1874, foram realizados alguns outros jogos entre equipes universitárias das universidades de Columbia, Princeton e McGill. O formato do jogo era muito semelhante ao que acontece hoje, porém com as regras do Rugby, haja vista que o esporte não tinha regras específicas para a sua prática, era uma adaptação para as circunstâncias locais. (DUARTE, 2004).

No ano de 1883, após sucessivas adaptações das regras do Rugby, Walter Camp, ex-jogador e treinador da Universidade de Yale (considerado o pai do Futebol Americano), alterou alguns regulamentos, o que formatou o modo de

jogar atual. (FUNK, 2008). Por fim, em 1922, foi criada a National Football League (NFL), maior entidade representativa do esporte.

O FA, desde então, tem se apresentado em ascensão no que tange a visibilidade e organização. Por meio da NFL e da midiaticização, o esporte ganhou reconhecimento mundial. Os jogos são transmitidos para aproximadamente 160 países, com fãs espalhados por continentes como: Europa, Ásia e América do Sul. (SOARES, 2004).

Com o processo de globalização e a grande propagação de informações pelo mundo, as trocas e interações culturais foram maximizadas e o esporte não poderia ficar fora desse processo. (ORTIZ, 1994). Foi a partir de então que a prática do esporte americano se difundiu pelo mundo.

Com o processo de mundialização esportiva, entendido por Ortiz (1994) como a lógica de disseminação cultural vinculada com a globalização da economia e dos aparatos tecnológicos, a prática e o consumo de diversos símbolos e signos foram ampliados em escala global, inclusive o esporte. É em meio a esse processo que o futebol americano chega ao Brasil, principalmente, através das mídias com a televisão e, posteriormente, pela internet nos anos de 1980 e 1990.

Nesse quadro globalizado não é de se estranhar que os Estados Unidos tenham protagonizado a disseminação esportiva. Isto porque nesse período as intensas trocas econômicas e culturais consolidaram, inequivocamente, um deslocamento da hegemonia mundial em direção estilo de vida estadunidense. (DIAS, 2000).

Convém esclarecer que a hegemonia dos capitais e empresas de origem norte-americana, sem dúvida, foi um fator-chave para o estreitamento da globalização, como também para a exportação para todo o planeta do cinema, da televisão, da culinária e dos esportes de um único país. “A mudança da oferta e dos gostos dos espectadores indicam que o controle econômico dos EUA se associa ao apogeu de certos traços estéticos que não são exclusivos deste país, mas que encontram nele um representante que foi difundida mundo a fora”. (CANCLINI, 2005, p. 49).

Um dos primeiros e poucos registros da história da modalidade em território brasileiro relata a prática do esporte nas áreas da praia de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, a partir de 1986. (FRONTELMO, 2006). O FA por aqui tinha formato adaptado para areia, o Beach football. Tinha como seus idealizadores Robert Segal e Thomas Brazil, dentre outros amigos, que ao ter

contato com o esporte norte-americano, consumiam e praticavam o esporte em um sentido exclusivamente lúdico que posteriormente foi se intensificando.

Nos anos de 1990, com o advento da televisão por assinatura, o esporte tornou-se um pouco mais conhecido entre os brasileiros. O esporte começou a ganhar alguma popularidade no Brasil graças às transmissões feitas pelo canal de televisão aberta da cidade de São Paulo/SP, TV Bandeirantes (Band), que transmite o Campeonato de Futebol Americano dos EUA entre os anos de 1994 a 1998. Os canais ESPN e BANDSPORTS (canais por assinatura) também transmitem os jogos da National Football League (NFL). (AFAB, 2013, apud SOARES, 2004).

Nesse curto período, a prática do esporte conquistou mais adeptos. A modalidade flag football³, iniciada em 2002, começou a ser implantada em São Paulo/SP como parte das aulas de educação física em algumas escolas. (SOARES, 2004). O formato flag se caracterizou como uma adaptação inicial para o desenvolvimento do esporte no Brasil. Isso facilitou a prática da modalidade. Este efeito de apropriação, para usarmos o termo de Pierre Bourdieu (1990), se mostrou determinante para a difusão do esporte para o resto do país.

Gradativamente, algumas equipes foram migrando do flag para o formato fullpad⁴. O primeiro jogo de futebol americano fullpad no país aconteceu no dia 25 de outubro de 2008, em Curitiba/PR, entre as equipes “Curitiba Brown Spiders” e o “Barigui Crocodiles”, hoje “Coritiba Crocodiles”. (FRANCO, 2017). Já o primeiro campeonato de futebol americano com o equipamento de segurança realizado no Brasil foi organizado por um grupo de times no ano de 2009. A competição foi batizada de Torneio Touchdown. (TOUCHDOWN, 2012).

Desde então, o número de times cresce, e em decorrência disso, no ano de 2013 foi fundada a primeira entidade de representação do esporte no Brasil – a Confederação Brasileira de Futebol Americano (CBFA) – em substituição à

³ O *Flag Football* é uma versão do futebol americano com contato limitado. As regras básicas do *flag* são similares as do jogo profissional (também conhecido como *tackle* ou *fullpads*), mas em vez de derrubar o jogador com a bola ao chão, o defensor deve retirar uma fita (*flag*) para parar a jogada. Os jogadores usam um cinto onde as duas *flags* estão presas por um velcro (<http://apfaonline.com.br/esporte/flag-football/> acesso em 17 de agosto de 2015).

⁴ Com todos os equipamentos necessários para jogo, capacete, camiseta, calção, protetores, luvas, *shoulders* e chuteira.

Associação Brasileira de Futebol Americano (AFAB), fundada no ano 2000. De acordo com a CBFA, a Federação Internacional de Futebol Americano (IFAF) reconhece a Confederação Brasileira como órgão máximo que representa o esporte no país. A CBFA é responsável por gerenciar os campeonatos nacionais de primeira e segunda divisão bem como dar suporte para a realização de campeonatos estaduais pelo Brasil. A entidade conta com federações filiadas que representam os estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Mato Grosso, de Pernambuco, do Amazonas e do Ceará e Distrito Federal. (BUENO, 2016).

O Futebol Americano em Cuiabá/MT

No estado de Mato Grosso, a prática do futebol americano surgiu no ano de 2002, quando um grupo de amigos se reunia no campo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) para “brincar” de FA. O idealizador do time foi o empresário Orlando Ferreira Junior que teve seu primeiro contato com o futebol americano pela TV. No ano de 2002, o fundador da equipe viaja aos EUA e lá estreita o contato com o esporte, assiste jogos e adquire uma bola oval. Ao retornar para Cuiabá, traz consigo uma bola e o desejo de reunir seus amigos, para quem sabe, formar um time. Por meio desse novo artefato, a bola, o interesse em praticar o esporte cresce, porém, ainda de forma despreziosa e pouco organizada.

Ao observar e ler as regras do *flag football*, o fundador do time percebeu que era possível praticar essa modalidade, devido à baixa necessidade de investimento financeiro e a facilidade de entendimento das regras. Vale ressaltar que, na época (anos 2000), os contatos eram escassos e difíceis para a compra do material importado para a prática do esporte. (BUENO, 2016).

No final do ano de 2002, ao fazer uma viagem para a região sudeste do Brasil, o idealizador do time teve a possibilidade de jogar e trocar experiências com praticantes de futebol americano na cidade de São Paulo/SP. Com esse encontro, Orlando volta para Cuiabá inspirado e determinado a praticar o esporte. Começa a chamar outras pessoas e a divulgar por meio da internet as atividades do grupo. Mais interessados no esporte surgem e a se juntam para praticar o FA.

O período de reuniões informais com amigos para “brincar” de futebol

americano se estendeu até 2005. Após esse tempo, o grupo, já bem maior, começa a pensar na possibilidade de participar de jogos amistosos contra outras equipes que se formavam pelo país. Após o contato e negociações, o time “Tubarões do Cerrado” de Brasília/DF aceitou a proposta. A partida foi marcada para julho de 2006. (Bueno, 2016). De acordo com os relatos de Orlando, o processo de constituição do time se deu, efetivamente, após marcar a partida com o time da capital federal.

E ai foi, em dois meses a gente colocou o time de pé, fazer uniforme, organizar a partida aqui (Cuiabá), preparar arbitragem, divulgação e tudo mais. Esse foi o nascimento da equipe, o nascimento foi 16 de julho de 2006 (informação verbal apud BUENO, 2016, p. 85)⁵.

A atitude de marcar uma partida com outro time é muito significativa. Como vemos, esse curto período de tempo foi importante, para que então, o grupo informal se organizasse e tomasse forma de um time com marca, cores e uniforme. Todo um conjunto de agentes foi mobilizado para que a primeira partida fosse realizada, como por exemplo, a imprensa local, empresários da cidade, amigos dos jogadores entre outros. Todos os meios e recursos disponíveis para a realização do evento foram buscados por aqueles que estavam envolvidos com o time.

Outra dúvida era dar um nome para aquele grupo de jogadores. Após muitas ideias a escolha foi feita. Segundo o fundador da equipe: “‘Cuiabá’ em homenagem a cidade e o ‘Arsenal’ visto o arsenal de guerra, prédio que sedia hoje a instituição Sesc Arsenal⁶, a construção tem uma fachada imponente e tem grande valor histórico e cultural para a cidade”. (informação verbal)⁷.

Ainda no ano de 2006, o “Cuiabá Arsenal” realiza jogos contra equipes nacionais e inicia a preocupação com treinos e condicionamento físico para competir. A partir de então, o time se organiza e se estrutura com um formato

⁵ Ibid, ENTREVISTADO 01.

⁶ Edifício foi construído com o destino de ser um estabelecimento militar para o conserto e fabricação de armas. Em 1989 o Sesc adquiriu o prédio do Arsenal, através de uma permuta com o exército. Após grandes reformas, que respeitaram o tombamento histórico e as necessidades técnicas de cada atividade cultural, o Arsenal de Guerra abre suas portas para os artistas e a população em agosto de 2001, como Centro de Atividades Sesc Arsenal.

⁷ ENTREVISTADO 01: Depoimento [ago. 2015]. Entrevistador: Igor Alexandre Silva Bueno. Cuiabá, 2015. 1 arquivo .mp3 (60:03 min). Entrevista concedida para dissertação de mestrado.

mais próximo de um clube esportivo. (BUENO, 2016).

Assim como as organizações comerciais, industriais e de outros segmentos de negócios, os clubes esportivos necessitam de uma estrutura formalizada que visa facilitar as atividades administrativas e esportivas da equipe. Brunoro e Afif (1997) afirmam que os clubes ligados ao esporte apresentam uma estrutura organizacional dividida basicamente em departamentos do tipo: departamento técnico, administrativo, recursos humanos, financeiro e de imprensa. E é este movimento que o Arsenal faz, cria uma série de assessorias com o objetivo de organizar o time administrativamente dentro e fora de campo.

Com o processo de esportivização, como aponta Pierre Bourdieu (2004), as estruturas dos esportes passaram por um movimento no qual o pensamento burocrático, a eficiência e a racionalidade são aspectos cobiçados e desejados por qualquer organização que visa alcançar objetivos.

A partir de 2009 o Arsenal adquire equipamentos de proteção, como, por exemplo, capacetes e *shoulder pads*, e registra a equipe em cartório como Associação Atlética Cuiabá Arsenal. Nesse mesmo ano, contrata jogadores norte-americanos a fim de melhorar tecnicamente a equipe, tornando-a mais competitiva. (RODRIGUES; COSTA, 2014). Em 2010, após as estruturações iniciais, o “Cuiabá Arsenal” passa a ter uma comissão de profissionais remunerados focada no melhoramento técnico. Com isso a equipe conquista títulos em competições nacionais e estaduais.

Já nesta fase o time apresenta uma configuração de transição do amadorismo total para o que podemos dizer um semiprofissionalismo. Segundo a definição de Bueno (2008, p. 33):

No estágio anterior, de semiprofissionalismo, os atletas contam com patrocínio e/ou provisionamento de bolsas ou outra forma de renda alternativa que lhe permitem iniciar e permanecerem em regime de dedicação compatível com o nível de rendimento esperado.

Temos no time a junção de vários enquadramentos ainda não muito bem definidos, o que dificulta uma tipificação exata do “Cuiabá Arsenal”. Seu registro em cartório, como relatado anteriormente, foi feito em 2009 como Associação Atlética Cuiabá Arsenal. Após essa fase, o time é campeão por duas

vezes do Campeonato Brasileiro da CBFA nos anos de 2010 e 2012. Além de ser de tricampeã do Pantanal Bowl, (2007, 2009 e 2014), tem também os títulos em competições regionais: [Conferência Centro-Oeste do Brasil Futebol Americano: 2017](#); Campeão Desafio Centro Oeste, 2015; Vice Campeão Conferência Centro Sul, 2016 [Conferência Central do Campeonato Brasileiro: 2012](#); [Conferência Norte da Liga Brasileira: 2010](#); [Divisão Oeste do Torneio Touchdown: 2009](#); Sorocaba Bowl: [2008](#) e [Torneio da Capital: 2008](#). (BUENO, 2016).

Em 2011, o Cuiabá Arsenal fez o primeiro amistoso internacional em solo brasileiro da história do futebol americano nacional. Na ocasião, o Los Felinos de Santiago, Chile – O terceiro melhor time da Liga Chilena de Futebol Americano (LCFA) – enfrentou o Arsenal na cidade de Cuiabá. A equipe mato-grossense vence a disputa. (BUENO, 2016).

Desde então, já se vão 11 anos de formação da equipe Cuiabá Arsenal. Como resultado desse empenho e organização a equipe é referência para o futebol americano nacional. Os seus feitos e sua história fazem do time presença constante nas redes sociais e nas emissoras locais de televisão, como também, nas principais competições do país. O seu capital esportivo e simbólico dentro do subcampo futebol americano, reafirma sua presença dentro do campo esportivo mato-grossense, o que é convertido em uma relação de proximidade e popularidade com público não conhecedor do esporte.

Por este rápido panorama histórico da constituição do Cuiabá Arsenal podemos perceber o início da formação de um subcampo do futebol americano em Cuiabá. Para entender a dinâmica e a lógica do campo esportivo, Bourdieu (2004) afirma que é necessário o reconhecimento da posição que determinada modalidade ocupa no espaço dos esportes. Nesse sentido, para melhor compreender como se efetivou uma oferta esportiva é necessário entender as condições do espaço social onde ela se desenvolveu. Portanto, e considerando a pergunta desenvolvida por Pierre Bourdieu em seu texto *Como é possível ser esportivo* (1983): “quais são as condições sociais de possibilidade de apropriação de diferentes produtos esportivos assim produzidos?” teremos o norte para a sessão seguinte.

O Cenário Esportivo Cuiabano e suas Condições

Segundo Pierre Bourdieu (2004), para que se tenha uma real

compreensão do fenômeno estudado e entender a estrutura em que se está inserido é necessário, em primeiro lugar, conhecer a história do objeto pesquisado, para dessa forma, entender a sua dinâmica dentro do campo ao qual pertence, tal como foi apresentado nas primeiras sessões deste artigo. Relatamos, até aqui, um pouco do surgimento do futebol americano em Cuiabá. Seguindo nessa esteira analítica, Bourdieu (1983) nos aponta que para compreender as transformações ou entradas de um esporte deve-se conhecer a estrutura social, ou seja, como ela se constituiu e os processos existentes dentro dela. Para o autor, o conjunto de práticas e consumos esportivos oferecidos aos agentes sociais são destinados a encontrar certa correspondência com a demanda social existente. (BOURDIEU, 1983).

Sendo assim, neste segundo momento, seguimos nossa análise no sentido de compreender como se configurou o cenário esportivo que possibilitou a entrada do futebol americano em Cuiabá.

Ao observar a cena esportiva do estado podemos destacar a presença de algumas figuras importantes, como o judoca David Moura, o nadador Felipe Lima, Ana Sátira da Canoagem e Clemilda Fernandes do Ciclismo de Estrada. Estes são atletas mato-grossenses de destaque nacional em esportes individuais que levam o nome do estado para competições.

Todavia, se focarmos nossa observação no que tange a esportes coletivos não é possível citar facilmente equipes que sejam representativas, especialmente se direcionarmos nosso foco para o esporte mais popular no Brasil, o futebol, temos um cenário pouco estimulante e atraente.

Outrora, nas décadas de 1980 e 1990, o antigo e demolido estádio Governador José Fragelli, popularmente chamado de Verdão, era frequentado por torcedores que lotavam os jogos. A cidade contava com cerca de 10 times de futebol que disputavam o Campeonato Mato-grossense. Mas, as tradicionais equipes de futebol da cidade – Mixto e Operário – estacionaram no passado, na época do futebol amador. E com isso, aos poucos, o público foi deixando de ir às partidas e o futebol cuiabano perdeu seu brilho e encanto. (TOFFANO; DE JESUS, 2013).

Em 2009, o futebol cuiabano teve a possibilidade de ser mais conhecido. A cidade de Cuiabá foi escolhida como uma das sedes para um dos maiores eventos esportivos do mundo, a Copa do Mundo de Futebol FIFA. Momento que poderia ser favorável em retirar a cidade dos mais de 30 anos sem times nas duas principais divisões nacionais. Vale ressaltar que os dois únicos clubes com

maior presença no cenário esportivo do estado eram o Cuiabá Esporte Clube, na Série C, e o Luverdense Esporte Clube, da cidade de Lucas do Rio Verde, na Série B. Tais equipes se esforçavam para conquistar títulos nacionais e ter aderência junto à população da cidade. Segundo dados do jornal Estadão⁸, ao todo, os estádios da capital mato-grossense receberam média de 805 pessoas por partida. Número muito abaixo do esperado para partidas de futebol.

Apesar da existência de tais times de tradição do futebol, o FA sinaliza ser um representante, ou possível forte candidato a popularidade do MT. O Arsenal trabalhou para conquistar espaço e manter sua visibilidade junto a possíveis torcedores. Isto pode ser notado de acordo com a fala do entrevistado 03 (E03) jogador do Cuiabá Arsenal ao afirmar que o time representa o estado como um todo no que se refere a esportes coletivos. Para E03:

Representa não só uma cidade, mas representa também um estado que carece de um time. Time de esporte coletivo que tem reconhecimento. A gente tem o David Moura⁹, que é esporte individual, mas de esporte coletivo a gente carece. O Luverdense começou a entrar no cenário, mas o planejamento deles para ganhar atenção no cenário nacional é só para 2019. Então por enquanto é a gente. A gente representa o estado inteiro. Quando puxa para o esporte coletivo é a gente o Cuiabá Arsenal. (Informação verbal)¹⁰.

Temos por meio da fala do jogador a projeção da representação que o time se propõe ter. Ou seja, dentro da equipe é construído o ideário junto aos jogadores de serem mais que membros de uma equipe como também ser um emissário da cidade e do estado. Outro ponto debatido refere-se aos ícones esportivos do MT. Brian Gusman, então técnico esportivo do time, declara a BBC Brasil: “Cuiabá Arsenal” tem maior expressividade entre outros esportes por ter maior “qualidade” quanto produto esportivo:

⁸ O Estado de S. Paulo é um jornal brasileiro publicado na cidade de São Paulo desde 1875. É um dos principais jornais de referência do Brasil.

⁹ Judoca Mato-grossense

¹⁰ ENTREVISTADO 03: Depoimento [fev. 2016]. Entrevistador: Igor Alexandre Silva Bueno. Cuiabá, 2016. Arquivo 0013. mp3 (04:39 min.). Entrevista concedida para dissertação de mestrado.

Se você pensar na serventia da Arena após a Copa e pensar nos ícones esportivos da cidade de Cuiabá, o Arsenal pula para o topo da lista, porque as pessoas sabem que além de um esporte que entrega um bom produto dentro de campo, os eventos são muito bem organizados.¹¹

O então técnico do Cuiabá Arsenal se refere à qualidade da organização dos eventos feitos pelo time. As atividades do Arsenal são organizadas e elaboradas de forma distinta ao futebol mato-grossense. Elas têm como modelo os eventos esportivos norte-americanos, por exemplo, o *Super Bowl*¹², que além do jogo oferece aos espectadores atividades interativas durante e depois das partidas, shows de abertura, de intervalo e apresentações de *cheerleaders*¹³. Vemos que a diretoria do “Arsenal” percebe que o esporte contemporâneo é regido por uma lógica de mercado, ou seja, um campo de desenvolvimento de “produtos esportivos” a serem consumidos. Neste caso, a fala de Brian evidencia a preocupação dos diretores do “Cuiabá Arsenal” em oferecer ao consumidor um conjunto de sensações relacionadas ao entretenimento.

E é em meio a esse cenário pouco promissor e atrativo para os esportes coletivos que o “Cuiabá Arsenal” surge como uma opção de lazer e representatividade para a população cuiabana. Os gestores do “Arsenal” percebem a lacuna esportiva existente, ou seja, a falta de equipes no esporte com representatividade e expressão. Foi essa abertura detectada pelos agentes envolvidos com a equipe do “Cuiabá Arsenal” que os fizeram traçar um plano almejando o destaque e a representatividade no campo esportivo do estado. Portanto, o objeto de disputa que dá sentido para as lutas concorrências desse campo se refere ao capital simbólico, ou seja, ser um representante esportivo do estado do Mato Grosso. (BUENO, 2016).

Amparado nos bons resultados obtidos em 2010 e 2012 como Campeão Brasileiro pela Confederação Brasileira de Futebol Americano (CBFA), a equipe iniciou o desenvolvimento de ações de marketing e propaganda, de modo a criar uma identificação por parte do público no primeiro momento, para que a

¹¹ Trecho retirado da matéria disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140609_cuiaba_futebol_americano_cc> acessado em 15 de fev. 2016.

¹² Super Bowl é um jogo final do campeonato da NFL (*National Football League*), a principal liga de futebol americano dos Estados Unidos, que decide o campeão da temporada.

¹³ As Cheerleaders são grupos formados em sua maioria por meninas que dançam e animam as torcidas de alguns esportes como o futebol americano e basquete.

equipe pudesse ter uma base de torcedores. De acordo com Bueno (2016), a média de público do Cuiabá Arsenal foi alavancada, principalmente, pela vinculação com a mídia local, jornais impressos e televisionados, possibilitando a construção de uma identificação e representação da região com a equipe.

Outras ações de gestão administrativa foram executadas, por exemplo, as ações publicitárias e sociais que contribuíram para atrair público às arquibancadas, fazendo o futebol americano mais conhecido e popularizado. Concomitante a esse processo de aproximação e identificação ao torcedor, iniciou-se as tratativas com parceiros e patrocinadores, tornando a imagem vitoriosa do “Cuiabá Arsenal” como uma possibilidade de investimento, capaz de movimentar uma significativa quantidade de recursos financeiros. Tal movimento pode ser percebido de forma mais explícita na fala do fundador (entrevistado 01) do Cuiabá Arsenal¹⁴. Segundo E01, o seu objetivo foi construir uma marca que tenha uma identidade própria com um público cativo.

Então a gente cria uma marca ou cria um público para que essa marca fale com esse público para que o patrocinador olhe e fale "poxa, eu posso falar com o público desses caras também do jeito que eles falam", aí o patrocinador viria a colar a marca dele complementando a nossa e vice e versa (informação verbal)¹⁵.

Para que isso ocorresse, foram necessárias algumas tentativas para tornar o Arsenal atraente para o público. O ex-presidente (E01) da equipe expõe a necessidade em casar bem a marca com a visibilidade:

(...) tem um trabalho de construção de uma marca aí por trás, não foi um trabalho aleatório. Estamos falando aí de 2010. No ano de 2006, não era nossa primeira marca. Já no ano de 2010, nós redesenhamos a marca replanejamos a estratégia de comunicação e tudo mais. E aí em 2010, nós tivemos esse cuidado exatamente para fazer essa identidade e esse apoio (informação verbal)¹⁶.

¹⁴ Fundador e primeiro presidente do Cuiabá Arsenal.

¹⁵ Entrevistado 01: Depoimento [ago. 2015]. Entrevistador: Igor Alexandre Silva Bueno. Cuiabá, 2015. 1 arquivo .mp3 (60:03 min.). Entrevista concedida para dissertação de mestrado.

¹⁶ Entrevistado 01: Depoimento [ago. 2015]. Entrevistador: Igor Alexandre Silva Bueno. Cuiabá, 2015. 1 arquivo .mp3 (60:03 min.). Entrevista concedida para dissertação de mestrado.

Por meio da fala de E01, fica evidente a preocupação em desenvolver uma marca expressiva que atraísse tanto o público, patrocinadores e apoiadores interessados na popularidade do “Arsenal”. Com uma organização administrativa e trabalho de marketing, o “Cuiabá Arsenal” melhora a sua identificação com o público alvo, incrementa a demanda e a oferta do seu produto esportivo. Percebe-se que não há mais somente a preocupação com os jogos e títulos, existe também um direcionamento para um pensamento empresarial, uma gestão de clube. Por ser um esporte amador e, principalmente, por ter um *habitus* social distintivo, as ações do “Cuiabá Arsenal” direcionam suas atividades a fim de tornar o esporte mais conhecido junto aos habitantes da cidade e do estado. Além disso, vemos tanto na fala de Brian como do fundador da equipe (E01) o tratamento mercantilizado feito pelo Arsenal. Fato que evidencia a um novo perfil do esporte contemporâneo. (BUENO, 2016).

Os resultados do planejamento implementado podem ser demonstrados pelo elevado número de pessoas que acompanharam os jogos de futebol americano. E enquanto o país estava voltado para o futebol, tanto no cenário regional quanto nacional, devido aos preparativos para Copa do Mundo FIFA 2014, um fato curioso chama a atenção: o futebol americano em Cuiabá apresentava crescimento significativo, com média de público e participação acima do futebol. Segundo notícia publicada no site Olhar Direto¹⁷, a média de público pagante do Campeonato Mato-Grossense de Futebol Americano foi 142% maior que a média do Campeonato de Futebol. Em torno de 10 mil pagantes acompanharam as seis partidas do estadual de futebol americano contra uma média de 446,1 pagantes por jogos do futebol. Como vemos, a pouca expressividade dos clubes de futebol e baixa presença de público nos estádios são fatores que contribuíram, em parte, para que o futebol americano tivesse mais espaço para entrar no campo esportivo cuiabano.

Com a conclusão da construção do estádio, surge a preocupação com o uso pós Copa do Mundo. Entre a população existia a expectativa de que o local não se tornasse um “elefante branco”. O futebol americano revelava-se como uma alternativa para o uso da Arena Pantanal, haja vista que, em menos de 10 anos de início da prática o esporte contava com cinco times pelo estado e com público crescente de espectadores.

¹⁷ Disponível em <<http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=media-de-publico-do-estadual-de-futebol-americano-e-142-maior-que-do-futebol-tradicional&id=399151>> acesso em março de 2016.

O zelo na gestão e organização das equipes de futebol americano, em especial a do Cuiabá Arsenal, fez com que a Secretaria Extraordinária da Copa (Secopa MT) sinalizasse o desejo de apostar no uso do Estádio Arena Pantanal pelo time. O plano de ação visava à realização de jogos de futebol americano na Arena. Em afirmação dada para a BBC Brasil, na matéria realizada no dia 10 de junho de 2014, a Secopa afirma que: “pretende abrir o espaço para jogos de campeonatos de futebol americano e tornar o estádio "uma referência" para o esporte no país¹⁸”.

Talvez o exemplo mais expressivo do resultado das ações e do planejamento da equipe tenha sido o evento na Arena Pantanal no dia 21 de novembro de 2015. Este foi o maior evento de futebol americano da história do esporte no Brasil. Cerca de 15 mil pessoas estavam presentes na Arena Pantanal e assistiram a final da Liga Centro-sul de Futebol americano. (BUENO, 2016). A proposta foi muito bem aceita por uma parcela significativa da população do estado de Mato Grosso, pois o evento, inicialmente, se propunha a levar para assistir a final disputada entre “Cuiabá Arsenal” e “Coritiba *Crocodiles*” dez mil torcedores, porém o resultado esperado foi muito além, graças ao empenho na divulgação e na articulação entre os agentes da mídia local e a receptividade do público. (BUENO, 2016).

Por meio das circunstâncias apresentadas acima, vemos que um conjunto de condições sociais possibilitaram que o futebol americano fosse incorporado à realidade esportiva do estado. Toda essa soma de fatores tornam o time um agente de peso dentro do campo, garantindo a existência e a presença do FA na cena esportiva da cidade.

Considerações Finais

Diante da conjuntura apresentada neste trabalho, percebemos que devido à falta de esportes coletivos que representasse Cuiabá e Mato Grosso, em âmbito nacional, uma parcela da população cuiabana se viu representada esportivamente pela equipe de futebol americano “Cuiabá Arsenal”, principalmente devido as suas conquistas e títulos. Com isso, o número de adeptos e espectadores cresceu juntamente com a visibilidade da do esporte e do time nas redes sociais, na imprensa e no cotidiano da população. (BUENO, 2016).

¹⁸ Disponível em <
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140609_cuiaba_futebol_americano_cc>
acesso em 20 de setembro de 2015.

Nesse sentido, de acordo com Bourdieu (2004), o universo das práticas esportivas se constitui com base em uma relação entre uma oferta historicamente produzida e uma procura inscrita nas disposições. Dito de outra forma, o conjunto de práticas esportivas ofertadas está destinado a encontrar certa demanda social, da mesma forma que a demanda social está destinada a encontrar certa oferta.

Sendo assim, pautado nas ideias do autor francês, encontramos no campo esportivo cuiabano a oferta materializada na prática ou no consumo esportivo do FA, e a demanda pode ser observada nas expectativas, nos interesses, nos valores que os praticantes e consumidores atribuem ao esporte. Assim, as transformações ocorridas nas práticas e consumos esportivos estão relacionadas com às transformações da oferta e da demanda daquele campo.

Pensando dessa forma, percebemos na figura do “Cuiabá Arsenal” a oferta de um consumo esportivo que encontra uma demanda, desejos e interesse inscritos na população, que pode ser entendido no desejo torcer por um time/esporte. Valendo-se da conjuntura do campo em que o “Cuiabá Arsenal” se inscreve e do produto que ele oferece, a equipe acaba se tornando um agente importante no campo. As ofertas oriundas do “Arsenal”, seus títulos, resultados e capitais obtidos em sua trajetória, como também, suas relações de interdependência estabelecida com a mídia, o seu marketing interno, o envolvimento com as empresas, patrocinadores, torcedores e jogadores formam uma estrutura relacional de agentes e disposições que ajudaram e proporcionaram a entrada dessa nova oferta esportiva na cidade de Cuiabá. (BUENO, 2016).

A forma e cuidado em recrutar e relacionar agentes, buscando otimizar a oferta e demanda esportiva que se apresentava, evidencia uma nova perspectiva do esporte contemporâneo: oferecer, além do jogo, um produto a ser consumido para potenciais espectadores/consumidores. (ROCHA, BASTOS, 2011).

Nesse sentido, o “Cuiabá Arsenal” percebe uma lacuna no cenário esportivo da capital mato-grossense, ou seja, a falta de equipes de futebol com representatividade e expressão. E, a partir dessa abertura detectada, os envolvidos com a equipe traçam um plano que almeja o destaque e a representatividade no campo esportivo do estado por meio da oferta de um novo produto. O que culmina no principal objeto de disputa interna do campo esportivo, representar o estado do MT em âmbito nacional.

Em adição, como aponta Norbert Elias (1993), a transformação interna de cada configuração social tem sempre relação funcional com a evolução do equilíbrio e da disputa de poder. Estas cadeias de transformações do tecido social se tornam mais diversificadas à medida que o grau de complexidade aumenta, antigas formações sociais são transformadas e substituídas por uma nova. Partindo dessa ideia, percebemos que o “Cuiabá Arsenal” é um agente

novo com poder que dinamiza e complexifica a cena esportiva. Isso quer dizer que, por meio de seus capitais esportivos, econômicos e simbólicos juntamente com uma nova forma de gestão administrativa, o time tem como resultado uma crescente disposição social para o novo esporte em oposição à tradição do futebol.

É possível supor que a nova forma de gestão e administração da equipe Arsenal, juntamente com os seus capitais, passam a funcionar como estruturas estruturantes que parecem desestabilizar a lógica interna do campo esportivo de outrora, pois, em graus diversos, perturba ou coloca em cheque a hegemonia do futebol como esporte unicamente preferido pela população da cidade de Cuiabá. A não representatividade e expressividade do futebol no estado foi condicionante importante para que o FA se desenvolvesse. (BUENO, 2016). Dentro de uma perspectiva bourdieusiana, é possível considerar essa lacuna como a “estrutura”, que condicionou a atuação “estruturante” dos envolvidos com o “Cuiabá Arsenal”.

Assim, nessa nova configuração, surgem ou são criadas novas disposições (*habitus*) sociais que condizem com o nível de apropriação do respectivo capital econômico, cultural, esportivo e social da classe a qual tem maior aderência. (Marchi Junior, 2001). Pensando partir dessa premissa, Bueno (2016) aponta que o futebol americano praticado na cidade de Cuiabá encontrou no campo esportivo um espaço que atende a uma demanda esportiva de uma parcela da população que se via carente de um esporte para consumir.

Há, juntamente com a nova modalidade, um contexto de reconfiguração do campo esportivo para a entrada das ofertas e das demandas do futebol americano ligadas às disposições incorporadas pela sociedade cuiabana. A nova modalidade adentra nesse espaço e se transforma em um produto que, com o passar do tempo, ganha um tratamento mercantilizado e espetacularizado, compatível com a expectativa dos agentes sociais daquela sociedade. (BOURDIEU, 2004).

Portanto, as origens da modalidade carregam consigo traços culturais que são também distintos. Nesse sentido, os jogos e práticas esportivos são uma representação simbólica de um dado arranjo social. As origens diferenciadas e a trajetória de cada esporte tendem a fazer com que cada um deles represente um conjunto de valores que também diferem entre si. Logo, a expressão final dessas representações vai apresentar de forma diferente aspectos culturais consideravelmente distintos. (DIAS, 2008).

Igualmente, o futebol americano carrega consigo uma série de elementos simbólicos ligados a sua origem estadunidense que, no Brasil, foi atribuído usos e formas características e próprias à “cultura brasileira”. Sua configuração como um símbolo de distinção de classe, reflete, ilustrativamente, um *habitus* social e disposições para gostos.

Em síntese, a compreensão da forma pela qual o fenômeno esportivo do futebol americano foi se configurando em Cuiabá a partir do surgimento da equipe “Cuiabá Arsenal” ajuda-nos a perceber com mais clareza outras esferas de significação desse jogo social mais amplo.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero. 1983
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **O Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BRUNORO, José Carlos; AFIF, Antônio. **Futebol 100% profissional**. São Paulo: Gente, 1997.
- BUENO, Luciano. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 2008b. Tese de Doutorado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo. 200p.
- BUENO, Igor. Alexandre. Silva. **O futebol americano em Cuiabá Mato Grosso: a construção de uma demanda esportiva**. 2016. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.
- CANCLINI, Nestor. **Consumidores e cidadãos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2005.
- DIAS, Cleber Augusto Gonçalves. A mundialização e os esportes na natureza. **Conexões**: Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 6, n. 1, p. 54-66, jan/abr. 2008.
- DUARTE, Orlando. **História dos esportes**. 4. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2004.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. – v.2 – Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ESPN, **Futebol americano no Brasil tem seu maior público na história na Arena Pantanal**. disponível em <http://www.espn.com.br/noticia/559414_futebol-americano-no-brasil-tem-seu-maior-publico-na-historia-na-arena-pantanal> acesso em jun de 2018.
- FRONTELMO, Paulo Antônio Coelho Soares.; RIBEIRO, Carlos Henrique de Vasconcellos. Futebol Americano no Brasil. Estratégias e Limitações no país do Futebol. **Revista Digital efdeportes.com**, Buenos Aires - Año 11 - Nº 102 - Noviembre de 2006. Disponível em: <<http://efdeportes.com/efd102/futebol.htm>>. Acesso em: 26 de fev. 2018.
- FUNK, David. FSD. **History Flashback 1869**, November 6, 2008. Disponível em: <<http://bleacherreport.com/articles/78500-fsd-history-flashback-november-6-1869>>. Acesso em 20 de mai. 2018.

GARCIA, Rui Proença. **Antropologia do esporte**. Rio de Janeiro: Shape, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

[GLINKA](http://jornalcomunicacaoufpr.com.br/pratica-do-futebol-americano-vem-aumentando-no-brasil/), Fernanda. Prática do futebol americano vem aumentando no Brasil. **Jornal Comunicação**. Jornal Laboratório da Universidade Federal do Paraná, 14 de abril de 2017. Disponível em <<http://jornalcomunicacaoufpr.com.br/pratica-do-futebol-americano-vem-aumentando-no-brasil/>> acesso em 26 de fev. 2018.

MARCHI JR, Wanderley. “Sacando” o Voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970 – 2000). Campinas, 2001. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas.

MARCHI JUNIOR, Wanderley. **Sacando o Voleibol**. São Paulo: Hucitec, 2004.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

ROCHA, Claudio Miranda; BASTOS, Flávia da Cunha. Gestão do esporte: definindo a área. **Revista brasileira educação física e esporte**, São Paulo , v. 25, n. spe, p. 91-103, Dec. 2011 . Available from<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092011000500010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Mar. 2016.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire; COSTA, Neuza Cristina Gomes. O Futebol Americano em Mato Grosso: amadorismo ou profissionalismo?. **Coleção Pesquisa em Educação Física**. v. 13, p. 83-92, 2014.

TÓFFANO, Rodrigo; DE JESÚS, José Manoel Henriques. Copa 2014-diretrizes de sustentabilidade na concepção do projeto do novo verdão, a Arena Pantanal, em Cuiabá-MT. **Hábitat Sustentable**, v. 3, n. 2, p. 35-44, 2013.

TOUCHDOWN. Touchdown. Disponível: <<http://www.torneiotouchdown.com.br/touchdown>> Acesso em: 30 de jan. 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

The construction of a sportive demand: the development of the american football in Cuiabá/MT

ABSTRACT

Modern sport is a social, economic and political phenomenon of great relevance in contemporary society. This article discusses the constitution of the practice of American football in the city of Cuiabá / MT, using the "Cuiabá Arsenal" team, from the Reflexive Bourgeoisian Sociology. We seek to understand that social conditions allow the emergence of the supply and demand of this sport product as a practice or spectacle. The work is based on a qualitative methodology. It is suggested that the lack of expression of the local sport and the need for a social position differentiation led to the emergence of a group interested in pursuing a sport that had a potential of distinction, thus, a structural homology between sports tastes and social position occupied individuals. It is

concluded that the sport, or the choice for a certain sports practice, is linked to the social aspects of the social class to which the individual belongs or intends to belong.

Keywords: Sociology of sport, Sport, American football, Bourdieu, Cuiabá Brazil.



A política da eletricidade: uma leitura sobre a modernização do estado no Brasil

Jayme Karlos Reis Lopes¹

RESUMO

A construção do setor elétrico nacional foi acompanhada ao longo de sua história, pela busca por instrumentalização do Estado enquanto lugar apto a planejar e prover um sistema institucional, administrativo e fiscal. Ao mesmo tempo, a energia elétrica como produto que permeia vários aspectos da vida social se mostrou ativa no processo de materialização de novas estratégias econômicas e políticas ao redor do pressuposto deste processo de modernização. Conjuntura que aponta para a difusão da eletricidade como força motriz da industrialização brasileira e ao mesmo tempo, como um dos eixos centrais de um modelo de desenvolvimento econômico com forte presença estatal. Este artigo busca debater o lugar da energia elétrica na construção deste Brasil moderno entre a primeira república e a década de 1970.

Palavras-Chave: Eletricidade, Modernização, Desenvolvimento, Estado, Industrialização.

Recebido em 11/03/2019

Aceito para publicação em 13/11/2019

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v1i23.23822>

Introdução

Em seu artigo, *A revolução energética do século XXI (2007)*, o economista polonês Ignacy Sachs expõe a importância das revoluções energéticas para a história da produção e distribuição de excedente econômico. A eletricidade é segundo Sachs uma das formas de manifestação da modernidade, entendida no contexto das suas transformações sociais, políticas e econômicas.

No Brasil, no momento em que o Estado assumiu a tarefa de estimular o desenvolvimento econômico a oferta de energia elétrica ganhou status na

¹ Doutorando em Ciências Sociais na PUC-Rio. Mestre em Antropologia Social e Política pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) na sede acadêmica Argentina. E-mail: jayme.reis@gmail.com.

agenda política (PEREIRA, 2014). Para manter as taxas de crescimento econômico sobretudo nas décadas de 1960 e 1970 foi necessário uma dinâmica de expansão e implementação da infraestrutura de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica se confundindo ao longo deste período com as rupturas de regimes políticos, de modernização da sociedade e principalmente de consolidação de um Estado centralizado.

É significativo apontar que mesmo ao lado das iniciativas pioneiras dos capitais privados (SAES, 2008) em seus momentos iniciais, a formação da infraestrutura elétrica local contou desde o seu início com a participação estatal, representada pelas administrações municipais. Esta conjuntura de diversidade das realidades regionais, determinou a aplicação de distintas políticas energéticas que ajudaram a produzir disparidades no desenvolvimento social e econômico entre os entes federados.

Foram de Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná os primeiros planos estaduais de aproveitamento de eletricidade na década de 1950, inaugurando a prática da planificação no setor de energia elétrica no país². Apesar de constituírem propostas distintas compartilhavam importantes pontos em comuns: disciplinavam o espaço de atuação do Estado e dos capitais privados no setor de energia elétrica naqueles locais e concebiam alguma integração com planos de desenvolvimento econômico regionais.

O objetivo deste trabalho é apontar as particularidades desta relação entre o processo de construção do setor elétrico brasileiro e a modernização do Estado-nacional entre a primeira república e a década de 1970, assunção do papel da eletricidade como um dos principais protagonistas do arranjo político-institucional federal e o desenvolvimentismo estatal como norte da política econômica.

Para este propósito, este artigo abarca pesquisas documentais, bibliográficas e entrevistas em grande parte do Centro de Memória da Energia da Eletrobrás, além de outras referências teóricas sobre o tema, afim dar suporte a análise. Este trabalho se dividirá em quatro partes e uma breve conclusão.

A primeira parte abordará os marcos iniciais da chegada da eletricidade no Brasil a partir da Primeira República até 1929, momento em que se coloca como protagonista um movimento que concebe a construção do nacional e a

² Memória da eletricidade. A intervenção dos governos estaduais no setor de energia elétrica: os casos do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Paraná. Centro de memória da eletricidade. Rio de Janeiro, 2005.

afirmação da “brasilidade”, sem o abandono dos antagonismos econômicos e sociais do império.

A segunda parte se dedica a analisar o período entre 1930 e 1945, anos que protagonizaram os primeiros controles estatais sobre a produção de energia elétrica ao mesmo tempo que um momento de profundas transformações que levaram a mudança de regime político e um novo modelo econômico, além da afirmação da nação brasileira a partir do Estado.

Já a terceira parte busca observar o período entre 1946 e 1964, momento em que a energia elétrica se torna um dos eixos centrais do projeto econômico estatal, e que ganha maior volume de regulamentações específicas, além da criação de várias empresas estatais e o investimento na produção em larga escala. É também uma época de bruscas rupturas no sistema político, com um breve período democrático que vai de 1945 a 1964.

Por fim, a quarta parte buscará abordar o período entre 1964 e 1980 momento de expansão do setor produtivo estatal sobretudo na área de energia elétrica que adquire dinâmica própria, com a criação de empresas públicas, autarquias e novas legislações que vão tornar o setor um dos mais importantes da administração estatal.

Os antecedentes: o nacional e o introdução da energia elétrica no Brasil

A eletricidade passou a ser produzida no país nos anos finais do século XIX, no mesmo momento que também se iniciava sua produção na Europa e Estados Unidos, instalando-se em 1879 na estação D. Pedro II da Estrada de Ferro Central do Brasil seis lâmpadas incandescentes.

O início de seu uso em escala se deu na década seguinte, a partir da construção de dínamos acionados por máquinas a vapor no município de Campos, Estado da Guanabara em 1883. Já em 1887 é criada a usina hidrelétrica em Ribeirão dos Macacos, Nova Lima, Minas Gerais, para a utilização na mineração. Só em 1889 próximo a da proclamação da república, é que se inaugura a primeira usina hidrelétrica para fornecimento de energia como serviço de utilidade pública, construída em Juiz de Fora, no mesmo Estado.

A chegada da energia elétrica no Brasil é acompanhada por mudanças que atravessam os vários setores da vida social. Como apontam Lilian Schwarcz e Heloisa Starling muito além de ser um movimento causado por uma série de

crises econômicas e políticas, a república foi o resultado da *“ação de um grupo de oficiais – militares - social e intelectualmente antagônico à elite civil do Império, insatisfeito com a situação do país e com seu próprio status político”* (2017 p. 320).

Para Raymundo Faoro (1992), neste momento se mantinha a ordem social ainda sob a "ordem" de um império escravocrata que pormenoriza a reforma social para se modernizar. José Murilo de Carvalho vai mais longe, afirma que o formal - leis e instituições representativas - não eram serias, *“não havia caminhos de participação, a República não era para valer”* (1999 p.43). Esta República não veio com ruptura; por outro lado, a heterogeneidade dos membros do governo provisório mostrava a complexidade dos interesses que repousavam sobre novo sistema político, que levaram a mudanças mesmo que poucas, ao aparelho estatal como; a inauguração de um regime presidencialista, separação um pouco mais nítida entre os poderes e uma autonomia relativa do poder judiciário.

Foi também durante esta Primeira República, que a estrutura política do Brasil através da constituição de 1891, determinou boa parte do estatuto jurídico legal que iria reger o setor elétrico até o início do governo de Getúlio Vargas. Nesta constituição, o princípio chave para o desenvolvimento do setor foi o estabelecimento do direito a acessão, ou seja, o entendimento de que as jazidas minerais, quedas d'água e demais recursos hídricos eram acessórios a propriedade da terra. Abrindo-se assim espaço para negociação entre os proprietários de terra, o município e as empresas concessionárias.

A implementação da energia elétrica, acompanha o estabelecimento de um capitalismo monopolista, que expandia os frutos da segunda revolução industrial para países da periferia capitalista como o Brasil e forçava a dinamização da economia na afirmação de uma economia plenamente inserida no contexto mundial. Raymundo Faoro faz uma boa análise destas discussões do período, *“[...] de que dependia a industrialização, se perguntavam os modernizadores?”* responde Faoro ao citar falar de Rui Barbosa, *“ela depende, tão só, de um foco acelerador, difusor e propulsor do nosso desenvolvimento industrial”* (1992, p. 10).

É sem dúvida, um momento de gênese de um Brasil economicamente moderno; modernidade conduzida sobre uma sociedade dividida entre elites regionais transformadas pelo sucesso das exportações e profundas lacunas no crescimento econômico entre os Estados federados.

Sobre este tema, Eduardo Raposo em seu livro “1930 seis versões e uma revolução” (2006) apresenta reflexões pertinentes. Para ele, a lógica da conduta política entre os atores provenientes de regiões economicamente diferentes se baseou no princípio de manutenção do poder das oligarquias na medida que monopolizam uma fonte de prestígio político-social, no caso dos Estados de menor desenvolvimento econômico, disputavam-se cargos públicos.

Segundo o autor, a disparidade econômica existente entre regiões do país também se reflete nas constituições da Primeira República nas quais a distribuição da renda proveniente dos tributos de todo o país entre os níveis municipal, estadual e federal se concebia de forma bastante desigual. Caberiam 10% do valor total arrecadado aos municípios, os Estados recebiam 20%, ao passo que a União ficaria com 70%.

Esta divisão aumentava o poder do governo central em relação aos Estados com economias mais frágeis. Os federados com maior população e com maior poder econômico, como foi o caso da aliança naquele momento entre Minas Gerais e São Paulo, tinham sucesso em indicar seus presidentes e fazer valer suas políticas na esfera federal.

Neste caso, foi a elite cafeeira paulista a mais poderosa do período no Brasil, e a manifestação deste grande capital por sua vez, seria a partir do urbano. Estas elites estavam preocupadas em disparar o processo de modernização cujo objetivo era incorporar as inovações principalmente aquelas relativas aos padrões de consumo resultantes da Segunda Revolução Industrial. Para Alexandre Saes,

“indiferentemente das preocupações peculiares de cada região, as elites urbanas de maneira geral estavam preocupadas em defender políticas e programas macroeconômicos similares, que pudessem garantir a continua importação de bens de luxo, e principalmente, facilitar a introdução de tecnologias modernas no processo de urbanização” (SAES, 2008, p.10).

Tal conjuntura produz uma profunda difusão da energia elétrica nas décadas de 1910 e 1920, consolidando as vias industriais no Brasil do início do século XX. É com a uma melhora da tecnologia e das técnicas de transporte de energia, com maior capacidade para carga bem como, avanços para maiores distâncias que um terço das vilas e cidades brasileiras alcançaram a iluminação elétrica. No Estado de São Paulo, 137 dos 158 municípios contavam com

iluminação exclusivamente elétrica, 98 dos 112 em Minas Gerais, 26 dos 29 no Paraná e 39 dos 60 no Rio Grande do Sul³.

A eletricidade foi rapidamente convertida em uma forma de energia utilizável comercialmente, a partir de sua aplicação inicial no campo das comunicações, processos industriais da química, metalurgia, transportes e iluminação domiciliar, sendo que este último, representou uma demanda extremamente grande, que só poderia ser satisfeita a partir da constituição de um sistema de produção e distribuição centralizado.

Este intenso desenvolvimento do setor elétrico é marcado pela entrada de grandes grupos estrangeiros e a formação de grupos nacionais, processo que marcou a rápida substituição de antigas fontes de força motriz, pela eletricidade. Ao reduzir os custos de produção aumentando a eficiência, a energia elétrica começa a se transformar em um elemento estratégico.

Ao mesmo tempo, o que se apresenta também é um antagonismo constante expressado nas palavras de Raymundo Faoro como “*a linha do paradigma e o risco do país modernizável*” (FAORO, 1992 p. 04). A modernização brasileira se estabelece como ação voluntária dos dirigentes e das frações da elite que a dominam. É um movimento com muitas faces e visões que na verdade, não se propaga alheio à sociedade. Começa se distinguindo da elite dirigente tradicional, mas não altera a pirâmide social, nem os valores dominantes.

A modernização como Estado entre 1930 e 1946

Com o movimento que depõe o presidente Washington Luís em 1930, a industrialização e a modernização, que vinha ganhando espaço em detrimento as forças mais reacionárias desde a proclamação da República, aceleraram sua velocidade com a chegada ao poder de Getúlio Vargas.

A centralização e a fortificação do Estado, duas outras dimensões básicas deste momento, manifestam-se nitidamente através da criação de ministérios e legislações. Para além, a relação entre modernização e construção nacional, que se inicia no período anterior a Getúlio Vargas e se consolida com ele, tem consequências sociais profundas, principalmente como processo contínuo de afirmação do novo.

O ‘novo’ porta-voz da modernização, se coloca como espacialização

³Dados obtidos em Memória da eletricidade. *Energia elétrica em questão: debates no Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2001.

para além das fronteiras e dos limites político-administrativos de um Estado nacional, sendo a expansão do modo de produção capitalista entendida como algo necessário ao progresso social e a vida, considerando a pobreza, a fome e a segregação como resultado do atraso, ou como o avesso das sociedades modernizadas.

Justifica-se então a defesa de uma visão hegemônica de planejamento econômico como instrumento para o desenvolvimento do país, tendo como suporte doutrinário-ideológico a confluência entre o princípio corporativo de uma elite modernizadora e o pensamento autoritário. Esta perspectiva é segundo Eduardo Raposo (1997, p. 97) uma via possível de criação de um Estado monopolizador da *“legitimidade do processo de organização da sociedade”*.

A constituição de 1934 refletiu os esforços modernizadores sobretudo a partir dos princípios da racionalização da autoridade, da continuação do federalismo, no reforço do desenvolvimento das instituições políticas e na inclusão de novos setores sociais por meio de processo eleitoral (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 367).

Este cenário que também é reflexo da influência da Grande Depressão (1929-1933) cujo seus efeitos para Sônia Draibe (1985, p.22), se aliaram à uma crise já latente no sistema político influenciando uma economia baseada no complexo agroexportador, de modo que, o advento do Estado centralizado e autoritário consistiu em uma ruptura “pelo alto” também pela necessidade de superação da crise que se arrastava.

Além disso, Draibe leva em consideração que os industriais, como nascente força modernizadora, representaram já durante a Era Vargas uma frente política representativa, sendo que sua atuação é que teria respaldado a organização autoritária e tecnoburocrática progressivamente construída neste então.

O Estado que se colocava no caminho da hierarquização dos interesses sociais dentro do próprio aparelho estatal, através de conselhos, órgãos, instituições e ministérios, abrigando diferentes grupos de interesse e setores das mais variadas elites portadoras de diversos projetos de sociedade, sendo atravessado, portanto, diretamente por lutas e conflitos.

Mesmo que problemática por conta da forte resistência das elites tradicionais, as novas estratégias de ocupação do poder político que se deslocavam para o palco estatal, faria emergir novas demandas reordenando as

prioridades e diretrizes do conjunto econômico e social. O que para Raymundo Faoro (1992 p.07) se traduziu em um positivismo pombalista, principalmente em 1937 com o “Estado Novo”, quando o estamento militar, em articulação com estas novas elites, proclamou-se modernizador, reformador, com a ideia de progresso dentro da ordem.

Alinhada com estas mudanças destaca-se da mesma forma a evolução institucional, jurídica e o progresso técnico do setor elétrico. Tendo como ponto de partida as relações entre racionalidade legal e técnica, com as estratégias referentes as permissões para exploração dos recursos energéticos e uma intervenção da administração pública nos contratos dos serviços de eletricidade dos empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia estatais.

Assim em 1934, é promulgado o Código de Águas, no qual a energia potencial dos cursos d’água tornou-se um bem autônomo suscetível de apropriação. Se separa assim o potencial de energia elétrica do direito de propriedade às margens dos rios. A energia elétrica principalmente aquela obtida por fonte hidráulica se torna um novo bem público que só poderia ser explorado em conjunto ao Estado sob o auspício nacional.

Durante o período surgem as primeiras agências voltadas para a regulamentação da produção industrial de energia elétrica, o Serviço de Águas do Ministério da Agricultura em 1934 e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) organizado em 1939 e subordinado a presidência da república.⁴ Ganham dinamismo os produtores de materiais elétricos e o poder público, nas suas várias esferas de atuação, a partir da introdução de uma fonte energética internamente produzida e um núcleo de acumulação de capital relativamente autônomo da economia de exportação.

Também, novas e complexas teias de relações se criam tendo a presença do Estado como regulador, fortalecido depois da Constituição de 1934. Levando à formação de novos esquemas de aliança entre o setor público em geral municipalista e o setor privado, em sua maioria estrangeiro. Determinando sobretudo a passagem do sistema de pulverização com a existência de diversas empresas privadas, predominante na Primeira República para aos poucos da mesma forma que nos outros segmentos da administração pública, um sistema centralizado fundado na empresa estatal.

⁴ Entretanto, é importante apontar que no período entre 1930 e 1945, a potência instalada passou de 778.772 kW para 1.341.633kw, um aumento de 55,5%, enquanto a taxa de crescimento do consumo aumenta em 250%, sendo que, o crescimento da capacidade instalada se dá principalmente por iniciativas do grupo Light.

Por este princípio é criada a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (1945), primeira empresa pública federal do setor de energia elétrica destinada ao abastecimento. Momento que inaugura segundo Wilson Suzigan (1973), a superação da fase do “intervencionismo incidental” até 1930 e inicia-se a fase do “intervencionismo consciente” que vai de 1930 a 1945 liderado por Getúlio Vargas.

A modernização como processo e o Estado como desenvolvimento entre 1946 e 1964

O industrialismo e o desenvolvimentismo definitivamente entram para a estrutura estatal e para a pauta política do período 1946-1964. Pedro Cezar Dutra Fonseca (2015) em trabalho intitulado *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*⁵, analisa a retórica conceitual do desenvolvimento percorrendo autores como, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Ricardo Bielschowsky, Alice H. Amsden, Ha-Joon Chang, Peter Evans, Chalmers Johnson, José Medina Echavarría e Celso Furtado, apontando algumas das principais características em comum entre seus conceitos de desenvolvimento como,

“(a) burocracia ou grupo técnico recrutado por mérito para formular e/ou executar o projeto; (b) planejamento econômico; (c) redistribuição de renda; (d) reforma agrária; e (e) banco de desenvolvimento ou instituição de fomento” (FONSECA, 2015, p.21-22).

Desta maneira que as arenas decisórias do Estado a partir de 1950 se especializam e se elitizam progressivamente. Para Lourdes Sola (2000), neste momento começa a haver a figura do técnico como eixo da produção e legitimação de um sistema burocrático administrativo para o desenvolvimento. Sola antepõe a ação dos intelectuais e técnicos na vida política nacional, assim como a importância das suas ideias, ao considerar a autonomia das instituições, enfatizando as lutas de caráter paradigmático e ideológico.

Assim, a ascensão de uma elite política, estatal e sobretudo técnica ligada a modernização e pautada por um positivismo político, racionalidade administrativa e modernização econômica se apresenta como um projeto do momento. Alicerçado na expansão do modo de produção capitalista, ela se estabelece a partir destas duas dimensões: um de base técnica e infraestrutura e

⁵ Ipea. Brasília, 2015.

outro de caráter político e ideológico (PERISSINOTO, 2014).

Para Sonia Draibe (1985, p.85), durante o governo Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951) enquanto se baixavam as pretensões do processo de aceleração e modernização industrial, se atenuavam os impulsos para uma ação mais centralizada e coordenada do Estado na economia. Ainda para a autora, foram inauguradas novas configurações institucionais no período de governo Dutra, mas não uma ruptura na centralização e concentração do enquadramento técnico-administrativo do Estado, uma vez que o interesse de planejamento econômico dominante no aparelho estatal foi cristalizado.

O Plano Salte, como principal engajamento desenvolvimentista do governo Eurico Gaspar Dutra compõe uma imagem interessante para analisar o período. O Plano envolveu a perspectiva da racionalização e planejamento do desenvolvimento econômico do Brasil, que constituiu em programas coordenados e sistematizados de empreendimento e obras públicas. Sendo um dos principais avanços, o uso do ponto de vista técnico, estatístico e do planejamento como pilares.

É bom que se diga que a importância dada à energia elétrica neste momento se refere também, a perspectiva de uma escassez de eletricidade que se abate sobre o país ao longo da década de 1940, onde o aumento da oferta de energia elétrica foi cada vez mais incapaz diante da crescente demanda. Esta crise atingia em cheio São Paulo, centro industrial do país, desembocando em um racionamento que se acentuou no ano de 1950. Essa tendência de escassez de energia elétrica se propaga por todo o Brasil piorando entre 1953 e 1955.

Especificamente no setor de energia, o Plano Salte previa investimentos em eletricidade de 51% do total de recursos do setor. Neste momento, e até o Plano de Metas proposto pelo conseqüente presidente Juscelino Kubitschek, a entrada do Estado no setor de energia elétrica se limitava a distribuição de concessões ao setor privado.

Com a ascensão democrática de Getúlio Vargas em 1951, a energia ocupa papel de destaque nas principais linhas de planejamento do governo federal, que foram expressas em mensagem de Vargas ao congresso nacional em 1951:

“Para que a eletricidade seja um elemento de progresso e permita o desenvolvimento industrial não é meramente necessário que seja barata, é indispensável, que seja sobretudo abundante. A oferta de energia deve preceder e estimular a demanda. A falta de reserva de capacidade e

as crises elétricas são processos de asfixia econômica de consequências funestas. É indispensável, por isso, que o Poder público assuma a responsabilidade de construir sistemas elétricos, onde sua falta representa maiores deficiências.”⁶

Segundo Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo (1979, p.104), a partir de diagnóstico da Assessoria Econômica de segundo governo varguista (1951 a 1954) o presidente aponta para intervenção maciça no setor de energia como solução do impasse de abastecimento industrial, bem como, para o financiamento total do setor. Importante localizar este momento, como um período em que a maioria dos países tinham apelado para capitais públicos como forma de expandir esta indústria, tendo em vista os momentos pós-Segunda Guerra Mundial.

Para Araújo, só restava ao Estado brasileiro escolher entre duas ações: (1) ajudar as empresas privadas na captação de capital necessário, tendo ele, que mobilizar os recursos em favor das empresas, ou (2) investir diretamente nele criando as empresas públicas para realizar os projetos. A opção pelo investimento direto, coadunou com a política de criação de órgãos e empresas estatais voltadas para a execução de políticas públicas, que já estavam em curso.

A empresa pública neste momento, se consolida como instrumento de realização de um Estado capitalista no Brasil do ponto de vista econômico e político. Econômico como instrumento de uma indústria de base que caberia a liderança do processo de desenvolvimento e político, pois era base de assentamento das elites políticas, estatais, técnicas e burocráticas, fundamentais para a busca de consenso para a estabilidade de um projeto nacional.

Foram criados neste momento o Fundo Federal de Eletrificação – FFE que era abastecido pelo Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE) além disso, a política para o setor consistia na criação das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) e o Plano Nacional de Eletrificação, primeiro programa nacional para o setor. A importância da Eletrobrás fica registrada em fala de José Luiz Lima (1995 p.70):

“O planejamento do setor de energia elétrica seria consagrado pelas reformas institucionais e políticas

⁶Acessado em 17 de outubro de 2018. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/Getúlio_vargas/mensagens-ao-congresso/mensagem-apresentada-na-abertura-da-sessao-legislativa-1951

implementadas em meados da década de 1960. Esse instrumental, essa capacitação conquistada na primeira metade da década, haveria de informar todos os planos desenvolvidos mais tarde pelo governo federal no que diz respeito à infraestrutura energética, e que foram elaborados a partir da Eletrobrás.”

Outra instituição pública aparece em cena, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE). Gestor do Fundo Federal de Eletrificação (FFE) o Banco instrumentalizou o surgimento das mais significantes empresas estaduais de eletricidade entre elas, a Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG, em 1952. Mauro Thibau – diretor presidente da empresa de 1961 a 1964 -, analisa a contribuição da empresa:

“A singularidade da direção da Cemig resultou de uma conjunção rara de fatores que por vezes acontece (...) Assumiu o governo de Minas um homem com uma mentalidade diferente Juscelino Kubitschek. Como principal assessor e, especificamente, executor da parte mais importante da administração, de que dependeria, sem dúvida, o êxito da pretensão de se afirmar nacionalmente e chegar à presidência da República, foi designado Lucas Lopes. (...) E o Lucas, inteligente, mistura sabedoria política com conhecimento técnico profissional, além de detentor de uma bagagem de experiência que incluía duas passagens por secretarias de Estado.”⁷

A criação da empresa estadual havia sido discutida no Plano de eletrificação de Minas Gerais e previa o suprimento regionalizado de energia e progressivamente, a integração com as demais regiões do Estado, chegando a um sistema unificado. A CEMIG contava com a equipe básica os engenheiros Lucas Lopes, presidente da empresa entre 1952 e 1953, presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) entre 1956 a 1958, Ministro da Fazenda 1958 a 1959, John Cotrim, diretor da empresa entre 1952 e 1954 e primeiro presidente da Furnas Centrais Elétricas S. A. em 1957, Flávio Lira, Júlio Soares e Mário Bhering, presidente da CEMIG entre 1954 e 1955; 1966 e 1968; 1983 e 1984 e diretor Eletrobrás entre 1967 e 1975, e entre 1985 e 1990.

A ligação entre a política energética Mineira e o projeto nacional não se

⁷ Memória da Eletricidade. *Mauro Thibau: A trajetória de um ministro*, Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1997. p.120

coloca apenas na escolha dos nomes de engenheiros de Minas Gerais para formular a meta energética desenvolvimentista nacional nos governos e regimes dos anos 1960 a 1970, ou mesmo, como um mero favoritismo do presidente da República – Juscelino Kubitschek - ao seu Estado de origem.⁸ A trajetória de Minas Gerais influencia na construção de um setor de energia elétrica estatal sobretudo distinta como política de desenvolvimento capitalista tanto, pelos seus objetivos orientados para o desenvolvimento industrial quanto, pela dimensão das unidades geradoras planejadas e construídas, todas de grandes proporções.

A partir de 1956 a política econômica, já na presidência de Juscelino Kubitschek, procurou restabelecer condições para a implementação dos compromissos estatais desenvolvimentistas. O segredo de Juscelino, para conquistar a máxima simpatia dos grupos sociais que estariam envolvidos no projeto nacional, segundo Lilia Schwartz e Heloisa Starling, está no fato de conseguir transformar o Plano de Metas em um “*projeto de um Brasil possível*” (2015 p. 417).

Não seria estranho que na presidência de Juscelino Kubitschek, a lógica do planejamento energético ganhasse mais impulso, principalmente a partir do seu projeto desenvolvimentista batizando, ‘Plano de Metas’. A partir daí as metas estabelecidas para a indústria de base foram atingidas, bem como o proposto pelo Plano para as áreas de infraestrutura energética, a expansão da capacidade instalada significou alcance das metas do aumento de produção de energia, elevação da capacidade instalada em 1956 de 3.500.000kW para 5.000.000kW em 1960, e 9.000.000kW em 1965. Em fins de 1960 tinham sido instalados 4.770.000kW 87,6% do que previa o plano de metas, chegando nos anos 1970 a 11.000.000kW⁹.

Esta fase compreendeu a transição para um sistema elétrico estatal seja no plano federal ou estadual, reflexo da transformação da base produtiva da economia Brasileira e, mas principalmente pela gigantesca expansão do setor público.

Fruto deste processo foi criação de Furnas Centrais Elétricas S.A (Furnas) em 1957 responsável pela UHE Furnas e destinada ao atendimento do crescimento da demanda de energia elétrica das cidades industrializadas do

⁸ Ver mais em Memória da Eletricidade. A intervenção dos governos estaduais no setor de energia elétrica: os casos do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Paraná. Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro, 2005. p. 14.

⁹ Para comparação, a capacidade total do sistema elétrico em 2016 foi de 150.400.000kW.

Sudeste. E em 1962 a criação da Centrais Elétricas Brasileiras – S.A (Eletrobrás) como empresa pública, responsável pela concepção e realização de estudos e projetos e ainda pela operação das usinas produtoras, linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica nacional, além, de administrar o Fundo Federal de Eletrificação.

O aprofundamento da modernização como administração e empresa pública entre 1964 e 1980

O período entre o ano de 1964 a 1980, deu início a uma nova fase de autoritarismo político, além de ascensões e crises na área econômica. Nos primeiros tempos após o golpe de 1964 no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) se articulava a transformação de golpe em governo. Os alvos prioritários eram a ocupação de cargos na estrutura de planejamento governamental por parte dos atores participantes e apoiadores do golpe, civis e militares. Além disso, se buscava a definição de política econômica com o estabelecimento do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica.

“moldado através da colaboração ativa entre militares e setores civis interessados em implantar um projeto de modernização impulsionado pela industrialização e pelo crescimento econômico, e sustentado por um formato abertamente ditatorial. A interferência na estrutura do Estado foi profunda. Exigiu a configuração de um arcabouço jurídico, a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico, a montagem de um aparato de informação e repressão política, e a utilização da censura como ferramenta de desmobilização e supressão do dissenso” (SCHWARTZ e STARLING, 2015 p. 449).

Segundo Eduardo Raposo (2011) o novo regime utilizou o “*desempenho econômico como critério básico de legitimidade*” (p. 94), entrando em cena a ideia de eficiência empresarial, dando as instituições econômicas ascendência com relação as outras instituições públicas nacionais. No caminho dos novos instrumentos de política econômica se deu início ao Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), executado durante o período de 1964-1966. Esse plano tinha como principais objetivos acelerar o desenvolvimento econômico que incluía entre outras coisas, a expansão das empresas públicas.

Em 1964 o Estado buscava expandir suas intervenções na vida econômica e social, além de descentralizar as atividades do setor público. Para

isso, deu início a criação de órgãos da “administração indireta”¹⁰ o que implicou em uma maior autonomia e delegação de autoridade.

Como reflexo desta busca por autonomia, foi publicado o Decreto-Lei nº 200 de 1967, que marcou a implementação da uma segunda reforma administrativa do regime militar. Esse decreto, inseriu a descentralização na prestação de serviços públicos, levando às transferências de atividades que eram realizadas pela administração direta para as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. O surgimento desse decreto pode ser compreendido como o aprofundamento de um modelo de administração pública gerencial.

A partir governo do gen. Costa e Silva (1967 a 1969) é criado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que ficou responsável por apontar a necessidade de um crescimento ordenado, principalmente, na indústria de bens de produção e de bens de capital. A taxa de investimento atingiu, 18% em 1971 e 24% em 1978, sendo o setor público e sobretudo o setor de energia elétrica os maiores contribuidores.

Para setor elétrico, o marco inicial vem com a criação do Departamento Nacional de águas (DNAEE) encarregada da regulamentação dos serviços de energia elétrica. Com a extinção do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) em 1969, tornou-se responsável pela outorga de concessões de aproveitamento hidrelétricos e de prestação de serviços, atuando exclusivamente como órgão normativo e fiscalizador.

Este período também é marcado pela nacionalização da American & Foreign Power Company (Amforp) em 1964 e a sequente partilha de 10 subsidiárias da Amforp entre as empresas estaduais, em sua maioria estatais, de energia até o ano de 1968. O que também levou ao fortalecimento destas empresas, nas palavras de Mauro Thibau, “*ocorria o que John Cotrim denominou de ‘cemiguite’, ou seja, em face do êxito da Cemig, cada estado queria ter sua empresa de energia elétrica.*”¹¹

Em 1967, é criado o Sistema Nacional de Eletrificação, já apontando para a diretriz de centralização do setor, todas agrupadas em empresas sob o

¹⁰ Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. São entidades administrativas autônomas, criadas por lei específica, com patrimônio próprio e atribuições estatais específicas.

¹¹ Memória da Eletricidade. Mauro Thibau: *A trajetória de um ministro*. Centro de memória da Eletricidade no Brasil, 1997 p.173.

comando da holding, Eletrobrás.¹² Se definia cada vez mais, a disposição governamental de transformar as empresas estaduais em instituições com capacidade financeira e técnica para interligar as zonas econômicas locais.

Já década de 1970, década da assunção do gen. Ernesto Geisel a presidência 1974 a 1979 e da crise petróleo como nova condição de instabilidade, foi também, a fase com maior número de empreendimentos para o setor elétrico. Surge o projeto de Itaipu Binacional, com capital controlado, em partes iguais pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás) e pela estatal do Paraguai Administración Nacional de Electricidad (Andes).

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí também se coloca como grande projeto nacional. Seu planejamento foi elaborado dentro da Eletrobrás, através do Plano de Expansão para as Regiões Sul e Sudeste até 1990. Foi o primeiro plano a estudar de forma global dois sistemas elétricos interligados. Foram previstos também neste momento as usinas hidrelétricas de Itaparica, Sobradinho e Paulo Afonso IV na região nordeste e Itumbiara, Emborcação e Porto Primavera, na região sudeste, Salto Santiago, Foz da Areia e Ilha Grande na região sul, além de, três centrais nucleares em Angra dos Reis (RJ).

É criado a partir do Ministério das Minas e Energia (MME) o Comitê de distribuição da Região Sul-Sudeste (CODI) e do Comitê Coordenador de Operações do Norte/Nordeste (CCON), como consequência dos resultados alcançados pelas ações dos Grupos Coordenadores para Operações Interligadas (GCOI), que conduzem ao seu desdobramento além dos limites das regiões Sudeste e Sul, bem como a evolução deste modelo dentro das zonas de distribuição de energia¹³.

Já em 1979, se conclui o Plano de Atendimento aos Requisitos de Energia Elétrica, com previsão ao plano de 1995. Conhecido como plano 95, consolidou, pela primeira vez em termos nacionais, as dinâmicas mais relevantes dos projetos de construção e em estudo pelo setor. Assim, estas obras e projetos, integram totalmente Eletrosul, Furnas e Chesf ao sistema Eletrobrás, o que tornaria o setor elétrico uma das principais áreas de planejamento governamental e da administração pública brasileira.

¹² Empresa que detém a posse majoritária de ações de outras empresas, denominadas subsidiárias.

¹³ Para um amplo panorama do processo de construção do setor acessar Memória da eletricidade. *Caminhos da Modernização: cronologia da Energia Elétrica no Brasil (1879-2007)*. Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro, 2007.

Considerações Finais

Hoje, o setor elétrico brasileiro é formado por uma série de órgãos vinculados ao Ministério de Minas e Energia, e diretamente à Presidência da República. A importância institucional conferida hoje, foi fruto sobretudo dos vários caminhos trilhados pelo setor no processo de modernização brasileira, se misturando com a construção de um Estado centralizado a partir dos anos 1930 e sendo participante direto de múltiplos cenários da vida econômica e social.

Mesmo que todo este contexto também seja filho de uma conjuntura que não foge ao script da história do ciclo do capital do mundo ocidental, remetendo aos papéis desempenhados tanto pelo Estado quanto pelos mercados na regulação das ascensões e crises do capitalismo, a construção da modernidade brasileira e o papel da energia elétrica no fomento dos serviços públicos e industriais, estiveram especialmente ligadas a mecanismos de aquisição e/ou preservação do poder de vários grupos sejam eles econômicos ou políticos, tanto em um contexto local como em escala nacional.

Notadamente, os cenários que se colocam entre as décadas de 1950 e 1970 com a criação de instituições estatais foram peças chave no contexto de ascensão de uma política urbana em um Estado centralizado e cada vez mais complexo, torna uma possibilidade de modernização permanente e progressiva através de um planejamento econômico de médio e longo prazo, inserido na dinâmica da administração pública. Mesmo que isso não tenha significado uma ruptura efetiva nas estruturas da desigualdade regionais.

Referências

ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes. O setor de energia elétrica e a evolução recente do capitalismo no Brasil. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1979. Dissertação de mestrado. p. 104.

CARVALHO, José Murilo. Os Bestializados - O Rio de Janeiro e República que não foi. Companhia das Letras. 2003.

DRAIBE, Sônia M. Rumos e Metamorfoses. Paz e Terra: São Paulo, 1985.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. 2ª ed. Porto São Paulo, 1975.

_____. A questão nacional: a modernização. Estud. av. vol.6 no.14 São Paulo, 1992.

FONSECA, Pedro. Desenvolvimentismo: a construção do Conceito. Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro, IPEA. Brasília, 2014.

LANDES, David. Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 308.

LIMA, José Luiz. Memória da Eletricidade. Ciclo de Palestras: A Eletrobrás e a história do setor de energia elétrica no Brasil. Memória da Eletricidade no Brasil; Coordenação Renato Feliciano Dias. – Rio de Janeiro, 1995.

Memória da Eletricidade. A intervenção dos governos estaduais no setor de energia elétrica: os casos do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Paraná. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro, 2005.

_____. Energia elétrica em questão: debates no Clube de Engenharia. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2001.

_____. Ciclo de Palestras: A Eletrobrás e a história do setor de energia elétrica no Brasil. Memória da Eletricidade no Brasil; Coordenação Renato Feliciano Dias. – Rio de Janeiro, 1995.

_____. Mauro Thibau: A trajetória de um ministro, Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1997. p.120

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro online
<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>

_____. A intervenção dos governos estaduais no setor de energia elétrica: os casos do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Paraná. Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro, 2005. p. 14.

_____. Caminhos da Modernização: cronologia da Energia Elétrica no Brasil (1879-2007). Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro, 2007.

PEREIRA, Ana Karine. Desenvolvimentismo, conflito e conciliação de interesses na política de construção de hidrelétricas na Amazônia brasileira. In: Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas / editores: Alexandre de Ávila Gomide, Roberto Rocha C. Pires. – Brasília: Ipea, 2014. 385 p.

RAPOSO, Eduardo. 1930: Seis versões e uma revolução – História oral da política paraibana (1889-1940). Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. Recife, 2006. p.21.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo 4. ed.: Publit Soluções Editoriais. Rio de Janeiro, 2007.

SOLA, Lourdes. Ideias econômicas, decisões políticas. São Paulo: FAPESP/EdUSP, 2000.

SAES, Alexandre Macchione. Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927). Tese. Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2008.

_____. Luz, leis e livre-concorrência: conflitos em torno das concessões de energia elétrica na cidade de São Paulo no início do século XX. Scielo, História

vol.28 no.2. Franca, 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/08.pdf>

SACHS, Ignacy. A revolução energética do século XXI. Estudos Avançados, 21(59), 21-38. 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. 1º Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2015.

VARGAS, Getúlio. (1978) Discurso de 1944. In: A Controvérsia do Planejamento Econômico. Rio de Janeiro. IPEA. p.157.

VILLELA, A. V.; SUZIGAN, W. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889- 1945. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

The electricity policy: a reading on modernization of the state in Brazil

ABSTRACT

Throughout its history, the construction of the national electric sector has been followed by the search for the instrumentalization of the State as a place capable of planning and providing an institutional, administrative and fiscal system. At the same time, electric energy as a product that permeates various aspects of social life has been active in the process of materializing new economic and political strategies around the presupposition of this modernization process. A conjuncture that points to the diffusion of electricity as the driving force of Brazilian industrialization and, at the same time, as one of the central axes of a model of economic development with a strong presence of the State. This article seeks to discuss the place of electric energy in the construction of modern Brazil between the first republic and the 1970s.

Keywords: Electricity, Modernization, Development, State, industrialization.



Teoria do Processo Político: dimensões analíticas

Pedro Alves Gomes¹

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar breve revisão bibliográfica sobre teorias de movimentos sociais. Utilizou-se a Teoria do Processo Político (TPP) como orientação teórica principal, visando dessa forma apresentar suas principais categorias analíticas e conceitos complementares. Entender os movimentos sociais e organizações da sociedade civil enquanto formas de ação coletiva que possuem em sua organização e ação características específicas que caracterizam cada movimento. Um conjunto de fatores externos influencia diretamente tanto na forma de estruturação do movimento quanto na escolha do leque de formas da ação política, explicitando seus objetivos. Como metodologia base a revisão bibliográfica foi utilizada de forma a categorizar as principais dimensões analíticas da TPP, assim como suas alterações sofridas ao longo do tempo de acordo com novas demandas, para assim tornar a teoria mais completa e tentar superar as críticas apresentadas. Movimentos sociais são um objeto de estudo complexo e extremamente cíclico, por possuir mudanças contínuas, assim como objeto de estudo traz novos desafios aos que buscam compreensões mais lúcidas.

Palavras-Chave: movimentos sociais, TPP, ação coletiva, dimensões.

Recebido em 25/04/2018

Aceito para publicação em 13/12/2019

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v1i23.24401>

Introdução

“É um paradoxo que a Terra se mova ao redor do sol e que a água seja constituída de dois gases altamente inflamáveis. A verdade científica é sempre um paradoxo, se julgada pela experiência cotidiana, que apenas capta a aparência efêmera das coisas.”

Karl Marx

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestrando em Ciências Sociais pela mesma universidade. Endereço e-mail: pedroag96@hotmail.com.

A sociedade em toda sua complexidade e rama de relações se torna objeto desejável de estudo para àqueles que estejam dispostos a acreditar nas relações humanas enquanto possuidoras de sentido, e em suas dimensões enquanto ponto chave na compreensão de suas possibilidades analíticas de estudo.

Uma das formas essenciais de organização e ação da sociedade é por meio da ação coletiva, ou seja, grupos de pessoas reunidas em torno de um objetivo principal, representadas por algum sentido que as une, com o fim de alcançar resultados, promovendo mudanças, sejam elas estatais ou societais.

Mobilizações coletivas podem ser analisadas de diversas maneiras, neste caso pretende-se ressaltar aspectos referentes à organização e ação dos movimentos sociais nesse contexto de ação coletiva, mas não podem ser descartadas outras formas como, por exemplo, as organizações da sociedade civil de uma forma mais ampla. A engrenagem deste trabalho se dá, portanto, principalmente tomando por base dimensões analíticas que permitem compreender as formas de organização e ação dos movimentos sociais, trazendo diferentes teorias, adotando uma linha teórica principal, e apresentando conceitos que complementam a ideia principal.

Como metodologia principal utiliza-se uma revisão bibliográfica com os objetivos de identificar as categorias analíticas principais apresentadas no trabalho, e também de nortear o encaminhamento teórico utilizado ao discutir tais categorias. Não obstante, a busca do objetivo principal se dá no que consta a compreensão inicial do que pode ser considerado um movimento social, quais são suas principais ferramentas de ação e organização – conceitos que analisam estruturas externas e internas ao movimento – e sua confluência direta na relação com o Estado, afetando ou não capacidades e ações estatais, como exemplo principal, a análise de políticas públicas.

Parte-se do princípio da existência de três teorias principais na análise dos movimentos sociais (ALONSO, 2009), adota-se uma delas na compreensão de que a mesma é a mais adequada para fim de compreender os movimentos enquanto na existência do que pode ser chamado de política contenciosa (TILLY, 2010). A compreensão de estrutura dos movimentos se dá a partir de um conjunto de fatores externos ao mesmo, mas que influem diretamente em sua organização seja no sentido de mobilização, seja na desmobilização, essa categoria é compreendida como a estrutura de oportunidades políticas (TARROW, 2009).

Já no que tange a organização e ação dessas ações coletivas, apresentam-se categorias de análise tais como o repertório de ação do movimento (ALONSO, 2012). Entender quais são os elementos que permitem a manutenção de várias pessoas em prol de um único objetivo, ou seja, identificar qual a identidade peculiar àquele movimento é fundamental na compreensão geral do processo de formação dessas ações coletivas.

Toda teoria passa por críticas destrutivas e construtivas, o importante é entender que sempre há tempo de reformular de acordo com necessidades e novas demandas surgidas. Adota-se sempre alguma como principal para construção da argumentação, mas buscar outros conceitos que complementem e auxiliam é fundamental, seja por questão de coerência teórico-argumentativa, seja por honestidade intelectual daquele que o escreve.

Três teorias principais

Os movimentos sociais começam a ser analisados efetivamente da forma como os conhecemos hoje, mais ou menos a partir do final dos anos 60 e início dos anos 70, onde há uma maior existência e atuação dos movimentos dos trabalhadores, proletariado das grandes fábricas industriais inglesas, assim como movimentos pacifistas e movimentos femininos.

Ainda que o termo comece a ser efetivado num contexto recente da história, formas de organização da sociedade podem ser observadas ainda no século XIX, quando os mesmos trabalhadores começam a se organizar na luta que Marx identificou como uma luta eminente e contínua entre classes, a luta entre a burguesia e o proletariado. Surge aí um elemento que será aprofundado mais a frente na percepção de que movimentos sociais será sempre uma disputa de dominados para com àqueles que detêm o poder. A luta de classes de Marx é antes de tudo um desafio para quem ousa se organizar em grupos, com propósitos e objetivos definidos, na busca por mudanças e justiça sociais, afinal esses são sempre objetivos comuns para uma sociedade na compreensão de suas ramificações.

O proletariado se une em prol da busca de reivindicações que atingem diretamente o interesse da burguesia, daquele que detêm poder, e reprimem da maneira que podem todas as formas de organização da sociedade. Vejamos que de forma análoga como realmente a história de repete duas vezes, só que a primeira é como tragédia e a segunda como farsa (MARX, 2011). Assim quando há o encorajamento para que os trabalhadores se unam na luta por mudanças

(MARX e ENGELS, 2015 [1848]), significa que mesmo que o termo etimologicamente não tenha sido cunhado, essas análises representam raízes que germinam no estudo dos movimentos sociais modernos.

Os estudiosos recentes estruturam três categorias para análise dos movimentos sociais, três grandes famílias que orientam os estudos e que sofrem adaptações frente às necessidades de momento e as demandas surgidas com mudanças em todo o contexto da sociedade. Inicialmente os estudos apontam para uma visão mais racionalista dos movimentos entendidos como organizações centradas muito mais no processo do que na ação em si, um processo extremamente racional que necessita a existência de recursos materiais (dinheiro e estrutura), como também recursos humanos, que seriam as pessoas dispostas a arcar naquela ação. Essa teoria é conhecida como a Teoria da Mobilização de Recursos, ou TMR, caracterizada justamente pelos recursos no processo da mobilização.

Esta teoria compreende o movimento muito mais como uma organização política, uma firma (ALONSO, 2009) e desconsidera outros elementos fundamentais na compreensão de um movimento que envolve pessoas, portanto, relações humanas dotadas de significados e valores, externos e internos. O movimento, então, necessita para além de análise racional uma compreensão também emocional. Nessa medida surge a necessidade de outras teorias que sejam mais abrangentes e completas no estudo desse fenômeno, que mesmo parecendo simples a primeira vista, demonstra-se muito complexo em sua efetivação enquanto campo de estudo primeiramente da sociologia política, e depois da consolidação na ciência política.

Com o fim de explicar outras dimensões não contempladas pela TMR, surge a teoria que busca resgatar outros aspectos históricos, fazendo uma sociologia histórica comparada que tem sua origem nos Estados Unidos, mas autores principais como Sidney Tarrow, Doug McAdam e Charles Tilly resgatam movimentos de outros países a fim de construir por meio desse resgate histórico comparado uma teoria que explique os movimentos sociais enquanto um processo mais complexo, e assim entendendo o movimento social enquanto uma forma peculiar de política².

Assim, a então fundada Teoria do Processo Político (TPP) considera dimensões de escolha por parte dos atores individualmente envolvidos coletivamente, ou seja, ressalta conceitos de dimensão mais cultural,

² Explicarei mais a fundo esse conceito no decorrer do trabalho.

identificando estruturas de oportunidades, formas de ação, estruturas de organização³, num contexto de eminente conflito político. Esse último é também fator fundamental que entende o movimento social como política, como forma peculiar de política contenciosa (TILLY, 2010).

Identificam-se assim algumas características fundamentais que diferenciam essas primeiras categorias de análise.

[...] essa é uma das diferenças em relação à TMR, só configura um movimento social diante de oportunidades políticas favoráveis. Enquanto a TMR enfatiza recursos materiais disponíveis para ativistas individuais, a TPP prioriza uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação. (ALONSO, 2009, p. 55-56)

Teorias surgem para explicar as demandas, mas nenhuma é completa ao ponto de unanimidade, nesse contexto, na busca de juntar elementos fundamentais e apresentar características mais culturais, surge uma nova teoria que tenta superar a TPP que a essa altura já tinha se consolidado nos Estados Unidos e em outros países da América.

A originária Teoria dos Novos Movimentos Sociais – TNMS – também se utiliza de contexto histórico, mas ressalta aspectos de identidades culturais para identificar transformações que mudariam a vida da sociedade. Assim, a TNMS pode ser entendida a partir da ideia de que:

Esses “novos movimentos sociais” não se organizariam em combate ao Estado, nem com a finalidade de conquistá-lo. Recorrendo a formas de ação direta, “no nível dos próprios problemas sociais”, seriam agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil. (ALONSO, 2009, p. 60-61)

As principais diferenças entre a TPP e a TNMS consistem justamente no que tange o encorajamento à ação coletiva, ambas acreditam na existência de um contexto de oportunidades. Enquanto a primeira entende essas oportunidades como um fator externo ao movimento, ou seja, uma visão mais

³ Todos os conceitos referentes à Teoria do Processo Política serão analisados profundamente mais a frente.

estruturalista, a segunda entende que esse contexto de oportunidades está diretamente relacionado com a percepção cognitiva dos próprios agentes envolvidos (ALONSO, 2009).

As três principais teorias dos movimentos sociais sofrem reestruturações, possuem semelhanças e diferenças, conversam às vezes em linguagens semelhantes por caminhos diferentes. Todas buscam entender o fenômeno então recente classificado como movimento social. Este trabalho, por motivos metodológicos e convicções analíticas tem por construção teórica a TPP enquanto norteadora das principais categorias analíticas de estudo dos movimentos sociais.

Movimento social como política

Como dito anteriormente, o estudo e produção de teorias sobre os movimentos sociais é um tanto quanto recente. Não obstante, as teorias acima apresentadas, e nesse caso, a TPP compreende um movimento enquanto uma forma de política, mas não foi sempre assim, o estudo de comportamentos coletivos e movimentos sociais tem origem, enquanto uma análise mais sociológica, até mesmo para a produção sociológica clássica. Talvez isso ajude a explicar porque ainda hoje não há uma teoria abrangente, clássica, única acerca desse tema.

Traçamos então um paralelo para compreender a trajetória do movimento da sociologia até a política. A política é entendida como uma forma de estudo da sociedade, de organizações civis, da vida social e política, e, portanto, compreende as formas de relação de poder que existem na sociedade. A Teoria do Processo Política interpreta os movimentos enquanto uma forma peculiar de política, justamente porque pressupõe que haja conflito entre essas relações de poder, ou seja, quem o detém e quem é submetido a ela.

Nesse caminho que começa a ser desenhada uma possível definição mais objetiva acerca do conceito de movimento social dentro da TPP, admitindo a existência desse campo de forças e relações derivadas da interação entre indivíduos, as relações que a sociedade forma. Portanto,

Um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo

injustamente prejudicada ou ameaçada por isso. Precisamente porque o confronto político constitui um terreno analítico contínuo com nada mais do que fronteiras fluidas, qualquer definição de movimento social provocará objeções imediatas de estudiosos de áreas adjacentes que se concentram nas suas semelhanças [...]. (McADAM, TARROW, TILLY, 2009)

Dessa forma, os movimentos sociais começam a ser diferenciados de protestos, reivindicações, e outras organizações da sociedade. O movimento social é um conjunto de diversos elementos que o compõe, delineando sua organização, sua ação, e os meios pelos quais se buscam alcançar seus objetivos, toda essa complexidade envolve sempre uma relação de poder crucial, mais além, uma relação constante de desafio do poder.

Campos de saberes distintos sempre estão relacionados de alguma maneira, mesmo enquadramento as dimensões analíticas da teoria enquanto política, a multidisciplinaridade permite identificar elementos importantes de outros campos de saberes, a sociologia traz contribuições à TPP, as relações, a ação de indivíduos, denotam isso. Uma teoria é construída com a capacidade necessária para identificar em campos de saberes tudo aquilo que lhe é importante na explicação objetivada.

Permito-me voltar a discussão em questão sobre a teoria e a política, creio que já se mostrou evidente o motivo pelo qual os movimentos são compreendidos enquanto política, deve-se agora explicar a forma peculiar de política pela qual essa teoria se baseia.

Contrapor o poder, desafiar quem exerce a ordem vigente, esse dualismo desafiante e desafiado pressupõe sempre alguma forma de confronto, seja ela um confronto físico material, seja um confronto simbólico na luta de ideais. Constitui-se, dessa forma, a forma peculiar de política do movimento, a denominada *política contenciosa* que pode ser compreendida como uma forma que

Trata os movimentos sociais como uma forma específica de política contenciosa – contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem; política, no sentido de que governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das

reivindicações, aliados desses alvos, ou monitores da contenda. (McADAM, TARROW, TILLY, 2001, apud TILLY, 2010, p.136).

Uma organização coletiva que reivindica interesses próprios ao grupo, que atinge os interesses de outros, outros esse que detém o poder, os desfiados, envolvendo o governo, seja ele como o alvo do descontentamento, o motivo da reivindicação, ou seja, ele como um aliado influente. Possuir aliados influentes é essencial no contexto da existência das oportunidades políticas⁴ e influi diretamente na ação do movimento.

Entender um movimento social enquanto uma forma peculiar de política significa avançar mais uma etapa no processo de compreensão da Teoria do Processo Político, em toda sua complexidade, esse é, no entanto, o objetivo principal deste trabalho, refletir sobre a teoria, compreendê-la em sua completude e conseguir aplicá-la de forma correta é um desafio no qual este trabalho não é suficiente, instiga então, a necessidade de continuar estudando e debatendo o tema.

Oportunidades Políticas

Percebe-se até então que a TPP nos oferece uma grande dimensão analítica, e em sua maioria traçada por um mesmo caráter de construção. Diferente da TMR, mas com o estruturalismo ainda muito presente. Estruturalismo esse motivador de algumas críticas, já que suas categorias analisam muito mais estruturalmente o movimento do que seus elementos cognitivos, fatores externos que muitas vezes não admitem a presença dos fatores internos, de um caráter mais cognitivo.

Entender as oportunidades políticas requer entender a visão estruturalista dos elementos externos que influem na organização e ação do movimento, ou seja, admitir a existência de um conjunto de fatores apropriados num sentido negativo ou positivo. Negativo quando o mesmo serve como meio de desmotivar os atores que compõem o movimento quanto um cenário de influentes e aliados. Positivo, pois pode ser uma ferramenta para o encorajamento de outros à ação e fortalecer o movimento.

Para isso, Sidney Tarrow, um dos principais pensadores da TPP, e importante estudioso de movimentos e organizações coletivas, estabelece a

⁴ Discutirei essa importância mais a fundo no tópico de oportunidades e restrições.

chamada Estrutura de Oportunidades Políticas (EOPs)⁵, uma dimensão dinâmica que afeta diretamente os atores envolvidos, seja na forma de perda ou ganho.

Durante o desenvolvimento de sua construção teórica acerca do contexto de oportunidades e restrições políticas, com embasamento de análise e implicação direta nos confrontos políticos, compreende-se que a mudança no contexto de oportunidades desencadeia alterações na estrutura de ação e organização dos movimentos (TARROW, 2009), gerando assim mudanças nos tramites de tal contexto.

Assim, se faz necessária a divisão de subcategorias analíticas que nos permitem entender como se configuram as oportunidades e restrições políticas como um fator de intervenção e modificador dos movimentos sociais. Dessa forma, as oportunidades têm um papel decisivo na existência dos confrontos, pois, assume caráter de fatores externos que os influenciam diretamente, na medida em que favorecem a existência de dois fatores de intervenção: aliados (oportunidade) e expansão das oportunidades de outros. Para tanto, as subcategorias são divididas em cinco e serão analisadas individualmente.

A primeira se refere apenas ao entendimento da importância das oportunidades (TARROW, 2009) na estruturação de uma organização da sociedade civil, e no caso, os movimentos sociais. Oportunidades políticas são canais de aberturas pelos quais à ação do movimento se consolida. As restrições, nesse momento não assumem necessariamente um sentido negativo, pois a existência de oportunidades políticas permite a emergência dos movimentos, quando uma porta se fecha várias outras se abrem, deve-se saber aproveitar o que a situação lhe oferece, isso é a EOP.

Já a segunda subcategoria remete às dimensões das oportunidades, ou seja, explica os meios pelos quais as oportunidades se apresentam aos atores. Essas dimensões se estabelecem de diferentes maneiras por diferentes atores, seja por meio de ações estatais como a repressão ou abertura institucional, seja por meio de outros atores que permitem a ampliação do acesso aos movimentos. A existência de aliados também está presente nessa dimensão, estes permitem o acesso de maior grau dos movimentos em certas instituições, fortalecendo, assim, o mesmo.

Permito-me fazer um adentro para falar um pouco mais da dualidade existente no que tange a repressão. Usualmente o Estado se utiliza de seus

⁵ Utilizarei apenas a abreviação “EOP” no decorrer do trabalho.

aparatos de forma coercitiva para reprimir o que não lhe agrada, defender seu próprio interesse, muitas vezes esse aparato acaba sendo a força policial. Mas, o fato merecedor de atenção é o caráter de dualidade da repressão para os movimentos sociais, justamente porque mostra os dois lados da moeda.

O lado mais óbvio de que a repressão é um fator de desmotivação, no momento em que se utiliza algumas vezes da força física, a violência como forma de intimidar e repreender, assim o movimento perde força, atores se afastam, a organização como coletivo se enfraquece. Destaque para o outro lado da moeda, a face do alzo da repressão, pois, a partir do momento em que, por exemplo, o Estado produz a repressão, o movimento toma parte dessa ação como um fator de identidade coletiva, uma motivação extra, uma identidade que leva os atores a se envolverem mais ativamente na luta de suas reivindicações, na contraposição da ação do Estado. Essa dualidade é um exemplo prático de como a dimensão de oportunidade influencia diretamente na ação dos movimentos.

Volto a terceira categoria coincidentemente ainda tratando do Estado, porque esse é fundamental na TPP onde o confronto político é eminente, a disputa sempre ocorre entre o dominado e o dominante, esse último aparece no cenário mundial sempre como o Estado e toda sua máquina de funcionamento. Na última categoria apresentada ressaltaram-se aspectos relativos à ação do Estado, essa categoria analisa sua formação, constituição e funcionamento. Busca compreender conceitos relativos a tempos e espaços distintos, como a centralidade ou descentralidade, se o Estado é forte ou fraco, todos esses fatores propiciam a maior existência de confrontos políticos.

As duas últimas categorias voltam atenção mais ao movimento e suas consequências. Dessa forma, a quarta exemplifica uma relação entre ameaça e oportunidade, expondo, assim, outra ordem que surge como estimulante do confronto, as ameaças, nas quais se engajariam no confronto aqueles que têm muito a perder, pois são esses que se não agirem, enfrentam maior ameaça. As ameaças se constituem como influências também diretas sobre o problema central, pelo fato das oportunidades serem externas, ou seja, se moverem tão rapidamente entre os desafiantes, aliados e opositores, ela se torna, um contexto de instabilidades e mudanças, que geram alterações na estruturação de organização e ação dos movimentos sociais, estimula a ação de certa parte dos atores envolvidos, mas estes são os elementos propulsores para a expansão do movimento.

Assim, a última subcategoria prima pela análise sobre os meios de criação e difusão das oportunidades, participando não só os que têm muito a

perder (TARROW, 2009), mas criando maneiras para que todos participem. Assim a oportunidade de um pode se tornar oportunidades para outros, na medida em que são utilizadas ações com as quais outras pessoas se identificam, e podem se utilizar delas em outros contextos. Como tudo tem seu contraponto, essa difusão também dá margem a criação de oportunidades para as elites, em duas vias principais, a primeira serve como margem de acesso a repressão, e a segunda como forma de apropriação, por exemplo, por parte dos políticos, que se apropriam dessas oportunidades criadas para se colocarem ao lado do povo, utilizando-a oportunidade para seu próprio benefício.

Portanto, a EOP e suas cinco dimensões explicativas são de extrema importância na análise estruturalista dos confrontos políticos, e até por isso sofrem críticas quanto a restrição ao âmbito somente externo aos movimentos, não levando em consideração os fatores cognitivos, que funcionam como o elo entre a organização e a oportunidade. Como por exemplo, levar em conta que a repressão também pode servir como forma de mobilização e expansão do movimento, ao contrário da análise externa na qual a repressão é somente vista como desmobilizadora do movimento.

Levar em conta essa outra dimensão passa pela compreensão das oportunidades culturais, conceito externo a TPP, mas de grande utilidade para complementação da explicação tentando abranger mais as possibilidades, absorver outros elementos que fogem de certa forma ao estruturalismo.

Por oportunidades culturais entende-se o conjunto de caráter simbólico que estruturam o estoque de percepções das oportunidades políticas. Arranjos mais ou menos institucionalizados de bens e serviços culturais atuam indiretamente na produção de enquadramentos da política. Oportunidades culturais dizem respeito a toda produção e distribuição cultural que seja relevante para a captação de novas formas de compreensão das oportunidades políticas. (SOUZA, 2013, p. 61)

As oportunidades culturais são a complementação da EOP, são o elo cognitivo que falta para interligar os atores e as oportunidades políticas. As oportunidades e restrições políticas estão presentes, muitas vezes os atores, e, portanto, os movimentos não conseguem visualizá-las ou captá-las, essa dimensão cognitiva é justamente as oportunidades culturais, o elo ausente nas oportunidades políticas.

Repertório de *performance*

A dificuldade de conseguir incorporar dimensões culturais à Teoria do Processo Político não se limita ao já consolidado, vê-se a necessidade de explicações singulares na essência do coletivo, para assim explicar historicamente as formas de ação do movimento e o motivo da utilização de tais meios na busca de suas reivindicações.

Nessa necessidade de incorporação cultural, um dos principais nomes da TPP, Charles Tilly se utiliza de um conceito utilizado na música para construir a ligação entre a política e a cultura, dessa forma surge o *repertório* enquanto categoria chave na construção da TPP, tanto quanto uma teoria mais completa e explicativa, quanto uma noção de construção histórica comparativa, ressaltando a importância da interdisciplinaridade na construção de conhecimento.

Emprestado da música o conceito de repertório serve como designação de um conjunto de atividades políticas realizadas num período de tempo, ou seja, as formas pelas quais os movimentos atuam na sociedade. Essa concepção introduz a cultura na dimensão tillyana da teoria. Desde sua aplicação inicial, nasce como simples conceito, ganha importância e ganha reformulações com o passar do tempo, não só de acordo com as demandas, mas também de acordo com o interesse do autor em aprimorar seu conceito de acordo com a produção de conhecimento que lhe é exercida.

Uma definição possível nessa abrangência conceitual e reformulação contínua, seria um conceito que já não é o inicial, já passou por um processo, mas ainda mantém a centralidade de análise cabível para essa utilização, justamente no entendimento de que cada pessoa faz o uso que lhe parece conveniente naquele momento, existem vários caminhos que resultam num mesmo lugar. Dessa forma,

A palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas

um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente. (TILLY, 1995, apud ALONSO, 2012, p.26)

O repertório é, então, um conjunto das chamadas formas de ação, essas formas são entendidas como performances. Uma ação empregada por determinado movimento naquele momento é um performance, seja ela uma forma de protesto de rua, reivindicações da internet, entre outro leque de possibilidades. Vale-se ressaltar que o repertório se torna um padrão de ação coletiva, que é compartilhado e transmitido para outros grupos e em outros contextos. Esse padrão caracteriza o repertório ao longo do tempo como ação aprendida.

A TPP não nos permite classificar esse conjunto de ações a partir de uma identidade propriamente dita, pois esse conceito será utilizado em outro contexto. Mas nos permite dizer que a performance possui relação direta com algum elemento que seja particular e coletivo ao mesmo tempo. Particular no momento em que cada ator envolvido entenda e compartilhe aquela ação como necessária e coletivo na necessidade de todo o movimento apreender essa ação e identificá-la como pertinente ao contexto de confronto e aplicar, então, o repertório necessário.

Mesmo sofrendo algumas mudanças, o argumento do repertório mantém uma mesma linha lógica de raciocínios, acrescenta-se apenas o fato de que as performances são sempre confrontacionais, ou seja, envolvem sempre a existência do confronto. Isso evidencia que toda a formulação conceitual do repertório está presente no contexto das dimensões analíticas da TPP. Ainda importante ressaltar o fato de que as performances só são aprendidas na prática, ou seja, só se aprende a protestar, protestando, só se aprende a lutar, lutando (ALONSO, 2012).

Os repertórios são alterados de acordo com as performances utilizadas e aprendidas, esses, portanto, estão inseridos num ciclo contínuo e substancial de mudanças. Para tanto, um repertório só vai existir no momento em que esteja incorporado em alguma performance de confronto, pois essa é a chave principal da TPP e suas dimensões.

Nessa linha de tomada do repertório enquanto representante de certa modularidade surge outra utilização do conceito de repertório, referindo-se mais a organização do que a ação do movimento propriamente dita. A forma como um movimento se organiza, toda a sua estrutura afeta diretamente sua ação e as mudanças provocadas. Como uma forma de reformular e complementar o

repertório da ação de Charles Tilly alguns autores vêem a necessidade e começam a pensar o repertório também a partir de uma ótica institucionalizada, com suas formas de ação práticas e simbólicas.

Um dos problemas latentes de produção do conhecimento científico é a produção de um conhecimento que se restringe às academias e não se expande para a comunidade de uma forma mais ampla. Assim muitas vezes são produzidas teorias que não possuem aplicabilidade prática. Formula-se uma teoria para estudar exemplos práticos, ou vice-versa, analisa um exemplo para assim produzir alguma teoria. Nesse sentido a TPP apresenta-se bem coerente, pois seus principais formuladores se utilizam de bases práticas de análise.

Enquadramento Interpretativo

As principais teorias dos movimentos sociais são fundamentadas cada uma por um princípio, sejam elas mais ligadas a um estruturalismo, ou a uma análise macrossocial, que leva em conta a psicologia do comportamento social, comportamentos humanos (NUNES, 2013), e o interacionismo simbólico. Outras se direcionam mais a racionalidade, às estratégias, faltando às vezes as dimensões culturais, as apropriações simbólicas e o caráter identitário do movimento.

A análise do enquadramento interpretativo do movimento traz a tona mais uma vez esse dualismo entre estrutura e cultura, entre racionalidade e identidade. Essa categoria analítica perpassa as três principais teorias dos movimentos sociais, mas tem como difusores principais autores que trabalham na perspectiva do interacionismo simbólico, levando em conta o comportamento humano, e todos os elementos de caráter cultural, sejam elementos de identidade, sejam elementos simbólicos. O enquadramento interpretativo de um movimento é conhecido, principalmente na academia como *frame*⁶.

O processo de *frame* pode ser entendido sob diversas óticas, mas no geral é uma categoria que permite a maior análise de elementos culturais e simbólicos que envolvem um movimento social, e, portanto, são cruciais no entendimento da Teoria do Processo Político

O frame é um esquema interpretativo que orienta a percepção e a experiência dos indivíduos que, atuando seletivamente, identifica, pontua e codifica objetos,

⁶ Esse termo será explicado mais a frente.

situações, experiências, eventos e sequências de ações presentes e pretéritas. Torna-se importante na análise da ação coletiva, já que é compartilhado por um certo número de indivíduos, que passam a direcionar suas orientações cognitivas, em diferentes níveis da experiência, no sentido de um comportamento social padronizado e orientado a certos objetivos. (NUNES, 2013, p. 272)

O enquadramento interpretativo serve, portanto, não só para analisar demandas produzidas pelo próprio movimento, como também um conjunto de fatores externos que orientam a ação e organização do mesmo. Assim, “os quadros (*frames*) servem como “andaimes conceituais” para a construção de novas ideologias ou para modificar as atualmente existentes” (NUNES, 2013). O entendimento desse conceito é importante na medida em que permite às teorias dos movimentos unir diferentes campos, diferentes atores, diferentes repertórios e diferentes organizações, assim como identifica novos atores a serem recrutados ao movimento. O frame permite compreender a linha tênue que existe entre a identidade pessoal do ator e a identidade coletiva do movimento.

Essa conceituação ocorre principalmente na perspectiva do interacionismo simbólico, pois leva em consideração não só a ação dos atores, como os leva a agir, e o resultado dessa interação entre indivíduos. Dessa forma, movimento não depende somente de elementos internos de identificação e organização, mas também de como o frame ecoa fora do movimento, e como há a recepção do mesmo, seja para com a sociedade de uma forma geral, seja para outros movimentos ou atores.

O enquadramento gira em torno da análise de cada indivíduo, levando em consideração todo um contexto de produção cultural e simbólica compartilhada entre os indivíduos. Para tanto a TPP aparece como uma aliada no entendimento do frame, na medida em que permite a compreensão do contexto de oportunidades políticas, as considerações estratégicas que consolidam o frame.

A difusão do frame tem importâncias distintas, pois uma expansão maior pode significar uma perda de foco cultural no núcleo do movimento (NUNES, 2013), o que representaria uma consequência negativa, como, por exemplo, o enfraquecimento do movimento. A outra consequência seria uma ressonância maior do movimento, uma difusão de ampliação de seu frame e repertório pode representar um fortalecimento, com a cooptação de novos atores.

Há ainda o que pode ser considerado como subcategoria, uma divisão conceitual realizada a fim abranger conceitualmente o termo e proporcionar uma explicação mais lúcida e completa, assim estabelece os *master frames*, ou seja,

os quadros mestres de interpretação. Esses, orientados pelo próprio nome, fornecem em escopo muito mais amplo e assim “funcionam como uma espécie de algoritmo que constrange as orientações e atividades de outros movimentos” (NUNES, 2013).

Vários elementos, instrumentos e instituições podem alterar o frame de um movimento. Um dos elementos mais importante nesse sentido é entender o papel da indústria cultural enquanto difusora e criadora de novos quadros para os movimentos. A mídia, por exemplo, tem duplo papel na medida em que veicula só aquilo que lhe interessa, coloca os movimentos sociais enquanto uma organização de vandalismo que visa sempre a violência e a destruição, esse é um papel importante de desmobilização para os movimentos (TARROW, 2009). Se lhe interessasse a mídia poderia divulgar o movimento a partir de seus ideais, evidenciar seus repertórios, e fortalecer o movimento com a adesão de novos adeptos e difusão de seu escopo. Dessa forma, o master frame orienta a criação do enquadramento peculiar a cada organização.

Todo esse processo de construção cultural no qual se inserem os movimentos sociais são processos de construções simbólicas que orientam a ação coletiva são apreendidas na TPP por meio do conceito de frame ou enquadramento interpretativo (CARLOS, 2011). Essa categoria analítica também é mais uma forma pela qual a TPP se reestrutura e busca superar as críticas de seu exacerbado estruturalismo, assim como completar as lacunas vazias que outras teorias haviam deixado.

Nesse contexto de interação e produção cultural, surge a oportunidade que aproveito para lançar mão de outro conceito complementar aos movimentos sociais. Um conceito que compreende os movimentos sociais enquanto uma rede de interação cultural e simbólica entre diferentes indivíduos individualmente e coletivamente. Então, a Rede de Movimentos Sociais – RMS – se consolida a partir

[...] de uma definição de movimentos sociais como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada. (DIANI, 1992, apud BISON; DIANI, 2010, p.220)

Nesse caso, privilegia-se o entendimento da identidade coletiva pertence ao movimento, identidades essas que são compartilhadas entre atores e movimentos, criando assim uma rede de relações entre atores independentes, e também não pode esquecer-se de ativistas individuais (BISON; DIANI, 2010), na busca por objetivos comuns. Dessa forma, os movimentos sociais de constituem a partir dessa reprodução de redes que compreendem uma

diversidade de atores e também a presença das identidades coletivas.

A importância da Rede de Movimentos Sociais no contexto do entendimento de movimentos sociais e organizações coletivas se dá a partir do momento em que

O conceito de RMS favorece o estudo do movimento como um todo – em sua heterogênea gênese –, o qual pode ser constituído por ativistas, grupos, organizações e indivíduos. Tais componentes da rede possuem vários níveis de formalização, se conectam através de modelos de interação, intercambiam com os diferentes espaços e níveis de centralidade e produzem relações de cooperação ou antagonismo. Na rede do movimento as relações podem consistir em laços diretos ou indiretos, as relações podem ser simples ou múltiplas e a fronteira da rede representa sua própria estrutura que é contingente, fluida e dinâmica. (CARLOS, 2011)

A construção conceitual da RMS vai muito além do que foi aqui apresentado, mais o objetivo era apenas apresentar o conceito como complementar ao entendimento das teorias dos movimentos, e auxiliar na compreensão do caráter mais cultural- simbólico de análise dos movimentos.

Preferi-me empregar tal conceito relacionando com o *frame*, pois ambos possuem linhas teóricas diferenciadas quanto as primeiras aqui apresentadas acerca dos movimentos. Assim, o *frame* se estabelece enquanto uma categoria analítica da TPP, já a RMS traz outra conceituação acerca dos movimentos.

Considerações Finais

As teorias dos movimentos sociais assim como outras, mas essa principalmente por busca compreender um fenômeno relativamente novo no campo científico vêm sofrendo algumas mudanças com o passar do tempo. Mudanças estruturais desde a forma como entender as formas de mobilização, suas dimensões, processos de identidade a ação. A ciência social possui como objeto principal de estudo a sociedade, objetivo que passa por ciclos contínuos de alterações, dessa forma tais teorias também sofrem reestruturações, necessárias e importantes na construção de uma teoria mais abrangente e completa.

Buscar o maior número de conceitos em diferentes campos de conhecimento é fundamental, pois a interdisciplinaridade é a chave no processo de construção de teorias mais sólidas nessa complexidade de relações. Os

movimentos sociais requerem um desafio ainda maior para àqueles que se dispõem a tentar compreendê-los, uma relação que envolve um conjunto de pessoas desafiando algo ou alguém há de ser complicado, ainda mais como esse objeto desafio é geralmente o Estado, instituição política que deveria garantir os direitos dos indivíduos, regular a manutenção da sociedade e preservar os direitos humanos, os atores estatais são os detentores do poder nessa relação entre dominantes e dominados.

Aqui optou-se por escolher a TPP como linha teórica de análise dos movimentos, mas não se descarta a importância das outras teorias dos movimentos, assim como conceitos complementares que tornam a revisão bibliográfica mais plena. Sob essa perspectiva os movimentos sociais devem ser entendidos a partir da ótica de forma peculiar de fazer política, enquanto uma organização possuidora de estrutura própria de ação e organização, assim com um leque amplo de possibilidades de fazer a ação, num contexto de existência de condições externas, favoráveis ou não ao movimento.

A agenda de pesquisa dos movimentos sociais é muito atual e ampla, o objetivo deste trabalho é apenas fazer uma breve revisão bibliográfica mapeando as principais teorias dos movimentos, adentrando-se a explicar as dimensões analíticas da Teoria do Processo Político. Espera-se fomentar a partir desse trabalho inicial um estudo mais aprofundado dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Referências

- ALONSO, Angela. **Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito.** *Sociologia & Antropologia*, v.02, n.03, p. 21-41, 2012.
- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** *Lua Nova*, São Paulo, 76, p. 49-86, 2009.
- CARLOS, Euzeneia. **Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais.** *Sociologia e Política*, Curitiba/PR, v. 19, n. 39, p. 153-166, 2011.
- DIANI, Mario; BISON, Ivano. **Organizações, coalizões e movimentos.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, 3, p. 219-250, 2010.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** 1. ed. São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Porto Alegre: Coleção L&PM POCKET, v. 227, 2015.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político.** *Lua Nova*, São Paulo, 76, p. 11-48, 2009.
- NUNES, J. H.. **Interacionismo simbólico e movimentos sociais: enquadrando a intervenção.** *Sociedade e Estado*, v. 28, n. 2, mai/ago, p. 257-277, 2013.

NUNES, Jordão Horta. **Frame e identidade coletiva**: uma perspectiva interacionista de análise dos movimentos sociais. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun, pp. 143-172, 2013.

SOUZA, Rafael de. **“Saindo do Gueto”**: o movimento homossexual no Brasil na Abertura, 1978-1982. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo (USP), FFLCH, 2013.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento**: Movimentos Sociais e confronto político. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, Nº 3, p. 133-160, 2010.

Political Process Theory: Analytical Dimensions

ABSTRACT

This paper aims to present a brief bibliographical review on theories of social movements. The Political Process Theory (TPP) was used as the main theoretical orientation, aiming to present its main analytical categories and complementary concepts. To understand the social movements and organizations of civil society as forms of collective action that have in their organization and action specific characteristics that characterize each movement. A set of external factors directly influences both the structuring of the movement and the choice of the range of forms of political action, explaining its objectives. As a basic methodology, the bibliographic review was used in order to categorize the main analytical dimensions of TPP, as well as its alterations suffered over time according to new demands, in order to make the theory more complete and try to overcome the criticisms presented. Social movements are a complex and extremely cyclical object of study, because they have continuous changes, just as the object of study brings new challenges to those who seek more lucid understanding.

Keywords: Social movements, TPP, collective action, dimensions.



Regime de bem-estar brasileiro em dois ciclos políticos recentes

Oleg Abramov¹

RESUMO

O artigo empreende uma análise comparativa das ações relacionadas à Seguridade Social que impactaram o Regime de Bem-Estar Brasileiro realizadas pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Pondera-se as consequências relacionadas à interação entre Estado e mercado na provisão, financiamento e cobertura de cada política e, partindo desta, o tipo de estratificação social ensejado por cada qual, seus efeitos desmercadorizantes e sobre os arranjos tradicionais de bem-estar.

Palavras-Chave: Regime de Bem-Estar Brasileiro; Seguridade Social; Governo FHC; Governo Lula

Recebido em 06/09/2019

Aceito para publicação em 29/11/2019

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v1i23.27493>

Introdução

As páginas que seguem apresentam algumas conclusões da tese de doutorado filiada ao campo de pesquisa das políticas públicas no Brasil (Abramov, 2016), tratando das iniciativas adotadas nas áreas da Previdência, Saúde e Assistência Social em dois ciclos políticos, o primeiro de 1995 a 2002 e o segundo de 2003 a 2010. Cada política conformadora da Seguridade Social, é submetida a duas abordagens, a primeira, objetiva, diz respeito à relação entre Estado e mercado na provisão, ao financiamento e à cobertura; a segunda, que busca tipificar de maneira mais abrangente os efeitos não planejados, porém de extrema importância, avalia os impactos relacionados ao tipo de estratificação social relacionado à cada qual, seus efeitos desmercadorizantes e aqueles exercidos sobre os arranjos tradicionais de bem-estar.

A teoria singular que orienta a investigação deriva de uma releitura convergente de duas correntes: recursos de poder e neoinstitucionalismo histórico. Esping-Andersen (1985; 1990) elabora a noção de “Regime de Bem-Estar”, cuja forma específica resulta, primariamente, das múltiplas interações

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: oleg.historia@gmail.com.

ocorridas entre classes sociais, convertidas em atores políticos no plano nacional. Considera os efeitos produzidos por aspectos contextuais durante tal interação, inclusive àqueles derivados do formato original do Regime originalmente implantado (Esping-Andersen, 1999) A corrente institucionalista destaca os múltiplos eventos que circundam o processo de elaboração das políticas públicas (Skocpol, 1995) e enfatiza a capacidade administrativa dos governos estabelecendo se o Executivo é mais ou menos imune ao veto de atores que operam em diferentes instâncias decisórias (Immergut, 1996). Teorias que completam a perspectiva derivam do marxismo, especialmente a vertente analítica, teoria da regulação (Boyer, 1990) e a as variedades de capitalismo (Hall, Skoskice, 2001), além de outros como Swaan (1988), Melo (1990) e Delgado (2001). Deriva da convergência deste conjunto de contribuições a abordagem que será sinteticamente apresentada na próxima seção.

O Regime de Bem-Estar

As políticas sociais são respostas dadas aos dilemas gerados, aprofundados ou ressignificados pelo capitalismo que transformam diversas manifestações da vida em mercadorias. Em conjunto articulado, tais políticas constituem um Regime de Bem-Estar, cuja configuração varia de acordo com a trajetória histórica nacional. As políticas possuem diferentes desenhos concernentes à relação entre Estado e mercado, financiamento e cobertura e suas características determinam que cada qual possua configurações relacionadas à estratificação que evita ou produz, nível de desmercadorização e potencial para reforçar ou inibir arranjos tradicionais de bem-estar.

Para compreender as especificidades de cada Regime são analisados os comportamentos de três atores, o Poder Executivo, e as organizações das classes capitalista e trabalhadora, em termos de seu peso relativo na relação com os demais, de suas preferências relacionadas à política pública e a ação efetivada que envolve interações com outros atores. Tais condições são explicadas a partir da determinação das características mais relevantes relacionadas aos ambientes institucionais que os enreda, configuradas pelos efeitos de múltiplas instituições tricotadas, formais e informais. As duas destacadas que afetam diretamente os atores tanto no plano objetivo quanto subjetivo são o econômico, subdividido em esferas interna e externa à firma, e o político. Ao lado, também é preciso detectar: (1) as implicações do ambiente internacional através da ação de determinadas agências e países e relacionadas à flutuações econômicas; (2) a existência de atores eventuais relacionados diretamente a específicos pontos da

agenda social e (3) as políticas já existentes, cujas características influenciam as opções e capacidade de operação dos atores.

Regime de Bem-Estar Brasileiro

A Constituição de 1988 (doravante CF/88) trouxe pelo menos duas novidades relevantes para o destino do Regime de Bem-Estar Brasileiro: 1ª consolidou a Seguridade Social como um arranjo articulado e a distinguiu parcialmente das formas anteriores de política previdenciária, de saúde e assistência social, resultando em uma nova configuração que preserva características progressas em coexistência com novos traços de universalismo; 2ª delineou os aspectos formais do sistema político que, conjugado à práticas informalmente institucionalizadas, ensejaram uma configuração ambiental específica. Esta última é vital para compreender as decisões relacionadas às políticas públicas que sucederam a constituinte e que foram determinantes para sua efetivação.

As regras eleitorais cristalizaram a distorção na representação legislativa, reforçaram o personalismo e acentuaram o financiamento privado da política. O sistema partidário foi afetado pela multiplicidade de legendas, difusa filiação ideológica e dificuldade de identificação do eleitor. Contraditoriamente ao enfraquecimento dos partidos na arena eleitoral e como forma de organizar a sociedade, mantiveram-se protagonistas nos espaços decisórios. O padrão de relação entre Executivo e Legislativo foi fortemente condicionado pelo desenho das coalizões de governo. O nível de capacidade do Poder Executivo, ou seja, seu potencial para efetivar sua agenda, variou de acordo com as características do próprio governo, a resultante da interação de seu perfil com as diferentes configurações ambientais e a pressão sistêmica exercida pelas agências do capitalismo internacional, além de outros fatores circunstanciais.

Tais condições potencializaram a ação de governos afinados com as forças políticas conservadoras e vinculadas ao capital. Fato prejudicial à efetivação de agendas progressistas, comprometidas com mudanças substantivas relacionadas à propriedade e a concentração de renda. Sendo assim, constata-se que no Brasil mandatos de esquerda tendem a sofrer fortes constrangimentos institucionais que afetam aquilo que pretendem realizar e que chegam a dificultar sua própria manutenção. Enquanto isso, no plano do poder que exerce no âmbito da agenda social, mesmo governos que dispõem de elevado nível de capacidade podem não conseguir realizar tudo o que desejam,

a depender da ação dos demais atores e do legado com o qual se deparam.

As classes capitalista e trabalhadora foram abordadas segundo as posições adotadas prioritariamente pela CNI e pela CUT; porém, ao se detectar diversidade de opinião, também foram registradas as posições da FIESP e da Força Sindical. A pretensão foi captar suas posições sobre a agenda social, apesar de que, no Brasil, os capitalistas tradicionalmente interveem na esfera política “por fora” de suas organizações.

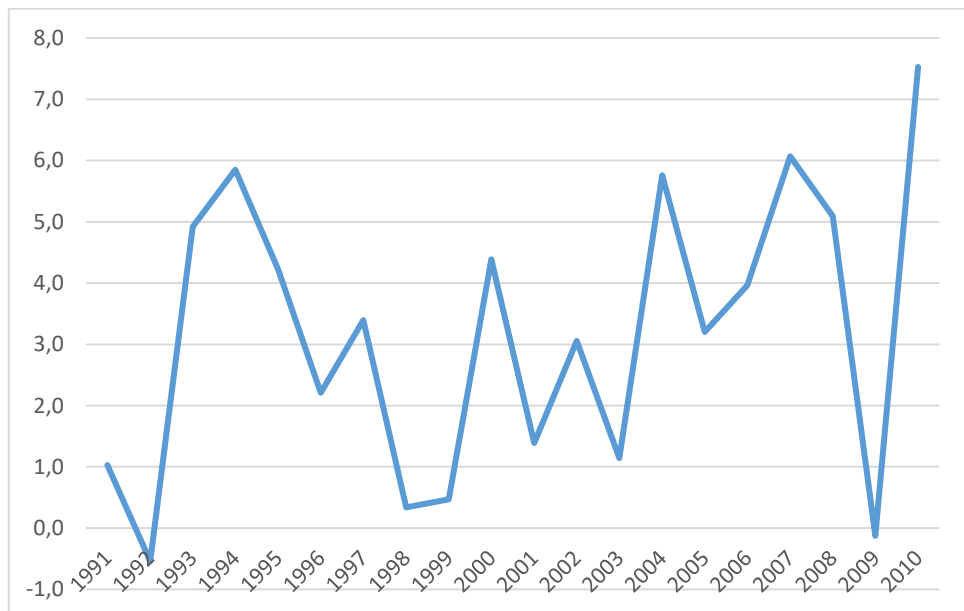
O ambiente institucional econômico, a partir da década de noventa, na esfera interna à firma, incorporou progressivamente a nova tipologia produtiva, enquanto na externa, se adaptou ao novo cenário de concorrência em mercado aberto; mudanças que resultaram em pelo menos três efeitos sobre as classes: 1º relativa à sua própria materialidade, o que condiciona seu peso nas articulações políticas; entre os capitalistas, as frações financeira, associada ao capital externo e aquela nacional voltada para o mercado internacional são reforçadas; os trabalhadores, e, conseqüentemente, suas organizações, sofreram impacto negativo pelos efeitos gerados com a introdução da nova tipologia produtiva. 2º refere-se ao leque de escolhas relacionadas à política social; no caso dos capitalistas, as mudanças relativas ao novo padrão de inserção internacional, os tornam resistentes ao custeio de políticas sociais, uma vez que não podem optar, como no período histórico anterior, em repassar custos ao conjunto de consumidores (Delgado, 2001); os trabalhadores, por sua vez, se veem obrigados a adotar uma postura reativa às sugestões de cortes e alterações em direitos constituídos. 3º diz respeito à rota de ação escolhida, fortemente condicionada também pelo ambiente político, é demarcada por uma postura ofensiva dos capitalistas, contrários à oneração e favoráveis ao aumento da participação do mercado na prestação de serviços sociais, enquanto os trabalhadores buscaram mobilizar outros atores populares e ampliar alianças sociais contra as principais iniciativas do Executivo na área social. No âmbito da interação, verifica-se que, no primeiro ciclo político, é grande a afinidade entre Executivo e capitalistas, enquanto os trabalhadores buscaram ampliar seu poder de ação na articulação com o maior número possível de organizações, populares e outras não restritas àquelas alocadas à esquerda do espectro político.

No que pese a manutenção das linhas gerais da configuração do ambiente econômico, algumas mudanças são percebidas no segundo ciclo, como por exemplo, o aumento no nível do emprego e a melhoria salarial, o que incrementou o poder potencial das organizações dos trabalhadores. O governo do PT introduziu uma nova modalidade de articulação que envolvia, não apenas

os capitalistas, mas também os trabalhadores, conformando uma coalizão social que pretendia ser de tipo “pacto social entre classes”. Conseqüentemente, não obstante o acréscimo de poder potencial, o laço com o partido no poder e a opção política por compor a coalizão ampla neutralizou a capacidade dos trabalhadores de avançar com algumas de suas pautas históricas, dentre elas, a modalidade de imposto progressista ou a redução da jornada de trabalho para 40 horas.

Durante todo o período analisado (1995-2010) percebe-se que a defesa por parte dos trabalhadores de temáticas sociais mais abrangentes foi mais protocolar, ou estratégica, do que propriamente efetiva. A participação foi muito intensa nos debates que cercaram as reformas da previdência e relativamente insipiente em relação às demais, no caso da saúde, fazia defesa formal dos princípios do SUS e, no caso da assistência, jamais exerceu ênfase que pudesse expressar intenção real de influenciar os governos a adotarem políticas distributivas progressistas.

Gráfico 1: PIB – variação em volume



Fonte: IBGE

O gráfico 1 apresenta o comportamento do PIB nos dois ciclos e serve para ilustrar o desempenho econômico que deve especialmente às flutuações internacionais. Evidencia que as condições objetivas foram mais favoráveis na comparação ao governo Lula em termos de disponibilidade financeira para investimento social. É preciso considerar este fato na avaliação dos gastos em políticas públicas, embora não seja o suficiente.

Seguridade Social em cada ciclo político

As agendas sociais ocupam lugares distintos em meio ao conjunto de prioridades selecionadas em cada momento analisado. No governo FHC, as políticas sociais se encontravam subordinadas a dois outros imperativos: o contencionismo financeiro, subjacente à agenda macroeconômica ortodoxa, e ao gerencialismo administrativo que, no caso da política social, consiste em efetivar ações com o mínimo de intervenção direta do Estado. Portanto, nesse momento, a agenda social figurou apartada dos objetivos centralmente perseguidos e foi afetada de duas formas distintas de acordo com o fato de haver ou não pré-existência, ou seja, enquanto a previdência e a implantação do SUS foram pontualmente adequadas aos dois imperativos acima mencionados, a estratégia de combate à fome, que careceu até aquele momento de políticas efetivas, foi montada completamente adequada a ambos.

No caso do governo Lula a situação foi diversa, sobretudo a partir de 2006, que marca um certo tipo de mudança de orientação. Neste ciclo, a política social, particularmente a de combate à fome e à pobreza, figurou como eixo que perpassou tanto a dimensão da estratégia de reforço político do presidente quanto o projeto econômico de constituir no País um mercado de consumo de massas. Na primeira dimensão, principalmente a Política Focalizada de Transferência de Renda (doravante, PFTR), figurou tanto como instrumento de reforço da relação com as organizações sociais tradicionalmente identificadas com o PT e Lula, quanto de ampliação do apoio eleitoral, aumentando de maneira assimétrica a força do presidente em relação à do partido nos segmentos sociais tradicionalmente identificados com o conservadorismo. Além disso, imprimiu simultâneo desgaste de oponentes e aliados à direita. No caso da estratégia econômica, a mesma, associada ao aumento do salário mínimo e a oferta de crédito, reforçou a capacidade de mercado interno, inserindo segmentos anteriormente excluídos ao consumo de massas.

Na base da diferença entre os dois ciclos está uma percepção diversa do papel do Estado o que deriva de duas situações: a maneira como os campos ideológicos e cada partido do presidente percebiam o Estado e a conjuntura internacional mais permissível ao reforço estatal no segundo que no primeiro.

Os três vetores da Seguridade foram analisados conferindo ênfase particular às duas reformas da previdência, a maneira como cada governo

conduziu as respectivas etapas de implantação do SUS e as estratégias efetivadas para combate aos dilemas emergenciais, sobretudo relacionados à fome e à pobreza, identificando elementos de continuidade e ruptura entre os dois ciclos. O principal objetivo foi determinar quais elementos que cada ciclo (ou os dois sinergicamente) imprimiu ao Regime de Bem-Estar Brasileiro.

Considerando a dimensão dos modelos de bem-estar (Esping-Andersen, 1990), é evidente que o governo FHC pretendia promover uma transição no sentido do modelo residual, no de Lula não é clara a opção preferencial, verificando-se um conjunto de ações que ora reforçam arranjos corporativistas, ora residuais. Os dois governos desenvolveram políticas de caráter universal, apenas nos limites dos imperativos econômicos e fortemente condicionadas pelas determinações constitucionais pregressas.

Previdência

No caso da Previdência, as duas reformas (que envolvem as Emendas Constitucionais e outras mudanças legais) pretenderam imprimir a redução da dependência dos fundos públicos, ampliando a participação dos complementares abertos e fechados. Observando o resultado prático durante o arco temporal que agrega os dois governos, não é possível detectar relação direta entre o crescimento da previdência complementar e as medidas adotadas em cada ciclo político, visto que mantém-se a mesma trajetória do período anterior de limitada adesão à previdência complementar de natureza privada, e progressiva expansão dos fundos fechados. Isso induz a concluir que as reformas foram mais normatizadoras do processo já em curso, que propriamente instituidoras de um novo padrão de política previdenciária. Nos casos do financiamento e cobertura, os efeitos verificados resultam substancialmente da situação do mercado: nível de emprego, formalização e base salarial. Neste caso, no governo Lula verificou-se melhorias não identificadas com FHC. O padrão de relação entre financiamento e benefício manteve seus contornos pregressos, verificando-se a modificação do tempo de trabalho pelo tempo de contribuição e a tributação de inativos como sendo dois exemplares de alterações proeminentes. Também teve impacto a política assistencial do governo Lula que alargou o escopo de cobertura do Benefício de Prestação Continuada (doravante, BPC).

A estratificação determinada pela CF/88, que reproduz a substância do

período anterior, mantem-se. Ou seja, permanece fortemente condicionada pela inserção prévia no mercado de trabalho e às condições como esta se dá, porém, é normatizado um novo através do acesso às instituições complementares. Significa que, além da estratificação entre inseridos e excluídos do mercado e dos benefícios serem determinados pelos níveis salariais do período em atividade, reproduzindo na vida após o trabalho o padrão próximo de renda do período laborativo, a partir da regulação dos fundos complementares, um outro estrato é reforçado apartando aqueles que se sustentam com benefícios da previdência pública, limitadas, no caso do Regime Geral, por teto de valores, e aqueles que acessam benefícios complementares. Quem adere aos fundos privados tem seu bem-estar ainda mais conectado às flutuações de mercado, uma vez que sua remuneração depende do funcionamento de institutos não público-estatais. Os três conectam o sujeito e seu padrão de acesso ao bem-estar à estratificação gerada como efeito da operação do mercado capitalista, mas o último é inovador e sua associação é ainda mais estreita, embora se verifique que os níveis de adesão aos fundos privados no Brasil não é comparável ao modelo chileno, tal como era a expressa preferência de FHC (Cardoso, 1996).

Em consequência do padrão de estratificação que reforça, o nível de desmercadorização permaneceu intermediário. Portanto, não se verifica alteração se comparado ao anterior às reformas efetivadas. A previdência desmercadoriza porque emancipa a sobrevivência e o bem-estar do sujeito em relação ao mercado em uma parte da vida ou devido a condições específicas de vida. Porém, o padrão ensejado depende da anterior contribuição própria (por exemplo, o caso da aposentadoria) ou de parente (certas modalidades de pensão).

No que concerne aos impactos em relação à família e outras dependências tradicionais, verifica-se igualmente que não há alteração no padrão progressivo, ficando o sistema previdenciário fortemente associado à família tradicional. Não há preocupação específica com a inserção feminina e de dependentes menores. Mudanças relacionadas à composição sexual da parte beneficiária não se deve à política previdenciária, mas a alterações ocorridas no mercado de trabalho. Apenas no caso do BPC, considerada política assistencial financiada com recursos da previdência, verifica-se parcial alteração nas relações de dependência internas às famílias, no caso, relacionadas aos idosos e deficientes. Se por um lado, garante um aporte de recursos para o sustento desses dois grupos de indivíduos, por outro, é determinada pela prévia comprovação de carência calculada segundo a renda familiar. Neste último caso, a redução da idade e de critérios de concessão pelo governo Lula, favoreceram seu potencial

para arrefecer o arranjo familiar tradicional de bem-estar.

Saúde

A dualidade público/privado já prevista no texto constitucional e que orientou o desenho do SUS é preservada. O Estado financia os serviços que são implementados por organizações estatais, filantrópicas e privadas com fins lucrativos. Além da saúde como assistência pública, também é prevista a oferta privada sob os desígnios da saúde suplementar. Não houve mudança de orientação se comparados os dois governos, ambos buscaram igualmente reforçar o componente privado da oferta pública, inclusive introduzindo novos mecanismos de gestão de equipamentos estatais, regularam a saúde suplementar e estimularam os segmentos sociais com renda suficiente a recorrerem ao setor privado. Simultaneamente, verificou-se avanços na política pública universal.

Essa aparente contradição tem a ver com o fato das medidas efetivadas terem sido condicionadas pelo avanço relativamente autônomo do próprio Sistema Único. Os constrangimentos institucionais exercidos pela política pública já em processo de implantação associado à atuação de agentes políticos interessados no avanço do SUS (militância do movimento popular, profissionais e intelectuais da área, gestores públicos, prestadores de serviços, dentre outros) e que agem unificados na forma de um ator eventual altamente mobilizado em relação à temáticas vinculadas ao setor saúde, contribuíram de maneira determinante para preservar o Sistema das iniciativas descaracterizadoras. Neste caso, a existência dos conselhos que agrupam usuários, gestores e prestadores como instância inerente ao próprio desenho do SUS foi determinante para a conformação de um importante ator de veto.

Para operar ajustes, os governos precisavam lidar com tais forças limitadoras. Isso se evidencia no governo FHC quando se buscou contornar as pressões através de uma estratégia de resignificação dos princípios dos SUS. Resignificar, neste caso, consistia em preservar as dimensões principiológica e formal, porém, alterando seu conteúdo. Dois importantes objetivos foram, focalizar e descentralizar, princípios já previstos no desenho do Sistema, porém, que assumem propósitos discrepantes dos originais. Tornar a saúde pública focalizada em clientela de baixa renda, passou a ser mecanismo de descaracterização da dimensão universal, forma de estimular a oferta privada para os segmentos melhor aquinhoados, sob a justificativa de proporcionar equidade. A forma como FHC conduziu a descentralização de responsabilidades para os entes subnacionais, sem a necessária repactuação para o repasse de

verbas, tornou-se estratégia de desoneração federal.

Desses aspectos resulta que ambos os governos tenham sido caracterizados pela efetivação de medidas incrementais. O governo FHC objetivou ressignificar os princípios do SUS a fim de adequá-los aos imperativos de redução estatal e contenção de gastos, por outro lado, ao estimular o consumo no mercado e ao regulamentar o setor suplementar reforçou os aspectos privatizantes já previstos no desenho da política. No aspecto do financiamento, o Ministério da Saúde patrocinou a aprovação de legislações que caminharam em maior distanciamento das orientações contencionistas da área econômica. Porém, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi redirecionada para financiar o equilíbrio financeiro-orçamentário, enquanto a Emenda Constitucional que determinou a vinculação dos gastos em saúde (EC 29) permaneceu sem regulamentação ao longo dos dois ciclos. Com Lula, a modificação mais relevante nos aspectos em tela foi o aumento dos recursos disponíveis para a área, bem como a participação federal, mas sem se verificou qualquer reorientação substantiva no conteúdo das medidas privatizantes. O exemplo mais proeminente foi a introdução do duplo pagamento através do Programa Farmácia Popular.

Em relação à dimensão da relação Estado-mercado, financiamento e escopo percebe-se que saúde suplementar seguiu se expandindo em ambos os governos, bem como a contratualização com prestadores privados. Aspectos que são tributários mais ao desenho do sistema que às intenções de cada qual que, não obstante, demonstram igualmente preferência por esta modalidade de prestação de serviços. O investimento familiar em saúde foi maior que o público, em ambos ciclos, apesar do segundo efetivar maiores investimentos públicos e se verificar os menores aportes familiares. Os dados revelam o mesmo processo de crescimento do mercado de saúde em ambos.

O avanço da saúde suplementar produz diferenciação entre usuário do sistema público e consumidores de serviços privados, aspecto reforçado pela orientação focalizante inaugurada no governo FHC e preservada no ciclo seguinte. Entretanto, o crescimento da oferta privada não contradiz a hegemonia do SUS, as famílias optam em recorrer ao privado devido á preferência, não por desamparo. Não significa refutar que o SUS enfrente sérios dilemas de acesso, alguns dos quais ocasionadores de risco a própria vida. Exemplo destes é a demora que o usuário enfrenta para ter garantida a atenção especializada. Porém, mesmo que o fator qualidade seja estímulo ao recurso à saúde suplementar, a inserção no mercado não se traduz em condicionalidade para acesso ao serviço,

uma vez que a lei determina o amparo público a todos indistintamente. De maneira que a cobertura se estende a toda população, produzindo uma estratificação verdadeiramente independente daquela gerada pela operação do mercado capitalista e pelos arranjos corporativistas e tradicionais de bem-estar.

Como o recurso ao serviço público de saúde requer apenas a condição previa de ser cidadão, observa-se nesta dimensão um elevado nível de desmercadorização potencial, posto que a assistência independe de renda ou contribuição prévia, tornando irrelevante a inserção no mercado de trabalho, categoria profissional à qual pertence, condições físicas ou sociais e nem faixa de rendimento. Simultaneamente, também não é exigida qualquer mediação diferente da necessidade individual para obter acesso, fato que também torna elevado seu nível de superação de arranjos tradicionais de bem-estar.

Assistência Social

Fome e pobreza são problemas sociais que exercem efeitos sobre todas as outras políticas. A despeito disso, o Regime de Bem-Estar Brasileiro jamais teve incorporado iniciativas públicas adequadas nos períodos que antecederam os ciclos políticos analisados. Desde Vargas e sua Legião Brasileira de Assistência (LBA), as políticas de amparo ao pobre sempre estiveram fortemente vinculadas à filantropia. As iniciativas caritativas se processam fora do Estado e reforçam esquemas tradicionais de dominação, especialmente comunitária.

A primeira alternativa tentada no governo FHC foi a “estratégia de parceria” que se revelou uma reedição de política com o mesmo perfil LBA, porém, a partir de então efetivada sob a lógica de uma organização renovada que se inspirou nos êxitos parciais obtidos pelo Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) criado no governo Itamar Franco. Denominada Programa Comunidade Solidária, a nova instituição requeria articulação entre Estado e mercado, e forte interesse do segundo, tanto na prestação de serviços quanto no seu financiamento. Sua cobertura, restringia-se a programas pontuais dirigidos aos “bolsões de pobreza” de maneira ineficiente e fragmentada, enquanto seu foco reduzia o público beneficiado a um contingente inferior daquele necessitado. Além de ser marcado pela desarticulação entre as diversas iniciativas, o que gerava lacunas e sobreposições, havia problemas relacionados à descontinuidade e carecimento.

A estratégia reforçava a modalidade de estratificação social produzida pelo mercado e gerava forte estigma. Não ensejava desmercadorização uma vez que não criava condições sólidas de sobrevivência independente da inserção produtiva, além de reforçar e inovar modalidades tradicionais de bem-estar ligadas à filantropia e a caridade.

Frente às flagrantes insuficiências, a estratégia de parceria foi sucedida pela Política Focalizada de Transferência de Renda (doravante, PFTR), ainda no governo FHC. Entretanto, a centralidade que tomou no governo Lula, com as mudanças de natureza institucional e o volume de financiamento envolvido, torna-a substancialmente distinta quando comparada à modalidade praticada pela administração anterior. O governo petista ampliou muito a parcela do orçamento destinado a ela, tanto em relação à proporção do PIB quanto no volume de recursos repassados; também é discrepante no número de famílias contempladas ou em relação aos valores efetivamente recebidos pelos beneficiários. No governo do PSDB ela não exerceu efeitos práticos mensuráveis sobre a fome e a pobreza, diferentemente dos anos Lula, nos quais se verificou melhoria apreciáveis nos indicadores, especialmente, de pobreza, extrema pobreza e desigualdade.

Tais resultados não são tributários exclusivos à PFTR, guardando relação, sobretudo, com efeitos econômicos e políticos resultantes das melhorias nos níveis de emprego e salariais e a um extenso elenco de iniciativas públicas não restritas à Seguridade Social ou à economia.

No governo do PSDB, a PFTR também foi implantada de maneira subordinada à outras prioridades contraditórias em relação a ela, daí requeria o mínimo de atuação governamental e ficou apartada da política econômica. Como já sublinhado, no governo do PT, por sua vez, ela transcendeu a condição de política social, se tornando engrenagem das estratégias política e econômica do Executivo, como ferramenta para elevar seu nível de capacidade e efetivar o desenvolvimento do mercado de consumo de massas.

No que se refere à estratificação resultante de sua implantação, os indivíduos são integrados, sobretudo, pelo consumo, não pelo direito. Tal como a estratégia de parceria, negligencia aspectos culturais relacionados à pobreza, naturalizando a miséria e não revertendo a culpabilização individual pela condição social. Simultaneamente, ainda que a orientação da política permaneça sendo a inserção produtiva, o beneficiário assume maior autonomia em relação ao mercado, o que evidencia um nível relativamente satisfatório de desmercadorização, especialmente se relacionado aos trabalhos extremamente

precários e degradantes. Ao proporcionar meios mínimos de sobrevivência, o sujeito é empoderado para rejeitar certos tipos de atividade laboral.

Não constitui um arranjo de perfil tradicional, que cria ou reforça relações de dependência internas às famílias, posto que o governo a disciplina quanto à educação e saúde dos filhos e altera relações domésticas de poder. Como a mulher é beneficiária direta, presume-se que produza modificação na relação desta com outros membros do núcleo familiar e mesmo da comunidade a qual encontra-se inserida. A família não é desconsiderada, ao contrário, esta constitui referência, na seleção de beneficiários e avaliação, porém não é necessariamente reforçada em sua conformação tradicional de perfil paternal.

Considerações Finais

Os aparatos de proteção social se desenvolveram no Brasil em períodos autoritários. Este fato criou uma situação na qual os indivíduos tinham a sua disposição determinados serviços sociais desassociados de direitos considerados básicos. A compreensão marshaliana de cidadania é critério através do qual se pode avaliar o alcance do bem-estar em seu sentido mais amplo. Não são apenas as políticas sociais que criam o enredo de condições para os indivíduos satisfazerem necessidades e realizarem seus desejos. Quando apartadas dos direitos civis e políticos não podem configurar o bem-estar em forma plena. Por outro lado, se as políticas sociais não possuem o alcance necessário para incorporar todas as camadas da sociedade a, pelo menos, os aspectos mais básicos da vida civilizada, partindo do acesso a alimentos, não parece adequado supor que outros direitos como o da participação política possam atingir o impacto esperado. O desenvolvimento das políticas educacional, de saúde e previdência, por exemplo, tem seu alcance e efetividade comprometidos se antes (ou ao lado) destas a pobreza permanecer uma constante.

Tais reflexões conduzem a uma conclusão, até certo ponto analítica e, a partir deste, normativa, de que a agenda social efetivada no governo Lula produziu impacto mais efetivo que a do predecessor sobre as condições consideradas básicas para o efetivo bem-estar. Ao se esmerar por reduzir os níveis de pobreza, pobreza extrema e desigualdade, este conseguiu, remover algumas das distorções que não afetam apenas o Regime de Bem-Estar, mas a própria dimensão da cidadania. Não significa afirmar que a estratégia foi a mais adequada, uma vez que inserir os indivíduos pelo consumo cria outros dilemas

de ordem cultural e política que afetam sua própria condição de manter-se no tempo. Alternativa a esta seria realizar reformas estruturais progressistas, relacionadas à questão da propriedade e às políticas fiscal e tributária. Porém, a opção de adotar uma agenda menos “radical”, pode ser tributada aos impasses relacionados à configuração do funcionamento do sistema político. De maneira que a PFTR foi uma saída “econômica” e propicia ao consenso, portanto, a alternativa mais aceitável às forças políticas majoritárias, incrustadas na arena representativa em função das próprias regras do jogo democrático brasileiro e, portanto, mais viável na comparação com outras alternativas dispostas no horizonte de escolhas às quais o Executivo estava confrontado.

Não se trata de afirmar que seria uma escolha considerada igualmente ótima por qualquer gestor, visto que a relação com determinados atores sociais e a ideologia são fatores pertinentes para a explicação das escolhas políticas feitas pelo governo encabeçado pelo PT. Mas aonde se verifica virtude, também se encontra o pecado. A opção pela via econômica, foi aceita pelas organizações dos trabalhadores de maneira acrítica e até contraditória com suas posições progressistas. Ao aderir ao pacto social, não interpôs ao governo constrangimentos que pudessem empurrá-lo à adoção de ações estruturantes. Contemplaram a manutenção das relações de propriedade de maneira complacente; aceitaram, na prática, tudo o que o governo propôs fazer, desde que os interesses imediatos relacionados ao emprego, salário e consumo seguissem sendo levados em conta. Adotaram o programa do presidente ao invés de buscar impor-lhe o seu. Um certo preço será pago agora, quando perpetrado o golpe que levou Michel Temer à testa do Executivo Federal, seguido pela eleição de Jair Bolsonaro. As organizações populares e sindicais, desacostumadas com as ruas e em negociar combativamente seus interesses, bem como a opção do PT de se igualar aos demais na dimensão da condução pragmática das interações políticas, contribuíram para criar o contexto favorável para que o governo ilegítimo retomasse de maneira piorada a agenda da década de noventa, e que o presidente eleito em 2018 conferisse a ela a legitimidade que perdera em 2002 nas urnas.

O novo cenário coloca em risco as conquistas que modelam o atual Regime de Bem-Estar, não apenas as recentes, como também as históricas, não apenas na área da segurança alimentar, mas toda a Seguridade Social e demais direitos sociais preconizados pela CF/88. Neste momento, tudo o que é sólido está se desmanchando no ar e a expectativa de avanços foi substituído pelo temor do retrocesso.

Referências

- ABRAMOV, Oleg. Governo FHC e Estratégia de Parceria: retomando a análise crítica do Programa Comunidade Solidária. *Revista Eletrônica de Ciência Política - recp*, v. 7, p. 122-145, 2016.
- BOYER, Robert. **A Teoria da Regulação** – uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política: a história que vivi**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- DELGADO, Ignacio. **Previdência social e mercado no Brasil**. São Paulo: LTR, 2001.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. **Politics against markets: the social democratic road to power**. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. **The three worlds of welfare capitalism**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. **Social Foundations of Post-Industrial Economies**. Oxford: Oxford University, 1999.
- HALL, Peter; SOSKICE, David. **Varieties of capitalism**. New York: Oxford University, 2001.
- IMMERGUT, Ellen. M. As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 30, fev. 1996.
- MELO, Marcus André B. C. de. A formação de políticas públicas e a transição democrática: o caso da política social. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, 1990.
- SKOCPOL, Theda. **Protecting Soldiers and Mothers**. Chicago: Harvard University Press, 1995.
- SWAAN, Abram. de. **In care of the State: health care, education and Welfare in Europe and the USA in the modern era**. Cambridge: Polity Press, 1988.

Brazilian welfare regime in two recent political cycles

ABSTRACT

The paper undertakes a comparative analysis of the actions related to Social Security that impacted the Brazilian Welfare Regime carried out by the governments Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio Lula da Silva. The consequences related to the interaction between state and market in the provision, financing and coverage of each policy are considered, and, based on this, the type of social stratification afforded by each, its de-equalizing effects and traditional welfare arrangements.

Keywords: Brazilian Welfare Regime; Social Security; FHC Government; Lula Government.



Campepinato e Agricultura Familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar

André A. Michelato Ghizelini¹

Lucas Araguão²

RESUMO

O artigo tem por objetivo contextualizar e debater o processo de formação do conceito de campeonato e sua “transição” para agricultura familiar. As divergências e convergências no debate teórico metodológico e suas implicações para o avanço de consensos em torno da problemática para conceituar e definir o que vem a ser as populações rurais que se organizam em propriedades familiares. Espaço este que não será lugar exclusivo para o mundo trabalho, mas compartilha trabalho e espaço de vida. Como denominá-los? Quais as implicações dessa denominação? Estas são questões que sempre estão na linha do horizonte para quem mergulha no debate sobre o mundo rural e que são fundamentais para pensar o processo de quem são, onde estão, como vivem, o que produzem, quais as condições para sua reprodução social e como se relacionam com as sociedades envolvidas. Portanto, este artigo apresenta e problematiza o debate, que não se esgota, sobre até onde é ou não campeonato, agricultura familiar, agricultura familiar camponesa, agricultura familiar moderna, enfim, e quais os pressupostos que fundamentam tais construções conceituais.

Palavras-Chave: sociologia rural, agricultura familiar, campeonato, sociologia da questão agrária

Recebido em 13/07/2018

Aceito para publicação em 20/11/2019

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v1i23.28030>

Introdução

A partir da década de 90 a categoria agricultura familiar surge e alcança lugar de destaque enquanto um ator social, político e econômico no Brasil. Diferente do que acontece com outros termos e conceitos utilizados nas pesquisas acadêmicas, em que os próprios sujeitos têm resistências em se

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Professor da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: andremichelato@gmail.com.

² Graduando em ciências sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: lucasaragao34@gmail.com.

identificarem em aceitar uma denominação externa ao seu modo de vida, a categoria conceitual agricultura familiar conseguiu extrapolar as fronteiras do discurso acadêmico, dos gabinetes de ministérios, dos limites jurídicos e dos círculos da intelectualidade, e foi incorporado pelos próprios atores, como um fator de unificar uma categoria social bastante heterogênea e dispersa num território continental como o Brasil.

O ator social, ao qual a categoria diz respeito, consegue se enxergar, ter identificação e se reconhecer no conceito atribuído externamente, sobretudo por esse fazer referência de modo tão específico e generalizante ao mesmo tempo, ao que emerge de mais importante nesse modo de vida de fazer e viver no campo.

O conceito de agricultura familiar, desde seu surgimento, vem se consolidando não apenas como um conceito abstrato, mas como realidade objetiva, de formas de vida que se organizam diante de uma realidade intensamente industrial, urbana e capitalista, que nega e tem dificuldade em reconhecer o rural enquanto espaço de vida.

A agricultura familiar é reconhecida por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), que atestam a capacidade que esse modo de fazer agricultura têm contribuído de forma importante para a soberania alimentar dos povos, gerando emprego e renda, ao mesmo tempo em que se caracteriza por uma forma de agricultura que tem como premissa uma perspectiva de ser socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Dados recentes de relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) mostram que a agricultura familiar é responsável por 80% da produção de alimentos no mundo (FAO, 2014). No caso brasileiro, o Censo agropecuário de 2006 identificou que os agricultores familiares são responsáveis por 84% do total de estabelecimentos agropecuários, e empregam 74% da mão de obra disponível no campo (IBGE, 2006). E é da agricultura familiar que saem 70% dos alimentos que compõem a alimentação diária da população (UNSCN, 2014). No entanto, os estabelecimentos da agricultura familiar correspondem apenas a 24% da área total dos estabelecimentos agrícolas (IBGE, 2006), o que evidencia os velhos problemas não resolvidos da nossa questão agrária, como a concentração de terras e a permanência dos latifúndios improdutivos.

Para um marco histórico da trajetória de efetivação da agricultura familiar no Brasil, pode-se tomar como referência a promulgação do Decreto nº 1946, de 28 de Junho de 1996 (BRASIL, 1996), durante o governo Fernando

Henrique Cardoso, que deu origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que representa [...] *a primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a produção familiar* (ALTAFIN, 2007, p.13). O PRONAF se destina ao financiamento de projetos individuais ou coletivos que visem a geração de renda e melhoria das condições de produção para os agricultores familiares. Durante esses mais de vinte anos de existência do programa de crédito, foram aplicados R\$ 156 bilhões, sendo R\$ 28,9 bilhões disponibilizados apenas para a safra 2015/2016, beneficiando 2,6 milhões de unidades familiares, em 5.379 municípios (IBGE, 2011).

Outro marco referencial importante para a agricultura familiar no Brasil foi a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), que ficou conhecida como a lei da agricultura familiar, por delimitar formalmente o conceito, estabelecendo os critérios de enquadramento e características distintivas dessa categoria. Destaque para o artigo 3º:

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Afora o ordenamento jurídico que passa a reconhecer oficialmente essa forma de agricultura, os projetos e políticas públicas elaborados especificadamente para o setor, e o discurso do senso comum, no âmbito acadêmico o conceito de *agricultura familiar* ainda é intensamente debatido, com pesquisadores assumindo posturas diversas, o que por sua vez exerce influência nas estratégias de desenvolvimento, na construção das identidades coletivas, na pauta dos movimentos sociais, na agenda do sistema político, demandando ações e até mesmo na forma como se dá a relação campo x cidade. Talvez o ponto mais pujante desse debate não encerrado seja a divergência entre o conceito de agricultura familiar e o de campesinato, o que definitivamente não

se reduz a algo banal, mera questão semântica ou excesso de “capricho” do mundo acadêmico, pois trata-se de uma construção teórica que dará fundamentação para a concepção que estabelecerá o que é, como age e interagem, mas principalmente, como as políticas públicas e o Estado devem olhar e interagir com esse modo de vida no rural brasileiro. Ou seja, este debate leva a fortalecer determina dimensão e forma da agricultura familiar, seu desenvolvimento para alguns caminhos que foram determinados dentro destes campos de disputa teórico conceitual.

Nesse sentido, Wanderley (2013) propõe um debate acerca das problemáticas recentes no uso dos conceitos de agricultura familiar e campepinato. A autora rememora que durante a década de setenta, do século XX, importantes abordagens teóricas davam como certo o prognóstico de que o campepinato iria invariavelmente se decompor e se desfazer. Estas teses, davam como certo que em função do avanço dos processos de modernização da agricultura e o crescimento de uma agricultura industrial e intensamente integrada a complexos agroindustriais, os camponeses, pequenos agricultores, meeiros, caipiras, colonos entre outras denominações da agricultura tradicional, tenderiam à conversão em mão de obra assalariada, num processo de proletarização no campo. No entanto, à rigor isso não se realizou como previsto. Apesar de todas as transformações ocorridas no meio rural, derivadas do processo de modernização que injetou o modelo empresarial-industrial na agricultura, pressionando e exigindo constantes mudanças e adaptações, tal fato não suprimiu a produção de base familiar, não se efetivando assim o integral processo de proletarização que estava no horizonte (durante a década de 70).

Para tanto, este processo de modernização no campo gerou um processo de mesmo não proletarizando a agricultura de base familiar, impulsionou estes para um processo de modernização, que teve como consequência, desde um processo de intensificando da agricultura de base familiar para sua inserção na agricultura empresarial e industrial, como também na aceleração do processo de êxodo rural daqueles “não aptos” a estes novos tempos para o fazer agricultura. Ou seja, esta moderna agricultura passou a exigir maior eficiência a partir de padrões de produção baseados na eficiência capitalista industrial, mesmo para aquelas formas de agricultura que até mesmo refutam estes processos, como a agroecologia, passaram a se modernizar, seja no processo produtivo a partir da intensificação produtiva, até mesmo nos processos de comercialização.

Desta forma, a autora refuta as teorias que identificam na agricultura familiar um ator social completamente novo, gerado dentro e a partir dos

interesses do Estado. Para estes teóricos, seguindo uma espécie de linha evolutiva, a agricultura familiar foi pensada para a modernidade assim como o camponês está para o passado, para o arcaico, atrasado, aquele que ficou para trás no carrossel da história. A tese defendida por ela é que, apesar de o que identificamos como agricultura familiar, hoje ser em grande parte diferente do observado no conjunto do campesinato, em décadas passadas, ainda assim se trata de um ator social que tem uma história, não foi simplesmente criado pelo Estado, e essa história é justamente marcada por um passado camponês. A esse ponto é que se refere sua hipótese de trabalho: a de que não ocorre(u) no Brasil rupturas definitivas (um rasgo de tempo do campesinato para a agricultura familiar), mas de que devemos tratar de pontos de rupturas e convergências, de continuidade entre o passado e o presente.

A agricultura familiar não é sinônimo de campesinato, mas o campesinato é uma forma de agricultura familiar, mas nem toda agricultura familiar é a expressão do modo de vida camponês.

Analisando as transformações e exigências de adaptação impostas pelo modelo empresarial-industrial de agricultura, percebe-se como isso introduziu novos elementos na vida da agricultura de base familiar, sendo muitos deles fatores até então inexistentes, como os cálculos complexos advindos da financeirização dos bancos e juros; o planejamento sistemático da jornada de trabalho; a especialização da produção; o menor poder decisório sobre o que e como plantar; dependência dos *in puts* externos; e a influência dos mercados internacionais na formação dos preços. Com esses elementos já é possível refutar a idéia de que a agricultura familiar de hoje seja uma transposição automática do que foi o campesinato, que seria a tese da continuidade entre as duas situações, e se aproximaria muito mais da perspectiva da ruptura completa entre ambos, dando origem ao ator social completamente novo, em nada parecido com as formas pretéritas de pequena agricultura.

Nesta perspectiva de ruptura, a agricultura familiar passa a ser um sujeito passivo, sem história, sem projetos coletivos para sua realização enquanto sociedade, dependente das ações de políticas públicas, que o criou e deu forma. E o campesinato, que mais uma vez é colocado num cenário em que a existência, permanência e sua reprodução social não é uma possibilidade; é, antes, um resquício do atraso, um incômodo para o desenvolvimento pleno da agricultura familiar. Nesses termos é que se pode entender a “terceira via” proposta por Wanderley (2013), que dialoga com outras duas proposições: supondo e identificando a existência de pontos de “ruptura e continuidade” entre os dois

conceitos (familiar e camponês), não se aceita nem a continuidade simplesmente de um campeonato, nem a ruptura completa que lega ao campeonato o atraso, como contraponto ao moderno (WANDERLEY, 2013). Todavia, essa compreensão só é possível ao passo que abandonemos a concepção apenas jurídica e operacional dos conceitos. Assim, faz-se necessário o entendimento da agricultura familiar como um *conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares*. (WANDERLEY, 1996, p. 2).

A partir desta perspectiva de garantir a heterogeneidade e a diversidade das formas de expressão da agricultura de base familiar, Iara Altafin traz contribuições para tipificar a agricultura familiar. O primeiro modelo foi elaborado dando maior peso às formas de inserção ao mercado, que resulta numa divisão em cinco categorias:

Tipo A: tecnificado, com forte inserção mercantil. É predominante na região de cerrado, geralmente ligado à produção de grãos;

Tipo B: integrado verticalmente em Complexos Agro-Industriais – aves e suínos, por exemplo – e mais recentemente em perímetros irrigados voltados à produção de frutas;

Tipo C: agricultura familiar tipicamente colonial – Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais – ligados à policultura combinando lavouras, pomares com a pecuária e a criação de pequenos animais;

Tipo D: agricultura familiar semimercantil – predominante no Nordeste e no Sudeste;

Tipo E: de origem semelhante ao tipo D, porém caracterizada pela marginalização do processo econômico e pela falta de horizontes (BAIARDI apud ALTAFIN, 2007, p.13-14).

Para tanto, encontramos duas principais abordagens que defendem propostas contraditórias, mas ambas bastante utilizadas contemporaneamente: uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas, e outra que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas, e que tem no campeonato base e sustentação para esse processo de transformação.

Portanto, na primeira tese, Huges Lamarche (1998) e Nazareth

Wanderley (1998) defendem a ideia de que a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora múltiplas situações específicas, sendo o campesinato uma dessas formas particulares, coexistindo a agricultura familiar e campesinato num mesmo tempo histórico. Assim sendo, o campesinato é uma forma de agricultura familiar, mas nem toda agricultura familiar é uma forma de camponês.

De outro lado, a tese defendida por Kautsky é a de que o campesinato desapareceu em função da expansão e hegemonização do capitalismo, impossibilitando seu ressurgimento e para tanto, foi suplantado por novas formas de fazer agricultura que estão fundadas na lógica moderna capitalista.

Chayanov (1974) caracteriza e descreve como se estabelecem as relações interna e externamente à unidade de produção familiar. Segundo o autor, a agricultura familiar tradicional caracteriza-se pela especificidade na forma como ela se estrutura e organiza-se internamente, ou seja, *...o produtor familiar é fundamentalmente um proprietário que trabalha. Na verdade, quem trabalha é o agricultor e sua família, e é familiar a propriedade do estabelecimento* (WANDERLEY, 1998, p. 31). A dificuldade em estabelecer uma diferença significativa entre o mundo do trabalho e o mundo da vida na propriedade familiar, não é tarefa tão simples como no produtor rural de médio e grande porte, que se utilizando de mão-de-obra assalariada, se reproduz a partir da lógica da empresa capitalista. Já na agricultura familiar não há uma separação significativa entre a “empresa” e a família, pois o lucro obtido do trabalho físico e mental do agricultor é considerado renda para a reprodução social de sua estrutura familiar (WANDERLEY, 1998). Esta caracterização é fundamental para que se inicie qualquer discussão e elaboração teórica sobre a agricultura familiar.

Vale mencionar ainda que, na agricultura familiar, a forma de reprodução social estará ligada direta e proporcionalmente à *força de trabalho disponível e a magnitude de suas necessidades de consumo* (WANDERLEY, 1998, p. 33). A força de trabalho exigida na agricultura familiar dependerá do quanto é necessário para satisfazer as necessidades de consumo da família.

Assim como Chayanov, Lamarche (1998) faz a análise das formas de reprodução da agricultura familiar subdividindo-as em quatro diferentes modelos, partindo do princípio de que a organização da produção e do trabalho familiar, assim como a relação da lógica de mercado e a lógica familiar influenciam diretamente nas formas de reprodução social. O autor propõe os seguintes modelos: 1) o modelo empresa; 2) o modelo empresa familiar; 3) o

modelo agricultura camponesa ou de subsistência; e 4) o modelo agricultura familiar moderna.

O primeiro modelo, denominado de empresa, se caracteriza principalmente pela função objetiva de gerar lucro, e está baseada na forte dependência de insumos e tecnologias e a fraca predominância do trabalho familiar. Neste modelo é factível a presença preponderante da racionalidade instrumental sob a subjetividade, descaracterizando as relações homem-natureza que é sobreposta pela lógica do mercado.

O segundo modelo, empresa familiar, diferencia-se do primeiro no que se refere ao trabalho, pois há uma forte predominância da mão de obra familiar, no entanto possui uma acentuada dependência do exterior e forte relação com a dimensão técnica da produção.

O terceiro modelo, a agricultura camponesa ou de subsistência, caracteriza-se por ter uma predominância das lógicas familiares e pouca dependência do mercado e de tecnologias modernas. Ressalta-se forte presença de técnicas tradicionais, com objetivo de satisfazer as necessidades familiares de consumo, em detrimento do lucro e da acumulação de capital. Neste terceiro modelo, muitas vezes a opção por manter-se na lógica de produção tradicional, caracteriza-se por ser uma estratégia de autodefesa do agricultor em se proteger do mercado ou mesmo garantir sua identidade enquanto agricultor familiar.

O quarto e último modelo, a agricultura familiar moderna, caracteriza-se, de um lado, pela *busca de uma diminuição constante do papel da família nas relações de produção e, de outro, a busca da maior autonomia possível* (LAMARCHE, 1998, p. 78). Este modelo representa, em certa medida, o agricultor familiar que está entre a agricultura tradicional e a moderna, pois ao mesmo tempo em que tenta resguardar a família do trabalho com a utilização de tecnologia moderna, busca manter certa autonomia.

Uma das definições mais utilizadas para o conceito de agricultura familiar se deu com um estudo de cooperação técnica entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO/ONU). Segundo esse estudo, agricultura familiar é definida com base em três características centrais:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da

família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996, p. 4).

Segundo Shanin

Há razões para definir 'camponês' e há razões para deixar indefinida a palavra. Tal decisão jamais é inconsequente, pois este conceito, se aceito como tal, vincula-se ao próprio âmago do pensamento teórico sobre a sociedade global contemporânea e reflete-se em conclusões de imediato interesse político e analítico. O que importa são as maneiras com tais palavras são utilizadas (SHANIN, 2005, p. 1).

A escolha que será utilizada é pela atualidade do conceito, pela sua permanência enquanto capacidade explicativa da realidade social, como prisma suficiente amplo para abarcar a diversidade própria do campesinato nos diferentes contextos e formas em que se apresenta, e potência de síntese para as aspirações e projetos comuns dos sujeitos sociais que se definem, se reconhecem, enquanto camponeses. É, sem dúvida, uma opção metodológica pelo *fim do fim do campesinato* (FERNANDES, 2002, p. 6), ao menos como referencial teórico, entendendo a importância do conceito para a compreensão de fenômenos relevantes e atuais, como: o destaque que tem se dado a agricultura familiar no Brasil e no mundo; a discussão entre soberania alimentar e os modelos produtivistas atuais; a crise ambiental e seus desdobramentos; os dispositivos tecnológicos (agroquímicos, transgênicos, etc) frente o Direito; a “propaganda verde” e os padrões de consumo massificados; os conflitos entre povos e comunidades tradicionais e os projetos de grandes impactos; a existências de grupos organizados no campo e as tensões do Estado; o avanço das fronteiras e o movimento do capital nos territórios. Enfim, em todas essas questões, e ainda outras, o conceito referido se mostra uma ferramenta analítica ainda não superada.

Nas “belas artes”, representações da vida campestre não faltam em número ou qualidade. Pieter Bruegel, renascentista de origem flamenga que viveu no século XVI, notabilizou-se por colocar no plano em destaque imagens do cotidiano, das pessoas e suas lidas reais. Em sua obra *Ceifeiros* (BRUEGEL, 1565) se vê um grupo trabalhando, ao lado outro grupo fazendo suas refeições, um homem dormindo à sombra de uma árvore, outro trazendo uma jarra de bebida, um bebê na cesta recebendo cuidados, tudo isso acontecendo em um

mesmo espaço. Tal cena ilustra um aspecto peculiar do campeinato, sua gestão do tempo x trabalho, que é diferente da noção abstrata de tempo característica das sociedades industriais.

Se olharmos para o camponês real, não o camponês abstrato, quando ele está trabalhando, veremos que ele é capaz de sentar-se à sombra de uma árvore numa hora quente do dia e comer um pouco da comida que trouxe de casa, saboreá-la ou até tirar uma soneca. Então, quando o calor diminui, ele retoma o trabalho, e aí ele trabalha realmente pra valer e termina o que tem que ser feito, só Deus sabe quando (SHANIN, 2008, p. 38).

Em *Angelus* (MILLET, 1859), Jean-François Millet expressa um sentimento presente em parte da sociedade europeia em fins do século XIX, que com a velocidade da mudança e as consequências do desenvolvimento industrial e a vida nas cidades, é tomada por um saudosismo de uma outra sociedade, de outro modo de vida, sendo o rural a representação desse cenário idílico, bucólico, portador da pureza perdida. Nesse rural idealizado, o casal de camponeses compõe placidamente o quadro, com uma igreja ao fundo. Com *Os comedores de batata*, Vincent Van Gogh afirma

Apliquei-me conscientemente em dar a ideia de que estas pessoas que, sob o candeeiro, comem as suas batatas com as mãos, que levam ao prato, também lavraram a terra, e o meu quadro exalta portanto o trabalho manual e o alimento que eles próprios ganharam tão honestamente (GOGH, 2007, p. ?).

Uma visão que é próxima da definição de campeinato [...] *como aquele que trabalha a terra para se nutrir* (MENDRAS, 1978, p. 44), tendo a satisfação imediata das necessidades do grupo doméstico como um dos elementos fundantes da racionalidade camponesa.

Na produção hollywoodiana *As vinhas da Ira* (FORD, 1940), famílias camponesas têm suas terras tomadas pelos bancos, e são forçados a vagar pelas estradas, tendo que se tornar mão de obra assalariada para grandes empresas rurais, vendo esfaceladas suas identidades enquanto camponeses.

A julgar pela riqueza das representações culturais, tem-se ideia da importância que os camponeses exerceram na história da formação humana.

Fica evidente que o conceito antecede e foge exclusivamente da alçada das ciências sociais, sendo por ela apreendido e incorporado como categoria analítica.

Uma outra abordagem possível para a compreensão do campesinato é levantada por Wolf (1976), a partir da Antropologia. Para o autor, *as sociedades camponesas estão num meio do caminho entre os povos primitivos e as sociedades industriais modernas da atualidade, tendo essa última sido erguida sobre as ruínas do campesinato* (WOLF, 1976, p.9). Nesse sentido, a situação do campesinato está intimamente ligada ao desenvolvimento do próprio conceito de civilização como entendemos hoje, que é caracterizado como sendo uma [...] *ordem social complexa, baseada na divisão entre os que governam e os que cultivam produzindo alimentos* (WOLF, 1976, p.16). Para tanto, a gênese da civilização humana, só foi possível de ser assegurada por existir uma produção de excedentes, e é justamente a forma como esses excedentes são geridos é que marca a diferenciação entre os camponeses e povos primitivos.

Nas sociedades primitivas, os excedentes são trocados diretamente pelos grupos ou por seus membros; os camponeses, no entanto, são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivaram a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços” (WOLF, 1976, p.16).

Como se vê, o campesinato é caracterizado como sendo uma ordem social envolta por relações de submissão ao restante da sociedade (processo de civilização e conseqüente aparecimento do Estado), e em função dessa se dá sua condição de produtores de excedentes. A produção de excedentes é justamente aquela que ultrapassa os limites calóricos mínimos necessários para a sobrevivência e reprodução do grupo familiar – a unidade de produção camponesa. Essa unidade tem a peculiaridade econômica de ser ao mesmo tempo um espaço de produção e de consumo, agregando tanto *bocas para alimentar quanto mãos para trabalhar* (WOLF, 1976, p.28). A garantia de assegurar o consumo calórico mínimos de seus pares e a realização de uma produção de excedentes estão atreladas a três outros fatores que se integram na complexa equação com a qual o camponês se depara nas suas ações. O autor define esses fatores por *fundo de manutenção, fundo cerimonial e fundo de*

aluguel WOLF, 1976, p.18-24).

- a) *Fundo de manutenção se refere aos gastos que o camponês precisa para garantir a continuidade do seu trabalho ao longo do tempo (num próximo ano, próxima colheita, outra estação...). Esses gastos devem cobrir tanto o reparo dos seus equipamentos de trabalho como garantir o consumo futuro, através da produção e estocagem de sementes para posterior plantio;*
- b) *Os fundos cerimoniais correspondem a manutenção e inserção nos processos de sociabilidade camponesa, é o que anima as coletividades locais e aciona seus mecanismos de funcionamento e preservação cultural. Referem-se a esses as festas e rituais religiosos, os eventos de funerais, as regras de parentesco e sucessão patrimonial e as cerimônias de casamento, que tem caráter importantíssimo. Nesse aspecto, Shanin (2008, p. 46), discorrendo sobre o campesinato russo afirma que entre eles “[...] é um casamento entre cavalo, terra e força de trabalho, esse é o casamento que existe”. A importância do matrimônio e a forma como ele é instituído, é preponderante para as estratégias de reprodução do campesinato, garantindo uma manutenção de força de trabalho e reforçando os vínculos com a propriedade, as coletividades e a sociedade envolvente. Embora nem todas as situações de campesinato necessitam de um fundo cerimonial, e nessas o tempo efetivo de trabalho de um camponês é reduzido, bastando o necessário para os fundos de manutenção e o consumo mínimo calórico;*
- c) *Estando o campesinato inserido em relações com a sociedade envolvente, esta é marcada por existência de correlação assimétrica de forças em seu interior, expressão do direito e poder atribuídos a um grupo sobre o outro. Sendo o campesinato a parte mais “fraca” dessa relação, o fundo de aluguel diz respeito a parcela destinada à manutenção da propriedade, pelo pagamento ao efetivo “dono” da propriedade. Esse pagamento pode ser em dinheiro, em produção ou mesmo em trabalho.*

Tais fatores são elementos constituintes do campesinato e com os quais ele deve lidar ao compor suas estratégias e que desenvolvem uma racionalidade própria, que difere tanto do produtor/coletor primitivo quanto do empresário. A

isso é importante recordar que os esforços na vida de um camponês não são regulados exclusivamente por exigências relacionadas ao seu modo de vida. O campesinato sempre existe dentro de um sistema maior (WOLF, 1976, p. 22).

Ainda que sempre dentro de um sistema maior, Wolf enxerga uma variedade de tipos de campesinatos, e dessa forma:

Nosso mundo tanto contém primitivos que estão próximos de se transformarem em camponeses, como camponeses plenos. Ao lado disso, tanto apresenta sociedades nas quais o camponês é o principal produtor de reservas de riquezas sociais como aquelas em que seu papel foi relegado a segundo plano (WOLF, 1976, p.27).

O sociólogo francês Henri Mendras, em *Sociedades camponesas* (MENDRAS, 1978), toma como objeto privilegiado de estudo os camponeses da Europa ocidental, num período de mil anos, e traça a partir dessas observações um *tipo ideal* de camponês. Ainda que devidamente recordado no tempo e espaço, no entanto, e as leituras complementares atestam isso, guardadas as proporções e particularidades locais, as características desse camponês milenar europeu também se evidenciam, com mais ou menos combinações da tipificação, em vários outros países e sociedades que se dedicaram a atividade agrícola ao longo dos séculos, disso a importância da contribuição trazida pelo autor. Os cinco traços principais que estão presentes na sociedade camponesa são:

- 1. A autonomia relativa das coletividades camponesas, frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades;*
- 2. A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade;*
- 3. Um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente;*
- 4. Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas;*
- 5. A função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente. (MENDRAS, 1978, p.14-15)*

O autor define o campepinato como uma civilização, sociedade camponesa, e é justamente o fato de pertencer a essa sociedade que identifica o camponês. Por esse modelo de explicação se [...] *rejeita deliberadamente toda propensão a procurar uma essência do camponês e do campepinato, de falar de uma raça, de um eterno, de uma alma* (MENDRAS,1978, p.15) . Tal afirmativa significa negar o campepinato como uma forma específica de se produzir no rural, como irão tratar outros autores. Assim como Wolf (1976), Mendras (1978) ressalta o papel de subordinação exercido por esferas dominantes da sociedade envolvente sobre os que se dedicavam ao trabalho da terra, que foram subordinados primeiro pelos senhores feudais e em seguida pela burguesia e o aparecimento das cidades. *Essa superposição da feudalidade e depois da burguesia sobre a sociedade agrária transforma esta última em campepinato [...]* (MENDRAS,1978, p.13).

Para Mendras (1978), o campepinato é uma civilização com regras, funcionamento e características próprias e bem definidas, e que o desenvolvimento do capitalismo, o surgimento das sociedades industriais, o avanço e complexidades da vida urbana, o consumo e cultura de massas, todas essas transformações ao adentrarem nessa civilização também as transforma, e transformando leva o “desmoronamento” dessa civilização, rompendo uma relação campepinato x sociedade envolvente que pôde se manter “estável” até então.

O camponês passa a ser um agricultor, uma profissão moderna, inserido numa nova realidade, um novo modo de integração com a sociedade envolvente que lhe tira sua autonomia, marca indelével para a existência camponesa. Em sua forma agricultor, a questão da autonomia das coletividades locais e das relações de interconhecimento perde qualquer importância, sendo substituídas pela especialização crescente das tarefas e o papel único e exclusivo dos mercados e da tecnologia como elementos decisórios para as tarefas desempenhadas por esses agricultores (o que, quando e como plantar), decisão que anteriormente se dava dentro dos grupos domésticos. Nesse sentido é que Mendras fala do fim do campepinato e o surgimento da agricultura familiar como a conhecemos atualmente.

Ainda neste debate, Costa e Carvalho (2012) entendem que existem formas variadas de campepinatos, que se dão por fatores da historicidade própria de cada território, o que envolve uma série de elementos desde o clima, a força da tradição acumulada, das distinções culturais, econômicas e formas de

governo. E é justamente o fato dessa constituição ser multifacetada, permeada por particularidades não reduzidas a um modelo único, que atualiza e mantém acesso o debate acerca do campesinato. Para os autores, o principal ponto do debate é em torno do papel desse campesinato no desenvolvimento do capitalismo, e fazem diversos questionamentos sobre esta relação, problematizando se: constitui uma classe social diferente da burguesia e do proletariado; é uma classe duradoura ou transitória; tenderia ao desaparecimento frente à concorrência nos mercados; seria incorporado à massa de assalariados; o campesinato assumiria o processo de modernização na agricultura. Essas e outras questões foram em um passado mais distante, e ainda são, pautas de respostas bastante divergentes.

As respostas vindas do marxismo ortodoxo (COUTINHO, 1980) identificavam duas sentenças que direcionariam ao desaparecimento do campesinato. A primeira era a de que a produção industrial advinda das inovações tecnológicas (insumos e maquinaria) traduziria em números uma produtividade inalcançável para qualquer outro padrão. A segunda sentença era um consenso de que as particularidades do campesinato, sua racionalidade camponesa formada por características constituintes da sua identidade, o tornavam por natureza incapaz de assimilar a modernização. Essa inevitável situação de transitoriedade se materializaria por dois caminhos, que ficaram conhecidos como *via prussiana* e *via democrática*. O primeiro caminho ocorreria em países com estrutura fundiária fortemente marcada pela existência de latifúndios, com certo ranço feudal, que tomariam gradativamente a forma de exploração burguesa (mantendo a forma latifúndio) e seus latifundiários exerceriam o poder oligopolizado. Nesse cenário o campesinato é esfacelado, ocupando uma pequena parte do trabalho assalariado possível nessas grandes propriedades, completamente subjugado. Coutinho (1980) recorda que o conceito de *via prussiana* também foi usado extrapolando o âmbito agrário, para explicar processos de modernização conservadora como o caso brasileiro, em que a passagem para o capitalismo se deu sempre “pelo alto” com o objetivo inquestionável de manter marginalizados e fora das arenas de poder os “de baixo”, fadados ao julgo dessa “conciliação” de classes. O segundo caminho, a via democrática, ou também chamada de *via farmer*, é própria de países em que o latifúndio não ocupa papel de destaque, o que favorece o surgimento de um campesinato e da agricultura familiar de forma ampla e extensa pelo território. Aqui, a transição para o capitalismo também estaria atrelada a uma diferenciação interna das unidades de produção: uma parcela desse campesinato, em condições de assimilar melhor as mudanças surgidas, tenderia

a um enriquecimento progressivo, concentrando cada vez mais terras e o trabalho, conseqüentemente terra e trabalho de outros camponeses que abandonam o campo. Enquanto no primeiro caminho o fim do campepinato se dá pelo inevitável esfacelamento, no segundo, uma pequena parte consegue se transformar em empresário rural, que também não deixa de ser um fim do camponês. *Afinal, seja seguindo um trajeto ou o outro, à concentração da propriedade da terra se seguiria a concentração da produção, com a resultante de uma agricultura convertida em nada mais que um ramo da indústria* (COSTA e CARVALHO, 2012, p.114).

A preocupação com o papel do campepinato na luta de classes, tanto no desenvolvimento do capitalismo quanto no regime revolucionário soviético, pode ser medida pelo discurso proferido por Lênin em 1919, em que faz uma diferenciação entre os camponeses médios e os ricos (*kulaks*), afirmando que os camponeses médios não exercem a exploração do trabalho alheio, por isso deveriam ser também incluídos nos esforços para construção de uma economia planejada soviética, ao passo que os *kulaks* deveriam ter sua forma extinta. Lênin, no entanto, e numa leitura bastante acertada sobre as especificidades camponesas, reconhece que não seria possível esperar uma conversão imediata dos camponeses ao socialismo, o que exigiria um esforço paciente de compreensão por parte do operariado e dos dirigentes comunistas (LÊNIN,1985).

Enquanto nos exemplos acima o caráter multifacetado do campepinato provocou debates que tendiam à compreensão do seu desaparecimento no desenvolvimento do capitalismo, ou de que forma se integraria na economia soviética, é possível ainda identificar estudos que se orientaram por outras perspectivas. A principal delas encontra seu maior representante no pensamento do agrônomo russo Alexander V. Chayanov (1888-1937), que direciona sua análise para a lógica interna de funcionamento das propriedades camponesas, as unidades de produção familiar, e encontra no aspecto dual de serem unidades ao mesmo tempo de consumo e de produção a sua especificidade, que com efeito os dota de uma racionalidade própria, camponesa, nem empresário nem proletário. Mediados pela equação e balanceamento entre os dois polos (necessidades de consumo do grupo familiar x trabalho/produção) é que o campepinato orienta suas ações e se relaciona com o território em que está inserido. Essa particularidade destacada por Chayanov (1974) permite situar o campepinato como [...] *manifestações da capacidade de os camponeses se constituírem em, ou se afirmarem como, classe no capitalismo – como, de resto, em outros modos de produção, pré e pós capitalistas* (COSTA e CARVALHO,

2012, p.114). Tal definição de um campesinato dinâmico por natureza própria, pela estratégia de reprodução social e afirmação de condição de classe, que funciona independentemente do modo de produção mais amplo vigente, se choca com as definições de sociedade camponesa de Mendras (1978), em que a coexistência do camponês numa sociedade industrial não é possível de assimilação.

Wanderley (1989) realça a vitalidade do pensamento desse autor, de quem diz que: *é Chayanov quem elabora uma proposta teórica original de compreensão dos processos internos de funcionamento das unidades familiares de produção na agricultura* (Wanderley, 1998, p.29), e que *nesses termos, a economia camponesa não representa algo residual, necessariamente atrasado, tendente a desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo* (Wanderley, 1998, p.35).

De acordo com Gerard e Salamoni (2014), as proposições iniciais de Chayanov para elaboração de suas teorias da economia camponesa partiram de dois fundamentos principais:

1. [...] a afirmação de que o comportamento econômico observado nos camponeses da zona rural russa não se ajustava aos modelos de políticas agrárias propostas pelos marxistas-leninistas, baseadas na dinâmica das categorias clássicas – renda, salário e lucros -, já que os produtores familiares não maximizavam nenhum desses elementos no interior de suas propriedades.
2. [...] a distribuição dos recursos – terra, trabalho e capital – nas unidades produtivas familiares estava guiada por uma racionalidade singular [...] (Gerard e Salamoni, 2014, p. 165).

Um dos principais fatores encontrados no método chayanoviano diz respeito aos ciclos de expansão dentro das famílias camponesas, e como ele responde a forma como a mão de obra é empregada e gerida nas propriedades, aos níveis de consumo e no acréscimo ou redução do produto excedente. Esses ciclos de expansão mais precisamente podem ser definidos por ciclos demográficos. Em um dado momento, uma família com muitas crianças terá dificuldade para equilibrar essa equação: mais pessoas consumindo, mas sem contribuir na mão de obra. Porém, como esse ciclo é dinâmico, em outro momento os filhos crescem, e assim essa mesma unidade tem um acréscimo

considerável na mão de obra disponível. No contexto russo estudado por Chayanov (1974), onde havia concentração excessiva de mão de obra, combinada com baixa fertilidade dos solos, o retorno dos camponeses pelo trabalho empregado era reduzido.

Em resumo, quanto maior o número de trabalhadores em uma mesma família, menores serão as possibilidades de ver o seu produto aumentado. [...] é a chamada lei dos rendimentos decrescentes [...] (GERARD e SALAMONI, 2014, p.168).

O trabalho de Chayanov representa um novo paradigma nos estudos do campesinato, influenciando as pesquisas da área que são referências até hoje. Entre os que se orientaram pela perspectiva da unidade de produção familiar, destaque aqui para Teodor Shanin e Jerzy Tepicht. Nessa direção, Shanin (2008, p. 34) aponta que *a economia familiar é um elemento mais significativo para compreendermos quem o camponês é do que um modelo geral de campesinidade*. Para compreensão do campesinato, ele define como uma característica fundamental o conceito dualista encontrado no camponês: representante de um modo de vida, ao mesmo tempo que elemento de uma classe social. Enquanto modo de vida, o camponês parece viver em um mundo à parte, com suas regras de funcionamento, racionalidade própria, herança cultural determinante, padrões de parentesco e vizinhança constituídos, noção de territorialidade. Quando visto em sua face integrado à sociedade envolvente, o camponês se insere numa relação de classe social, ocupando por sua vez os mais baixos degraus, pois é em geral dominado pelas demais classes sociais. Para o autor o campesinato se constitui em uma classe social quando é capaz de reunir seus atores em luta por direitos e posições em comum, *mas, em todas as condições, quando luta ou não luta, o campesinato é um modo de vida, e isso é essencial para compreendermos a sua natureza. Acredito que esse aspecto é mais central que qualquer outra coisa em sua definição* (Shanin, 2008, p.37).

Ao que Marques (2008, p. 70) complementa:

Em sua condição subordinada, o camponês em geral não tem poder para interferir na definição dos preços de seus produtos e assim participar de maneira mais vantajosa da distribuição da riqueza social. A modificação dessa situação só tem sido possível quando o campesinato se mobiliza e se organiza politicamente em defesa de seus

interesses de classe.

Tepicht (1973), seguindo na linha Chayanoviana, reforça a ideia de que há uma condição camponesa como modo de produção com características particulares, mas que existe dentro de outro modo de produção maior (capitalismo), subordinado aos seus limites e imposições, mas capaz de se reproduzir mesmo dentro do capitalismo, se mantida sua condição de unidade familiar. Tepicht (1973) estabelece uma distinção entre as ocupações principais da unidade de produção e as ocupações alternativas, e a divisão do trabalho entre essas ocupações é feita pela característica da mão de obra de cada família.

Considerações Finais

Este debate não se encerra facilmente, merecendo cada vez mais ser aprofundado e remetido a processos de investigação permanentes que permitam verificar em que medida o campesinato e a agricultura familiar tem se relacionado entre si e se relacionado com a modernidade capitalista, transformando seus modos de vida e colocando em cheque as tratativas teóricas que tentam atestar e assegurar certa racionalidade a explicações de modelos que possam garantir a reprodução social de um modo de vida que garanta reconhecimento e respeito a uma agricultura que permite a produção de alimentos com qualidade de vida, e preservando aspectos culturais e de equidade social e econômica no campo.

Desta forma, é fundamental que as novas gerações de pesquisadores não coloquem este problema de pesquisa como resolvido e ultrapassado, pois novas formas de processos econômicos, políticos e sociais tem implicado e intervindo no cotidiano da agricultura de base familiar, exigindo destes movimentos que lhes permitam lutar, resistir ou abandonar sua condição de trabalhador e cidadão rural.

Para tanto, o aprofundamento teórico não pode e não deve se descolar da realidade destas populações. Não podemos exercer o ofício da pesquisa sem coloca o “pé no barro” e dialogar com quem faz do rural vida e trabalho.

Agricultura familiar e campesinato estão mediados por relações que extrapolam a produção, pois passam pelo padrão tecnológico da produção, pelas relações familiares, pela relação com o conhecimento técnico-científico, pelas relações com os mecanismos de comercialização, pelas relações com a sociedade envolvente, enfim, a compreensão de como a agricultura de base familiar vem se organizando e se reproduzindo social, política e economicamente deve ser compreendida num contexto pensado e realizado enquanto um modo de vida, e não meramente como um padrão produtivo que sofre as consequência do capitalismo moderno.

Referências

- ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.
- AS VINHAS DA IRA**. The Grapes of Wrath. Direção de John Ford. Twentieth Century Fox Film Corporation. Estados Unidos, 1940. Brasil. Fox Home Entertainment, DVD (129min.). colorido.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <www.pronaf.gov.br>. Acesso em 25 jun. 2016.
- BRASIL. Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, dia 25 de julho de 2006.
- BRASIL. **Pronaf: 20 anos de apoio aos agricultores familiares**. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-20-anos-de-apoio-aos-agricultores-familiares>. Acesso em: 03/07/2016
- BRUEGEL, Pieter. **Ceifeiros**. 1565. Óleo sobre tela, 1619x1191 mm. Nova Iorque. Metropolitan Museum of Art.
- CARVALHO, Horacio Martins de; COSTA, Francisco de Assis. Agricultura camponesa. **Verbete do Dicionário da Educação do Campo**. EPSJV/Expressão Popular, p. 26-32, 2012.
- CHAYANOV, Alexander . **La organización de la unidad económica campesina**. 1974.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**: notas sobre a questão democrática no Brasil. Livraria Editora Ciências Humanas. 1980.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: AGB, 2002.
- GOGH, Vincent van. **Os comedores de batata**. 1885. Óleo sobre tela. Amsterdã. Museu van Gogh.
- GERARDI, Lucia H. O.; SALAMONI, Giancarla. Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chayanov. In: CARVALHO, Horacio Martins de. **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo-SP, Ed: Expressão Popular, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**: resultados preliminares. IBGE, 2006.
- _____. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília: 1996.
- KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. Rio de Janeiro: Laemert, 1968.
- LAMARCHE, H. **Agricultura familiar**: do mito à realidade. Campinas:

Editora da Unicamp, 1998.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro. Ed: Zahar editores, 1978.

MILLET, Jean-François. **Angelus**. 1858. Óleo sobre tela. 55x66cm. Paris. Museu de Orsay.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações—o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, n. 7, p. 1-21, 2005.

_____. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (ORG). **Campesinato e território em disputa**. São Paulo-SP, 2008.

TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et agriculture: le pays an polonais*. Paris: A. Colin, 1973.

UNSCN. The Nutrition Sensitivity of Agriculture and Food Policies. A synthesis of eight country case studies. **United Nations Standing Committee on Nutrition**, March, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. Gt 17. **Processos Sociais Agrários**. Caxambu, MG. Outubro, v. 21, 1996.

_____. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. BRANDENGURG, Alfio; DUARTE, Angela. **Para pensar**: outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, p. 29-49, 1998.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 1, 2013.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro. Ed: Zahar editores, 1976.

Peasantry and Family Farming: divergences and convergences for recognizing and strengthening family-based farming

ABSTRACT

The article aims to contextualize and debate the process of formation of the concept of peasantry and its "transition" to family farming. The divergences and convergences in the methodological theoretical debate and their implications for the advancement of consensus around the problem to conceptualize and define what rural populations are organized into family properties. This space will not be an exclusive place for the working world, but it shares work and living space. How to name them? What are the implications of this denomination? These are questions that are always on the horizon for those who are immersed in the debate about the rural world and which are fundamental for thinking about the process of who they are, where they live, what they produce, what the conditions are for their social reproduction and how they live. relate to the surrounding societies. Therefore, this article presents and problematizes the debate, which

does not end, as to how far it is or not peasantry, family farming, peasant family farming, modern family farming, in short, and what are the assumptions that underlie such conceptual constructions.

Keywords: rural sociology, family farming, peasantry, agrarian sociology.



Sexualidades em perspectiva: abordagens sociológicas e seus [des]concertos teóricos

Antônio Augusto Oliveira Gonçalves¹

RESUMO

Neste artigo, nos moldes de uma revisão bibliográfica, tento sintetizar algumas linhas teóricas para uma sociologia da sexualidade. Retomo assim as contribuições que vão desde a esfera sexual de Max Weber até o conceito de capital erótico em Catherine Hakim, passando pela história da sexualidade de Michel Foucault, o estudo de Anthony Giddens sobre as transformações da intimidade na época moderna e a teoria da incorporação do habitus distintos em Pierre Bourdieu. Ao colocar as sexualidades em perspectiva, apresento as reflexões sociológicas de cada autor/a sobre este temário e teço comparações entre eles/a. É justamente nesses [des]concertos teóricos, nos deslizes, nos interstícios das teorias que consigo situar a particularidade de minha trajetória de pesquisa.

Palavras-Chave: Sexualidade, Teoria sociológica, Revisão bibliográfica.

Recebido em 01/05/2019

Aceito para publicação em 27/11/2019

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v1i23.23738>

Introdução

As representações culturais da sexualidade não são algo recente, remetem a uma longa tradição desde a Antiguidade grega com as evocações míticas em Homero e Hesíodo, passando por Aristófanes, Platão e Aristóteles. Antes do Renascimento italiano, Ovídio publicou uma compilação de conselhos sobre a sedução e a conquista para os amantes em *A arte de amar*. Sua obra foi sucedida, no século XVI, por *As argumentações*, em que Aretino relata um conjunto de diálogos entre prostitutas. Em meados do século XVIII, a impudicícia é retomada pelos escritores libertinos, tal como Boyer d'Argens e Marquês de Sade (BOZON, 2004).

¹ Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: antonioaugusto.sociais@hotmail.com.

No campo científico, no século XIX, antes mesmo do advento no Ocidente da *scientia sexualis* de que fala Foucault (2015), já existiam disciplinas que abandonaram o velho discurso da carne e das atitudes moralizantes para produzirem enunciados aptos em regular os desejos e domesticar os corpos, diferenciando o patológico do normal, dentre elas, a psiquiatria, a pedagogia, a medicina e a psicologia. Os discursos científicos de alcance clínico e prático se sobrepujam o âmbito da sexualidade. As contribuições das ciências sociais foram frequentemente consideradas distantes e menos autorizadas em relação aos discursos da psicanálise e da sexologia (BOZON, 2004; BOURDIEU, 2014; FOUCAULT, 2015).

Na passagem do século XX para o XXI, os/as sociólogos/as e antropólogos/as no Brasil produziram diversas teses e livros que tematizam as sexualidades de diferentes grupos sociais, tomando como temas de análise, por exemplo, a prostituição, a homossexualidade, as trajetórias sexuais de jovens, os grupos de ajuda mútua em compulsão sexual, os clubes eróticos para homens e mulheres, entre outros (FREITAS, 1985; PARKER, 1991; ARENT, 2007; PERLONGER, 2008; LACOMBE, 2010; BRAZ, 2010a; MENDES, 2011; FERREIRA, 2011; PINHEIRO, 2011; FERREIRA, 2012; CAMARGO, 2012; GASPAR-NETO, 2014).

Interessei-me pelos estudos de gênero e sexualidade quando ainda cursava a pós-graduação em sociologia e tinha como escopo de pesquisa inicial compreender as dinâmicas identitárias de estudantes estrangeiros/as no Brasil. Entre o fim do inverno e começo da primavera de 2015, realizei as minhas primeiras incursões de campo entre os/as estudantes latino-americanos/as residentes em Belo Horizonte (MG). Parti do recorte das *identidades*, mas, no decorrer dos eventos, atinei-me para um segundo aspecto até mesmo explícito e latente nas dinâmicas identitárias: as trajetórias afetivossexuais. Se, nas *observações livres* (BRAZ, 2010b), circulei por diversas redes de sociabilidade universitária na capital mineira, em meados do campo fui fisgado por um processo distinto de vivência da sexualidade entre os/as intercambistas.

Fazendo anamnese de tais peripécias, posso dizer que o campo me fez pesquisador de tal modo que fui lançado para uma segunda etnografia dentro da primeira. Isso pode aparecer como algo intencional no desenrolar das ocorrências, mas posso garantir ao/a leitor/a deste texto que, quando me deixei ser acanhado pelas intensidades específicas e não significáveis, a que Jeanne Favret-Saada (2005) apelida por afetos, a experiência etnográfica se adensou, ganhou delimitações mais ou menos explícitas. Em termos gerais, foi assim que

aos poucos me familiarizei com os debates entorno da sexualidade e em meio às diligências da pós-graduação me vi propellido a navegar desde textos clássicos até aos mais contemporâneos que já haviam lançado luzes sobre as sexualidades na sociologia.

Neste artigo, nos moldes de uma revisão bibliográfica, tento sintetizar algumas dessas linhas teóricas. Faço isto com o intento de contribuir com algum/alguma aprendiz da sociologia que venha se aventurar por esses campos inóspitos aos/às sociólogos/as e dos quais os/as nossos/as companheiros/as antropólogos/as e/ou historiadores/as já detêm bastante familiaridade com o tema. Assim, objetivo apresentar um outro lado da pesquisa sobre sexualidade na sociologia. Tradicionalmente os/as sociólogos/as que se enveredaram por esse campo interessaram-se mais pelas consequências das práticas sexuais – fecundidade juvenil, epidemia de AIDS – do que com a sexualidade mesma (DUARTE, 2004; JONES, 2010).

Nesse ensaio, reviso as reflexões de Max Weber (2015), Michel Foucault (2015), Anthony Giddens (1993), Pierre Bourdieu (2014) e Catherine Hakim (2010) acerca das sexualidades, tentando apresentar a visão teórica de cada autor/a e ao mesmo tempo tecer comparações entre eles/a. Ao final do texto, busco responder algo que esteve latente em meu percurso de pesquisa: até que ponto estas interpretações teóricas me ajudaram a compreender as trajetórias afetivossexuais dos/as estudantes intercambistas² em Belo Horizonte?

De Weber a Hakim: perspectivas de sexualidade e gênero na sociologia

A racionalização em Max Weber (1968) não significa um conhecimento acumulado geral das condições de vida, resvala antes em negar a validade de algum poder misterioso e causal que possa tomar as rédeas da vida corrente. Enfim, trata-se de despojar a magia, em desencantar o mundo daqueles valores supremos e místicos, recorrendo, em troca, à técnica e à previsão.

A racionalização não está somente vinculada à atividade capitalista, pelo contrário, ela se manifesta em outras esferas: na abóbada gótica como estilo de edificação criado na Idade Média; no emprego da perspectiva espacial, na pintura, durante o Renascentismo; na busca racional e sistemática de respostas

² Os/As intercambistas são estudantes estrangeiros/as da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que, em razão dos acordos bilaterais, permanecem de seis meses a um ano em Belo Horizonte. Em minha pesquisa, procedo com um recorte, abarco apenas os casos de estudantes intercambistas provenientes da América Latina.

para as questões das ciências nas universidades ocidentais; no funcionário público treinado dos Estados modernos; e até o desejo sexual foi convidado a entrar na gaiola de aço weberiana.

A esfera erótica é uma reverberação do passado, perfila um processo de criatividade humana, no sentido da transfiguração e rearranjo hermenêutico das pulsões sexuais, afastando-as da animalidade e do naturalismo. Sob a alçada das interdições e dos códigos, a brutalidade sexual foi sendo sublimada paulatinamente ao longo dos séculos, conformando um erotismo que se afugenta do *ciclo orgânico* para exaltar o amor sexual e intelectualizado. Para Weber, os mecanismos de racionalização agiram primeiro sobre o corpo do homem e, só em meados da Idade Média, a mulher é elevada ao *status* de objeto erótico. Na Antiguidade grega, a figura masculina do *camarada* gravitava no centro dos cerimoniais amorosos da cultura helênica.

A sexualidade da mulher helena era, quando muito, relegada ao *destino da vida*. Somente com o amor cortês, o cenário se inverte, a *dama* encastelada ouve e julga os trovadores da Idade Média. A paulatina transferência dos símbolos da vassalagem para as relações sexuais fez aparecer o serviço erótico dos vassallos à *dama*. Esta não era a mulher solteira, mas sim a esposa de outro homem, e os vassallos trovadores a ela se dirigiam em noites abstinências. A paixão *avassaladora* deles conduzia a uma verdadeira *provação* não diante dos pares, mas contra as pretensões eróticas da *dama* (VARIKAS, 2014; WEBER, 2015).

Do período helênico pré-clássico até o Renascimento, o erotismo ligava-se intimamente às origens guerreiras, às emoções incontidas dos cavaleiros, e a luta pelas mulheres conduzia, às vezes, a guerras heróicas. Entretanto, nos palácios e salões cortesãos da França absolutista, o interesse sexual começa a primar pelas aptidões não militares face ao crescente intelectualismo da chamada *cultura de salões*:

A cultura dos salões baseia-se na convicção de que a conversação intersexual é importante como força criadora. A sensação erótica, clara ou latente, e a comprovação do cavalheiro perante os olhos da dama tornaram-se meio indispensável de estimular essa conversação. Desde as Lettres Portugaises, os problemas amorosos reais das mulheres tornaram-se um valor de mercado intelectual e específico, e a correspondência amorosa feminina tornou-se “literatura”. (WEBER, 2015, p. 3).

O último estágio da intensificação do erotismo colide com a quintessência da racionalidade, o ascetismo do homem vocacional. Se, com o devir do tempo, o desejo sexual se emancipara da crueza e existência orgânica, agora o único laivo que o une ao lado natural da esfera erótica é justamente o adultério, o amor sexual fora do matrimônio. O/A amante escapa tanto da banalidade do casamento, quanto das mãos esqueléticas das prescrições racionalizantes. A sua entrega radical a outrem, mediante a doação consciente de outrem a si, contrasta com o matrimônio regulado pelo ascetismo vocacional e todas as suas sucedâneas diligências, tais como a obrigação de procriar e a recíproca estimulação ao estado de graça. Contudo, o amor sexual obstina-se e resiste às óbices da racionalidade instrumental, dando aos desejos dissidentes, não ligados à procriação, um sopro para fora da gaiola de aço. Eis, portanto, o embrião de uma da teoria da sexualidade em Max Weber³ (VARIKAS, 2014; WEBER, 2015).

Outra história da sexualidade nos é contada por Michel Foucault, que recua até a confissão obrigatória instaurada pelo Concílio de Latrão, no séc. XIV, para acrescentar, em seguida, uns tantos capítulos à diacronia de Weber, dotados de flancos históricos e analíticos inteiramente distintos que ultrapassam as constrições eclesiásticas ante o adultério, sobretudo, se inquirimos por donde Foucault começa:

Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa fraqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e as coisas eram feitas sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX. [...] um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro da casa. A família conjugal a confisca. (FOUCAULT,

³ Sabe-se que as ilações da esfera erótica detêm influências da biografia de Weber. *Existem, hoje, indícios suficientes que sugerem a existência de uma incompatibilidade sexual entre o casal Weber. Durante vinte anos, Max alimentou um amor à distância por Elsevon Richthofen, uma mulher carismática e amiga íntima de Marianne – um amor que se concretizou somente durante o último ano de sua vida. A defesa entusiasta da criatividade, da espontaneidade e do potencial crítico da paixão não autorizada inscreve-se em oposição direta às posições anteriores de M. Weber e as que Marianne nunca abandonou.* (VARIKAS, 2014, p. 438).

2015, p. 7).

Qual foi o estonteante simulacro, a partir do século XVII, que deixou os corpos pavoneantes imperiosamente pudicos no século XIX? A primeira afirmação é antepor um sim ao não, ou seja, compreender tal oxímoro não apenas pela concepção de um sexo reprimido, atravessado de mutismo e silêncios, mas sim substituir o princípio de rarefação da sexualidade pela crescente incitação discursiva, de modo que a vontade de fazer calar ou proferir eufemisticamente o sexo é contornada por uma laboriosa vontade de saber e, em vista disso, as sexualidades polimorfos são trazidas à baila, disseminadas nos discursos científicos, contadas em segredo nos confessionários. Isso corresponde à negação da hipótese repreensiva em Foucault (2015).

Até os últimos decênios do século XVIII, as práticas sexuais eram controladas principalmente pela lei civil, o direito canônico e a pastoral cristã. O que estava em constante espreita naquela época era o matrimônio. Quaisquer suspeitas de desvio, a busca por desejos estranhos e os rompimentos com a aliança legítima do casamento suscitavam condenações. O diapasão do restante das sexualidades era muito mais impreciso e confuso. A lei sabia condenar o hermafrodita, mas quando se deparava com a anatomia dele, se perdia no labirinto das taxionomias jurídicas e se embaraçava em suas diferenciações. O mesmo ocorria com o homossexual a ser sentenciado pelos tribunais; expedições lavradas pelo juiz podiam condená-lo por bestialidade, estupro ou mesmo incluí-lo no vago conceito de sodomia (FOUCAULT, 2015).

Contudo, entre os séculos XVIII e XIX, apesar do casamento e, logo, o adultério figurarem em leis imanentes e internas, um artil complementares de severidade direciona-se para aquilo que, até então, era descoberto pela lei, detendo, assim, à medicina, à terapêutica e à pedagogia o poder de discriminar, conduzir e tratar a masturbação infantil, os loucos degenerados, os funcionários ambíguos, os colegas duvidosos etc. Os estigmas não cessam de proliferar e produzir as sexualidades periféricas. Há, de um lado, o advento de um mecanismo de poder novo, enquanto a paixão dos amantes desatava em uma penalidade na forma da lei; agora a medicina se encarrega do corpo da criança e de prevenir seus *hábitos solitários*. Lá persistia a condenação dos adúlteros, aqui o adestramento da criança.

De outro, o sexto mandamento começa a se espriar, ganha tônica na especificação das sexualidades periféricas e na criação de uma ordem natural, subjacente, incorporada aos indivíduos. Os tipos são definidos em função de

suas práticas, toda a história do caso, a morfologia do sujeito e a sua anatomia serão detalhadamente interpeladas. Ao fim do processo, a sua identidade clínica impregna-se no seu próprio corpo, semelhante a um princípio insidioso que o trai em um átimo e desvela uma realidade inteligível e percuciente. Foi assim que, por exemplo, o sodomita tornou-se uma espécie definida e incrustada no homossexual, batizada pelas alcunhas científicas de hermafroditismo de alma ou andrógeno interior (FOUCAULT, 2015).

Assim, a mecânica do poder fixa o que combate. Interroga-se o insólito sexual sobre suas estranhezas e tal conhecimento influi no próprio interrogatório. Funcionando como um mecanismo de apelação, o poder alimenta-se pelo seu exercício mesmo e os resultados dele. Se os relatórios do médico, o exame psiquiátrico e a investigação do pedagogo prezam em ratificar um não às sexualidades deslocadas e errantes, abrasam um deleite inebriante na prática do poder, em espiar, questionar, fazer o registro; ao mesmo tempo, o/a questionado/a fustiga-se prazerosamente ao escapar dos ínvios tentáculos do poder. Em conjunto, poder e prazer têm mais em comum do que transparecem. As epístolas circulares, esquivas e o movimento de disjunção aparente entre eles logo se configuram em espirais perpétuas, vigília e resistência, enfim, captação e sedução (FOUCAULT, 2015).

A partir do século XIX, no Ocidente, ocorre o desenvolvimento da *scientia sexualis*, que marca a intersecção entre o rito da confissão com os desideratos da discursividade científica. Desde o século XVI, a técnica da confissão exaustiva do Cristianismo, pouco a pouco, desengasta-se do sacramento da penitência e das obrigações espirituais, especialmente com alterações históricas a partir do Protestantismo, da Contrarreforma, da pedagogia e da medicina nos séculos XVIII e XIX, para tomar corpo em usos diversificados e novas assunções nos domínios científicos.

Ao longo de 150 anos, os discursos produzidos em relação ao sexo ajustam tal técnica aos métodos de escuta clínica. Os interrogatórios feitos pelo médico, as narrativas autobiográficas circunspectamente interpretadas pela psicanalista, as cartas e as consultas são formas decantadas da confissão cristã. Por esses artifícios discursivos não se recapitulam somente as minúcias do feito, mas percorrem-se os reflexos obsessivos, as modulações do desejo, as deturpadas imagens que fazem surgir e acompanham o ato sexual.

Foucault inverte a direção epistêmica dos discursos relativos ao prazer e às verdades do sexo: em vez de ratificar a repressão inexorável e a ignorância pungente, ele pressupõe, antes, os subterfúgios positivos, as práticas produtoras

de saber, instigadoras de discursos e genitivas de poder. A vontade de saber representa, assim, a inclinação de toda uma sociedade ocidental disposta a pedir e a deixar os ouvidos abaterem-se pelas suas próprias confidências, de prazeres individuais que apontam um campo de significações prestes a serem decifradas. Por isso que a história da sexualidade de Foucault é também uma história dos discursos (FOUCAULT, 2015).

Em 1992, com a publicação da obra *A transformação da intimidade*, Anthony Giddens elabora um prognóstico da sexualidade para as décadas posteriores e elege o livro *A história da sexualidade I* como contraponto aos seus argumentos. O autor contesta a marcha histórica de Foucault, cujo teor assevera um caminho pouco sinuoso desde a obsessão vitoriana pelo sexo até os tempos mais atuais. O famigerado crepúsculo da luz meridiana – metáfora de Foucault que alude ao percurso da sexualidade, desde a frouxidão dos códigos de grosseria no século XVII até tornar-se um segredo aberto para os vitorianos – é um erro historiográfico para Giddens (1993).

O sexo não era representado e avaliado de forma intrépida, afinal as fontes disponíveis na literatura e nas descrições anódinas sobre a sexualidade estavam bastante circunscritas. Os livros eram escassos e as poucas publicações compunham-se de revistas médicas e especializadas, com pouca recepção dentre as classes menos abastadas no período vitoriano, principalmente porque a maioria dos/as ingleses/as não era sequer alfabetizada. Giddens tampouco aceita a capitulação da confissão eclesiástica pelos métodos de escuta clínica. Se o/a fiel no confessionário sabe e professa, conscientemente, os seus atos pecaminosos ao clérigo, o mesmo não ocorre com a psicanálise. Ali, os relatos do divã são permeados por uma série de bloqueios emocionais, lapsos inconscientes e silogismos inconclusos, dos quais o indivíduo não detém plena autonomia reflexiva (GIDDENS, 1993).

Para o autor, Foucault concede demasiada centralidade ao poder, ao corpo e ao discurso. O poder transita de maneira taciturna e a história como dimensão construtiva humana inexistente nas análises do filósofo francês. Giddens, por seu turno, infere a história emocional da ordem moderna a partir da ascensão do amor romântico em meados do século XIX. Os ideais do romantismo conferiram ao casal um significado peculiar, ambos passaram a ser copartícipes de uma atmosfera emocional comum. O lar desvencilha-se dos locais de trabalho e torna-se um ponto de apoio emocional para os cônjuges em clara oposição à natureza instrumental da fábrica ou do escritório. O tamanho das famílias se contrai. A prole numerosa, traço das culturas pré-modernas, é

substituída por lares com menos integrantes; isso se deve, em parte, aos métodos de concepção modernos e às políticas de planejamento familiar difundidas após a Primeira Guerra Mundial.

Na contemporaneidade, as tecnologias de reprodução e os métodos contraceptivos desligaram, quase que totalmente, a gravidez da atividade sexual. Giddens designa pelo nome de *sexualidade plástica* às consequências individuais da contraceção. As gestações repetidas, amiúde, seguidas de morte da parturiente, são suplantadas de tal modo que a sexualidade se desassocia de suas conexões com a morte. Fato este é reintroduzido com a pandemia de AIDS, na década de 1980, e, novamente, a atividade sexual, desta vez indiferenciada entre os sexos, amalgama-se ao espectro da morte. Ao emancipar as mulheres da relevância jactanciosa do falo, a sexualidade converte-se em um traço de personalidade, torna-se plástica, relacionada à narrativa reflexiva do *eu* e descentrada de condutas habituais de reprodução ou da relação heterossexual (GIDDENS, 1993; JAMIESON; WAJCMAN, 2014).

A própria noção relativamente recente de intimidade processa-se no horizonte teórico de Giddens por meio da transição entre as sociedades tradicionais e a emergência da modernidade. Os parâmetros externos e o caráter adventício dos sistemas de crenças tradicionais, aos poucos, cedem lugar a um controle via processos sociais organizados. A socialização da natureza e a reflexividade institucional dos ambientes modernos, resultantes do turbilhão de conhecimentos advindos da maior mobilidade geográfica e dos meios de comunicação em massa, imprimem certa reordenação psíquica aos contextos pessoais. Daí que a autoidentidade adquire um cariz aberto; trata-se de um projeto reflexivo do *eu*, uma interrogação incessante das narrativas sobre passado, presente e futuro do sujeito moderno. A seleção dietética e a aparência física, visíveis nos corpos musculosos ou emagrecidos, asseveram o quão intensa é a batalha secular travada pelos agentes para alcançar as expectativas individuais de seu estilo de vida (GIDDENS, 1993; 2002; JAMIESON; WAJCMAN, 2014).

Entretanto, Giddens distingue as diferentes implicações do amor romântico na autoidentidade em mulheres e homens. Estes foram, de antemão, retardatários no desenvolvimento da intimidade no final do século XVIII. Isso porque a retórica romântica contradiz os ímpetus de sedução e a lógica do acesso às donzelas, cuja virtude ou reputação deveria ser resguardada até a ocasião do casamento. Assim, os homens se transformaram, quando muito, em peritos nas artimanhas da conquista e sedução, estando eles à revelia do investimento

emocional inculcido pelo amor romântico nas mulheres.

A partir do século XIX, eles buscaram garantir a autoidentidade via recompensas materiais do trabalho e não se debruçaram na elaboração emocional do passado para, assim, criarem uma imagem projetiva do futuro. O descompasso entre as buscas de *status* perante os outros homens e a ausência de construção emotiva do *eu* masculino levaram-nos a uma dependência psíquica, dissimulada enquanto tal, em relação às mulheres, transformando a família e o casamento no refúgio emocional ao individualismo econômico másculo. Mas foi sobre as mulheres que o fardo das alterações do amor e do casamento pesou com mais intensidade. Se, no início da época moderna, matrimônio e romantismo se confundiam quase em uma mesma substância, à medida que o casamento se desvincula de suas origens tradicionais, elas se encarregam de trilhar outros caminhos, preparando a reestruturação íntima para as gerações posteriores.

A vanguarda atribuída às mulheres decorre das influências das tecnologias de reprodução, da contracepção, do mercado de trabalho e da educação que impactaram de maneira mais estridente a identidade feminina do que a masculina (GIDDENS, 1993; JAMIESON; WAJCMAN, 2014). Daí advém à razão de elas assumirem o anúncio do porvir da intimidade por meio de um novo tipo de vínculo emocional, o relacionamento puro:

uma situação em que se entrar em uma relação social apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com outra, e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes, para cada uma individualmente, para nela permanecerem. Para a maior parte da população sexualmente “normal”, o amor costumava ser vinculado à sexualidade pelo casamento, mas agora os dois estão cada vez mais vinculados através do relacionamento puro. [...] a ideia do amor romântico ajudou a abrir um caminho para a formação de relacionamentos puros no domínio da sexualidade, mas agora tornou-se enfraquecida por algumas das próprias influências que ela ajudou a criar. (GIDDENS, 1993, p. 68-69).

Essa relação define-se pela ausência de qualquer *raison d'être* para além do vínculo em si, e a satisfação recíproca do casal propende a minar possíveis

desigualdades entre homens e mulheres. Aliás, a fragilidade do relacionamento puro reside na mesma pulsão que o faz perdurar; enquanto há compreensão e apreciação mútua, os pares mantêm a ligação emotiva, porém, quando uma das partes está insatisfeita, a relação pura desvanece. Não obstante, a relação pura parece ser mais um prognóstico de Giddens do que uma realidade verossímil. As diferenças da conquista amorosa na passagem da ordem pré-moderna para a alta reflexividade contemporânea demonstram como a repreensão social da resposta sexual feminina se modificou. Antes, a mulher demandava confinamento e estava, por assim dizer, sequestrada pelo ciclo crônico da maternidade.

Havia, por outro lado, uma separação das aventuras sexuais do homem de sua identidade social, a sexualidade masculina era tida como não problemática. Porém, quando a sexualidade desvencilha-se da reprodução e conjuga-se à reflexividade do *eu*, a repreensão social sobre o prazer da mulher entra em tensão. Daí em diante, foi a atividade sexual masculina que se revelou patológica, permeada de vícios e compulsões⁴ (GIDDENS, 1993; JAMIESON; WAJCMAN, 2014).

Se Giddens identifica hipostasias e anacronismos nas análises de Foucault, Pierre Bourdieu, como bom sequaz de Sigmund Freud, não poupa críticas ao seu compatriota filósofo, vendo na sua re-historicização da sexualidade certo pendor nominalista, como se, para Foucault, a vigência performática das palavras fosse mais substantiva que o próprio trabalho histórico enraizado nos corpos e nas coisas. Avesso à desnaturalização foucaultiana da psicanálise, Bourdieu pontua a proeminência do inconsciente social que rege as relações entre os sexos, definindo a sexualidade como produto de uma criação histórica, fruto da progressiva gênese e da diferenciação dos campos de produção – jurídico, burocrático, religioso etc.

⁴ Vide, por exemplo, as diferenças entre Giacomo Casanova (1725-1798) e os ganhões modernos. A cada vez que o sedutor italiano transava com uma de suas mulheres, ele deveria se certificar se algum dos parentes ou guardiões da moça suspeitava de suas conquistas. As aventuras sexuais de Casanova ocorreram em uma época na qual as solteiras tinham de guardar a sua virgindade para o casamento e as esposas deveriam ser virtuosas para seus maridos; qualquer suspeita de traição de sua parte levava a consequências desastrosas para ela. Os ganhões de hoje não podem almejar o trunfo de Casanova, pois a sedução hodierna não requer as mesmas diligências de outrora. Com a relativa libertação feminina dos controles sociais, elas podem coordenar as suas escolhas sexuais e se tornam mais livres para ter relações com os homens. Assim, a avidez sexual do ganhão só tem sentido nos artifícios mesmos da conquista e a sua sedução logo se transforma em uma compulsão por mulheres. *O ganhão aparece como uma figura que 'as ama e as deixa'. Na verdade, ele é absolutamente incapaz de 'deixá-las': cada abandono é apenas o prelúdio de outro encontro.* (GIDDENS, 1993, p. 98).

Para o sociólogo francês, o processo histórico decanta e autonomiza os campos, abstrai a quintessência de suas produções, permite depurar e separar a poesia da prosa no campo poético. Cada campo comporta um tipo de capital legitimado e os partidários dele lutam entre si para angariar melhores posições mediante o reconhecimento simbólico dos demais pares. A sexualidade aparece, assim, atrelada à concorrência das diversas instâncias de produção e do conjunto de agentes pela significação legítima dos discursos e das práticas sexuais.

Em sentido lato, as disposições do inconsciente sexuado ligam-se às estruturas históricas, sendo estas últimas excessivamente diferenciadas. Em virtude de o espaço social ser altamente dessemelhante, elas se enraízam tanto nas posições objetivas, no interior de cada campo, quanto nas estruturas cognitivas dos agentes. O que permite orquestrar as estruturas históricas com as estruturas cognitivas é a incorporação do *habitus*⁵ (BOURDIEU, 2014; 2015).

As divisões sexuais e de gênero são manifestações de todo um trabalho social de incorporação de duas classes de *habitus* distintas, formas de *hexis* corporais antagônicas e de princípios de divisão do mundo social inscritos nas disposições aprendidas por homens e mulheres. A percepção incorporada do *habitus* estende-se à própria diferença dos corpos, de tal forma, que ela produz uma construção social arbitrária da realidade biológica e utiliza as diferenças anatômicas dos corpos masculinos e femininos, na qualidade de penhor, para convalidar os esquemas práticos de uma visão androcêntrica, legitimando a dominação da mulher pelo homem. Contudo, conferir à aparência de uma lei natural para algo arbitrariamente imposto se faz à custa da somatização das relações sociais. Uma dissimulação coletiva a ponto de gerar a perspectiva diacrítica, simultaneamente teórica e prática, de uma socialização relacional entre os gêneros. Somente assim, o *habitus* viril do macho pode ser contrastado com a fragilidade da fêmea, ou o inverso, o *habitus* feminino torna-se, então, a

⁵ Os produtos da história coletiva (costumes, língua etc.) denotam uma estrutura que define as condições sociais possíveis de produção do *habitus*. Então, as disposições constitutivas do *habitus* são reflexos da estrutura objetiva e também produtos da história. Mas os conteúdos históricos das disposições são negados na sua própria consubstanciação, na medida em que elas lançam raízes, fazem esquecer a história para constituir um inconsciente dela. Arraigado como uma segunda natureza no agente, o *habitus* transforma o sujeito de ontem no inconsciente de hoje. Por trazer à baila as experiências do antanho, o *habitus* se converge em matrizes, mentais e corporais, de percepção, apreciação e ação. Ao mesmo tempo em que resgata a história a esquecendo, as disposições funcionam como estruturas estruturadas, predispostas a se tornarem estruturas estruturantes. O *habitus* corresponde às condições sociais de sua produção, garantindo os ditames de regularidade aos fenômenos coletivos, mas também ele enseja a atualização das estruturas por meio das práticas (BOURDIEU, 2015).

antípoda perfeita do masculino (BOURDIEU, 2014).

A inculcação do *habitus* diferencial de gênero em meninos e meninas realiza-se por meio de quatro instâncias: a família, a escola, a Igreja e o Estado. A primeira vivência precoce das divisões sexuais repercute, antes de tudo, no seio familiar. A Igreja, por sua vez, age por meios indiretos, via inscrições simbólicas nos textos bíblicos, na liturgia do pároco e no tempo e espaços atinentes à religião. A escola, mesmo laicizada, não deixa de imprimir o seu tônus no *habitus*, seja, por exemplo, nas conotações sexuais dos cursos e das disciplinas ou instigando maneiras de ser e de ver nos neófitos. Finalmente, o Estado selou as proscricções dos laivos patriarcais privados com a dura legitimidade do patriarcado público, por meio dos estabelecimentos encarregados de administrar e regulamentar a vida cotidiana no universo doméstico (BOURDIEU, 2014).

Catherine Hakim (2010), por seu turno, retoma a teoria de Bourdieu. Não o faz simplesmente na qualidade de uma discípula devoluta das lições do mestre, pelo contrário, se volta contra os vieses patriarcais da sociologia. Para a autora, apesar de Bourdieu reconhecer o mecanismo social de controle no relacionamento entre os sexos, a dominação masculina é paradoxalmente legitimada pelo sociólogo francês. A predileção de Bourdieu pelas três modalidades de capital – o econômico, o cultural e o social – é precisamente porque o capital erótico, conceito proposto por Hakim, apresenta um caráter subversivo, descentra as análises sociológicas dos valores e interesses masculinos, fazendo o percurso inverso das sociologias que negligenciam a figura da mulher e reiteram a hegemonia masculina presente na sociedade.

Pelo prisma de Hakim, o capital erótico caracteriza-se por seis ou sete elementos, a saber: beleza, atratividade sexual, capacidades sociais na interação, vivacidade, apresentação social de si, competência sexual e a fertilidade. O sétimo aspecto é especificamente feminino, o que não explica porque as mulheres têm, no geral, mais capital erótico se comparadas aos homens, sobretudo nas sociedades modernas em que a reprodução geralmente capitula um baixo valor (HAKIM, 2010).

Dentre os elementos, me deterei em apenas três deles. O terceiro aponta para o charme, a capacidade socialmente aprendida de se relacionar com as pessoas circundantes – fazê-las terem apreço por si, procurarem saber de você, se sentirem vibrantes ante a sua presença – e, quando for caso, ser sagaz em se insinuar para seus/suas possíveis pretendentes. A arte da conquista, do flerte, requer certo talento inicial, entretanto pode ser treinada e desenvolvida. Alguns

homens e mulheres são hábeis o suficiente para flertar de maneira discreta nos mais variados contextos, outros/as se desajeitam no primeiro mote perante a paquera. O quarto elemento refere-se a uma mescla de bom humor, aptidão física e energia social. A vivacidade se expressa nas habilidades de dança e práticas de desporto e corresponde ao que faltava aos camponeses do Béarn, na clássica etnografia de Bourdieu (2006).

A competência sexual, o sexto elemento, deriva da sexualidade em si mesma e seus atributos sucedâneos, o componente lúdico, a imaginação erótica, enfim, tudo o que favorece o prazer e a realização sexual do/a parceiro/a. Uma alta libido não necessariamente estipula uma excelente competência sexual, porém o sujeito com forte libido geralmente tem mais experiências eróticas, o que contribui para aumentar a sua competência. Em suma, se o capital erótico reflete uma combinação da atratividade física, sexual, estética e social, então é de se esperar que as mulheres tenham mais dele, *vis-à-vis* aos homens, uma vez que elas devotam mais tempo na apresentação pessoal, no desempenho da sexualidade e de gênero⁶. Contudo, Hakim sinaliza que embora haja certa pujança feminina na detenção do poder erótico, as leis, a religião cristã e até mesmo os/as cientistas sociais têm sido eficazes em desconsiderar essa vantagem (HAKIM, 2010).

Entretanto, talvez algo que o capital erótico de Hakim negligencie seja a própria existência para além do indivíduo, ou seja, como a composição das diversas espécies de capitais de um/a detentor/a influi na posição objetiva deste no espaço social, nos termos de Bourdieu. A autora, ao focar na posse particular de um tipo de capital, acaba por desconsiderar como as práticas sexuais dependem de estratégias que suplantam as propedêuticas individualizantes e se arrolam a outros imponderáveis, dentre os mais anódinos possíveis para a satisfação do desejo: o olhar vigilante dos/as presentes, a disputa por um/a mesmo/a pretendido/a, o sucesso ou não das técnicas de flerte empregadas, as condições de sociabilidade dos espaços etc.

Entre a ideia e o exercício: as sexualidades como fundamento teórico

⁶ Bourdieu (2006), surpreendentemente, chegou a um lampejo símile ao de Hakim. Ele notou que entre os camponeses, aqueles que tinham irmãs, que os auxiliavam na escolha das roupas, combinações de cores e peças e nos cortes de cabelo, dificilmente estavam solteiros, uma vez que suas irmãs influenciavam a apresentação pessoal deles na ocasião do baile. A taxa de celibato tendia a aumentar entre aqueles que não tinham irmãs na família.

e enquanto descrição empírica

O antropólogo Verlan Gaspar-Neto (2014) buscou descrever por meio de um estudo etnográfico os circuitos de pegação homoerótica em Juiz de Fora (MG). No Parque Museu Mariano Procópio, os homens direcionavam-se a pontos estratégicos de modo a indicar as suas intenções escusas. Olhar mais de uma vez para um mesmo homem e estar posicionado nas trilhas de acesso às clareiras da mata davam a entender as pretensões eróticas implicitamente explícitas pela ocasião e pelo cortejador. Além disso, havia uma regionalização das interações e práticas sexuais. Quanto mais expositivo fosse o contato físico, demandando mais tempo para sua realização, mais recôndito era o local onde ele ocorria no parque:

As localizações mais visíveis, como na entrada da rua D. Pedro II e nas trilhas principais, eram tomadas como espaços destinados às primeiras interações (cruzamento de olhares, emprego de gestos e técnicas de atração/despistes, conversas e toques iniciais – a paquera). Na clareira, assim como nas imediações medianas da pequena floresta, ou até mesmo em algumas outras trilhas, ocorriam o voyeurismo (e o exibicionismo), a masturbação e o sexo oral. O beco próximo ao muro da Avenida Brasil e a área mais próxima ao muro do quartel eram procurados para o sexo anal, e, em geral, os sujeitos se despiam por completo para sua execução. (GASPAR-NETO, 2014, p. 95-96).

De acordo com o autor, os diversos locais de pegação na cidade apresentavam lógicas próprias, e eram os lugares, mais do que a astúcia do paquerador, que ditavam a eficácia das técnicas de flerte, haja vista que cada local detinha uma condição de sociabilidade que lhe era peculiar. Quanto menor aquilo que Gaspar-Neto (2014) denominou de *coeficiente de anonimato*, maior era o uso de técnicas discursivas orais e menor era o emprego de técnicas corporais na paquera homoerótica. Porém, quanto maior fosse o anonimato do espaço, as interações eram mais fugazes e, com isso, os subterfúgios no flerte incidiam mais no corpo que ao nível da alocação. Um frequentador de banheiros públicos, por exemplo, podia escovar os dentes, amarrar os cadarços repetidamente enquanto aguardava a resposta do seu pretendido na cabine, mas ele poucas vezes trocava palavras com o homem que supostamente satisfazia

suas necessidades fisiológicas atrás da portinhola.

Na Sauna Salamandra, por outro lado, Gaspar-Neto observou que os clientes, frequentemente, eram conhecidos uns dos outros. Esse aparente círculo de amizade dos vezeiros dispensava o uso das artimanhas corporais, tal como nos sanitários públicos. O bate papo inicial dos sujeitos visava esperar o momento mais oportuno para o começo das relações sexuais, encontrar, assim, a hora e a vez para o início da orgia. As técnicas de flerte não eram empregadas de forma indiscriminada, mas se distinguiam e se articulavam a determinados espaços e certas situações eróticas, o que demonstra o quanto essas técnicas foram assimiladas socialmente. Saber como, onde e quando utilizá-las é próprio de um aprendizado, resultado ulterior de uma construção social da sexualidade. Gaspar-Neto se preocupou com o exercício da sexualidade em seu desenrolar em distintos contextos relacionais e lugares. Veja como ele, em certa medida, se distancia de certas filiações epistêmicas que estão na base das teorias de Weber (2015) e Giddens (1993), por exemplo, mais do que fundamentar teoricamente o fenômeno dessas sexualidades, Gaspar-Neto (2014) se concentrou em descrevê-las em sua minúcia e prática.

Nesse sentido, ao acompanharmos o movimento teórico dos autores que aventaram as primeiras elaborações para pensar o gênero e sexualidades na sociologia, pode-se observar a tendência de englobamento deste temário num campo de tensões teóricas mais ampla que ele mesmo, ou seja, tendo em conta o pendor fundacional das teorias aqui apresentadas, o que se vislumbra é um esforço de fazer o campo da sexualidade se enquadrar num escopo próprio e já repertoriado, por assim dizer, e não o contrário. Mais do que registrar como determinados sujeitos expressam em termos êmicos e manipulam o gênero e sexualidade dentro de uma dada trama de relações sociais, ancorada num tempo/lugar específico, importa a estes autores demonstrar como essas categorias fazem repercutir as predições de cada sistema teórico, uma vez que as adesões conceituais e epistêmicas são díspares entre eles/a, é de esperar que as sexualidades se tornem reféns das antelações de cada qual.

É por isso que entrevemos uma proliferação discursiva de nomes e conceituações: a esfera sexual de Weber, os prognósticos do relacionamento puro em Giddens, o gosto de Bourdieu pela psicanálise e a incorporação inconsciente do *habitus*, o capital erótico de Hakim e as suas proposições aquisitivas. Estariam eles – ou ela – falando de um mesmo fenômeno social? Eu tenho lá as minhas dúvidas, mas sem circunscrever um debate teórico amplo numa pergunta binária e simplista, fechando assim as possibilidades existenciais

no exercício da sexualidade, deixo aqui apenas ressoar algumas de minhas inquietações.

À leitora – ou leitor – que se aventurou nessas trilhas textuais até esse ponto, digo que compreender o que diziam Weber (2015), Giddens (1993), Bourdieu (2014) e Hakim (2010) sobre as questões da sexualidade, me ajudou ao que não fazer numa pesquisa empírica. No meu campo, as leituras prévias se abriam como nuvens projetivas que lançavam focos de luzes esparsos e desconexos com o que se passava terra abaixo. As trajetórias afetivossexuais dos/as estudantes intercambistas que acompanhei estavam um tanto além – e aquém – do que tais teorias anunciavam. Não é meu intento aqui comparar os influxos sociológicos com as minhas experiências etnográficas, o que constitui matéria para um outro artigo. Porém ressalto que ao colocar as sexualidades em perspectiva, pude apreender menos com suas afirmações substantivas e mais com seus [des]concertos teóricos, ao deslizar por estes interstícios estive, involuntariamente, cada vez mais próximo dos meus interlocutores de pesquisa.

Referências

- ARENT, M. Gênero e erotismo: uma etnografia de um clube de mulheres no Rio de Janeiro. 2007. 261 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BOURDIEU, P. O **camponês e o seu corpo**. *Revista de Sociologia e Política*, n. 26, p. 83-92, 2006.
- _____. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2014.
- _____. Esboço da teoria da prática. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/352755/mod_resource/content/1/Esbo%20de%20uma%20teoria%20da%20pr%C3%A1tica.pdf>. Acesso em: 8 out. 2015.
- BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- BRAZ, C. A. **À meia-luz**: uma etnografia imprópria em clubes de sexo masculinos. 2010a. 283 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- _____. Mas agora confessa: notas sobre clube de sexo masculino. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 127-156, 2010b.
- CAMARGO, W. X. **Circulando entre práticas esportivas e sexuais**: etnografia em competições esportivas mundiais LGBTs. 2012. 274 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- DUARTE, L. F. D. A sexualidade nas ciências sociais: leitura crítica das convenções. In: PISCITELLI, A. et al. (Org.). **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 39-80.

- FERREIRA, D. R. S. **Prazer com segurança?** As relações entre michês e polícia num ponto de prostituição do centro de Fortaleza. 2011. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- FERREIRA, C. B. C. **Desejos regulados:** grupos de ajuda mútua, éticas afetivo-sexuais e produção de saberes. 2012. 266 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1:** a vontade de saber. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. Tradução de Paula de Siqueira Lopes. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005.
- FREITAS, R. S. **Bordel, bordéis:** negociando identidades. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GASPAR-NETO, V. V. **Na pegação:** encontros homoeróticos masculinos em Juiz de Fora. Niterói: Ed. da UFF, 2014.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.
- _____. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- HAKIM, C. Erotic Capital. **European Sociological Review**, v. 26, n. 5, p. 499–518, 2010. Disponível em: < <http://www.catherinehakim.org/wp-content/uploads/2011/07/ESR-Erotic-Capital-Oct-2010.pdf>>. Acesso em: 20. out. 2017.
- JAMIESON, L.; WAJCMAN, J. Anthony Giddens e a intimidade: a estruturação esquecida. In: CHABAUD-RYCHTER, D. et al. **O gênero nas ciências sociais:** releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Ed. UnB, 2014, p. 119-133.
- JONES, D. **Sexualidades adolescentes:** amor, prazer y control en la Argentina contemporánea. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad - CICCUS; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010.
- LACOMBE, A. **Ler[se] nas entrelinhas:** sociabilidades e subjetividades entendidas, lésbicas e afins. 2010. 202 f. Tese (Doutorado) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MENDES, M. N. **“Os saberes fazeres da/na noite”:** cotidianos que envolvem o exercício da profissão do sexo. 2011. 79 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão.
- PARKER, R. G. **Corpos, prazeres e paixões:** a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed. Best Seller, 1991.
- PERLONGER, N. **O negócio do michê:** a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.
- PINHEIRO, A. L. L. **Trajetórias afetivas e sexuais entre jovens de periferia, Belo Horizonte.** 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

VARIKAS, E. Max Weber, a gaiola de aço e as senhoras. In: CHABAUD-RYCHTER, D. et al. **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Ed. UnB, 2014, p. 423-442.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1968.

_____. A esfera erótica. **Revista Pittacos**, 2015. Disponível em: <<http://revistapittacos.org/2015/10/17/a-esfera-erotica-max-weber/>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

Sexualities in perspective: sociological approaches and its theoretical [des]concerts

ABSTRACT

In this paper, along the lines of a bibliographical review, I try to synthesize some approaches for a sociology of sexuality. Thus I return to contributions ranging from Max Weber's sexual sphere to the concept of erotic capital in Catherine Hakim, through the Michel Foucault's history of sexuality, Anthony Giddens's study of the transformations of intimacy in modern times, and the theory of incorporation of the distinct habitus in Pierre Bourdieu. By putting the sexualities in perspective, I present the sociological reflections of each author on this topic and compare them. It is precisely in these theoretical [dis]concerts, in the slips, in the interstices of theories that I can situate the particularity of my research trajectory.

Keywords: Sexuality, Sociological theory, Bibliographic review.



Trilhas e meandros da luz na escuridão

Zeneide Pereira Cordeiro¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é mostrar a trajetória da primeira estudante de Pós-Graduação com deficiência da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Destacando o processo de construção e execução de uma metodologia de pesquisa acessível para pesquisadores com deficiência visual. Enfatiza várias estratégias de resistência que esta estudante criou para combater a ausência de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal no ambiente acadêmico. Este estudo tem, como principal objetivo apresentar uma proposta metodológica de pesquisa acessível para pessoas com deficiência e sem deficiência a partir da apreensão de conhecimentos empíricos e científicos. É uma proposta que pode ser utilizada com diversas perspectivas teóricas, métodos e recursos de pesquisa.

Palavras-Chave: Metodologia, Educação, Resistência.

Recebido em 29/07/2018

Aceito para publicação em 30/11/2019

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v1i23.27054>

Introdução

Nesse artigo, relato algumas trilhas da minha trajetória no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Destaco algumas das inúmeras estratégias que criei, a partir do “*senso prático como sentido de um jogo social que se adquire desde a infância participando de atividades sociais*” (BOURDIEU, 2004, p. 81) para que eu pudesse levar a termo minha dissertação em Políticas Públicas².

O processo inicial de elaboração da minha pesquisa se deu a partir de uma série de experimentações, construções e reconstruções de métodos, técnicas e recursos que possibilitassem a acessibilidade a instrumentos que se

¹ Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Professora da rede de ensino estadual do Maranhão. E-mail: w.zeneide@gmail.com.

² CORDEIRO, Zeneide Pereira. Os avá e o mundo dos karaiw. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UFMA, São Luís, 2019.

adequassem a minha condição de pessoa cega. Nesse processo, inseri conhecimentos que adquiri ao longo da minha vida, de modo empírico, os quais, utilizei primeiramente como formas para desenvolver minha autonomia, mobilidade e compreensão do mundo e em seguida para construir meu objeto de estudo.

Tomei como referência teórica e metodológica a concepção da objetivação participante desenvolvida por Bourdieu (1989). Afinal, havia decidido me debruçar sobre o povo Awá. Os Awá³ constituem o povo indígena de contato mais recente no Maranhão e, além daqueles grupos que já foram contatados, existem cerca de 08 grupos isolados⁴, com aproximadamente 110 pessoas. São falantes da *“língua Awá, afiliada ao grupo tupi-guarani”* (MONSERRAT 1994).

Para a realização da pesquisa bibliográfica e documental que subsidiaria minha dissertação, trabalhei com a perspectiva do que Cunha (2004, p. 291) denominou etnografia de arquivo. O principal recurso que utilizei foi minha audição e, por meio dela, elaborei mapas mentais com todas as fontes de pesquisa: livros, textos, cartas, mapas cartográficos, entrevistas, documentos oficiais, informações da mídia, músicas, filmes e vídeos. Interliguei informações que adquiri no decorrer da minha vida sobre meu objeto, com experiências pessoais e com conhecimentos que adquiri na academia.

Portanto, os conhecimentos teóricos e práticos, eruditos e científicos que acumulei no decorrer da minha história de vida foram essenciais para construção teórica metodológica da minha pesquisa.

Ver demais, cega também!

Ingressei no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão em março de 2017, com o objetivo de pesquisar as primeiras relações de contato que ocorreram entre os Awá e os brasileiros, no período de 1960 a 1990, no estado do Maranhão – Brasil.

As primeiras informações que adquiri sobre os Awá foram na minha

³ Os Awá são habitantes tradicionais das regiões próximas aos vales dos rios Turiaçu, Capim, Pindaré, Maracaçumé e Gurupi, nos estados do Pará e Maranhão, desde o século XIX. (GOMES, 1985).

⁴ Segundo definição da Funai (2018), povos indígenas isolados são aqueles povos indígenas que têm ausência de relações permanentes com a sociedade nacional ou com pouca frequência de interação, seja com não-índios, seja com outros povos indígenas.

infância, contadas principalmente, pelo meu avô e que remetiam para o fato de eu ser neta de uma Awá⁵.

Os Awá que já foram contatados⁶ habitam uma região conhecida como “*pré-Amazônia maranhense, na fronteira entre o Maranhão e o Pará*”, em três terras indígenas: Terra indígena Carú, Terra indígena Alto Turiaçu e Terra indígena Awá, todas demarcadas. (HERNANDO, et al., 2013, p. 25).

Antes de serem contatados, os Awá viviam exclusivamente como caçadores e coletores, “*deslocando-se em pequenos grupos de 08 a 30 pessoas. Espalharam-se pelo Maranhão Amazônico desde 1850, e a partir de 1960 foram contatados por não indígenas*” (GOMES, 2012, p. 227).

Quando ingressei no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, estava num processo de perda de visão agressivo e dolorido. Sentia fortes dores e inflamações nos olhos, enxaqueca, dores de ouvido e a minha mobilidade estava extremamente comprometida.

Diariamente, meu esposo me levava para assistir aula. Chegávamos cedo, para que ele pudesse me ensinar a conhecer e andar sozinha no prédio em que estudava. O objetivo disso, era melhorar minha mobilidade no curso e na universidade. Durante as aulas, minhas dificuldades eram imensas, não conseguia acompanhar as leituras e nem as discussões em sala. Os recursos que facilitavam meus estudos, que eu tinha em casa, eram insuficientes. Em razão disso, busquei outras estratégias. Primeiramente, pedi um vídeo ampliador⁷ na coordenação do curso, o que foi me concedido cerca de dois meses depois. Meu direito de uso desse equipamento era somente nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

Assim, eu tinha apenas um turno para usar o vídeo ampliador, porque,

⁵ A história que mais chamou minha atenção foi sobre um resgate de uma menina, supostamente Awá, que ocorreu mais ou menos, no final da década de 1940, logo que meu avô chegou ao Maranhão, vindo de Jati, um município do estado do Ceará. Algum tempo depois, essa menina se tornou sua esposa.

⁶ Segundo a Funai (2018) povo recém-contatado, são aqueles povos ou grupos indígenas que mantêm relações de contato permanente e/ou intermitente com segmentos da sociedade nacional e que, independentemente do tempo de contato, apresentam singularidades em sua relação com a sociedade nacional e seletividade, autonomia na incorporação de bens e serviços. São, portanto, grupos que mantêm fortalecidas suas formas de organização social e suas dinâmicas coletivas próprias, e que definem sua relação com o Estado e a sociedade nacional com alto grau de autonomia

⁷ Também chamado de lupa de mesa, é uma lupa que tem uma tela semelhante a de um computador de mesa e funciona ligada a energia. O vídeo ampliador aumenta a fonte até 1.000 vezes.

em outro turno eu estava em sala de aula. O resultado é que eu nunca conseguia fazer todas as leituras necessárias. Pedi aos professores e professoras que disponibilizassem a ementa da disciplina com antecedência, mas, muitos esqueciam e não me enviavam. Passei a pedir na coordenação mas, na maioria das vezes não me enviavam, ou enviavam um documento em formato de imagem⁸, no qual eu não conseguia ler. Comecei a gravar as aulas, mas, nessa época, a sensibilidade da minha audição prejudicava o entendimento de alguns sons, principalmente, da voz humana.

Percebi que todas as estratégias que havia criado para facilitar meus estudos e garantir minha permanência no curso fracassaram ao ponto de pensar que a única solução racional e viável seria o trancamento ou abandono. Porém, resisti buscando permanecer no curso. Tomei como referência a noção de estratégia desenvolvida por Bourdieu (2004) no sentido de que estratégia é um instrumento de ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente, sendo, portanto, um produto do sentido prático do jogo social, em que o bom jogador está inventando permanentemente para se adaptar a situações variadas e nunca idênticas.

No meu caso, percebi que seria necessário criar estratégias que me adequassem ao jogo social realizado na universidade. Estava explícito que eu era a figura “aversa” em relação aos agentes que estavam inseridos nesse jogo. Meu processo de produção científica era extremamente diferente dos deles. Além disso, existiam enormes barreiras físicas e emocionais pelo fato de eu não enxergar. O fato de procurar estratégias para me inserir nesse jogo, não significa que eu decidi seguir todas as regras ou participar das mesmas disputas que os demais participantes, pois, no meu caso, isto seria impossível, porque, “naturalmente”, eu já estava numa condição de extrema desigualdade de condição. Porém, procurei em alguns momentos fazer o jogo duplo, agindo de acordo com meus interesses ao mesmo tempo que mantinha as aparências de obediência às regras. Bourdieu (2004, p. 81) chama “jogo duplo”, a estratégia que permite produzir uma infinidade de lances possibilitados pelo jogo.

Nesse sentido, decidi falar sobre minhas limitações e sobre minha deficiência. No momento em que falava, algumas pessoas demonstravam compaixão e me auxiliavam principalmente, na mobilidade, só que este auxílio ocorria somente no momento em que havia terminado de falar das minhas

⁸ Eu nunca pude identificar imagens visualmente e os recursos, aplicativos leitores de tela que utilizo não leem imagem. É necessário que uma pessoa vidente descreva a imagem para que eu entenda.

limitações. Diariamente, ouvia falas e vivenciava atitudes que intensificavam minha exclusão no curso e na própria universidade.

Posteriormente, várias pessoas que estudaram comigo no mestrado me falaram que no decorrer do curso evitaram se aproximar de mim com medo de se tornarem minhas guias. Outras me relataram que não sabiam como falar comigo, porque tinham medo e pena de mim, imaginavam que no meu dia a dia eu dependeria totalmente de uma pessoa vidente, etc.

Percebo, nos dias de hoje, que muitas das pessoas que contribuíram para minha exclusão no mestrado a partir de crenças pré-construídas⁹ de modo preconceituoso, egoísta e discriminatório, continuam a pôr em prática as mesmas atitudes. Atitudes essas, que são reatualizadas com novas concepções expressas em frases como: “você é cega mais é inteligente”. “Você nem parece ter deficiência, tem certeza que é cega mesma”? “É incrível o que você faz, é claro que você é uma exceção”!

Frases desse tipo são corriqueiras no meu cotidiano e, a meu ver, mostram preconceitos construídos historicamente, os quais, as pessoas evitam tornar públicos de modo explícito, mas que sempre o fazem camuflados com expressões de dor e sentimentalismos exacerbados. São efetivados por meio de crenças pré-construídas que podem ocasionar atitudes de intolerância e violência física e simbólica¹⁰ com pessoas ou grupos de pessoas numa determinada sociedade.

Moreno (2005) afirma que a exclusão é um conceito que tenta definir teoricamente a realidade social que enfrentamos na prática do viver cotidiano e isto, supõe uma aceitação evidente de uma divisão entre dois setores muito distintos de uma sociedade.

No meu caso, a experiência de exclusão que vivenciei na pós-graduação não foi novidade alguma, pois, vivo situações semelhantes diariamente, desde a infância. Muitas ocorrem em decorrência de ser oriunda de uma região com precária situação econômica, pela falta de estrutura familiar, pela ausência de educação escola. Outras situações de exclusão que vivenciei ocorreram em razão do meu gênero, da cor e da minha deficiência.

Portanto, desde minha infância percebo que sempre vivi num mundo social dividido. Mesmo quando participo de um determinado grupo, como por exemplo, uma turma de pós-graduação numa universidade federal. “*A exclusão*

⁹ No sentido proposto por Bourdieu (1989).

¹⁰ No sentido proposto por Bourdieu (2007).

por si mesma não pressupõe necessariamente desigualdade, mas somente quando, como em nosso caso, a exclusão se exerce sobre condições de vida humana” (MORENO, 2005, p. 96).

Em razão de inúmeras atitudes de exclusão, expressas sobretudo pela ausência de acessibilidade atitudinal e comunicacional¹¹, estudei dois semestres isolada socialmente e sem acesso a maior parte dos conteúdos trabalhados em sala de aula. A maioria das referências não estavam disponíveis em formato acessível. Os slides, filmes e vídeos quando eram projetados em sala não tinham audiodescrição.

Durante uma dessas aulas sem nenhuma acessibilidade atitudinal, comunicacional e social, na qual eu era simplesmente invisível aos olhos dos que enxergam, falei em tom irônico e enfático: “só resistindo como uma mulher cega” para sobreviver aqui! Percebi que esta frase “chocou” algumas pessoas e, principalmente, a professora. Após esse episódio passei falar com mais frequência. No segundo semestre de 2018, quase às vésperas das eleições presidenciais, quando estavam sendo organizadas diversas mobilizações políticas e sociais em São Luís, fiz duas camisetas com a frase: resista como uma mulher cega! Passei vestir na universidade, durante diversas mobilizações, apresentações de trabalhos e eventos dos quais participei nessa época.

Resista como uma mulher cega

Nas vésperas do dia do índio do ano de 2018, perdi meu resquício visual e fiquei cega total. Com isso, precisei criar novas formas de reorganização em âmbito familiar, social e acadêmico, de modo que eu pudesse continuar executando minhas atividades no mestrado.

A cegueira me obrigou a aprender, a ver e a viver no mundo de uma forma diferente. Tudo o que havia aprendido antes desse momento, passou a não ter valor algum. No meu novo mundo não havia vida, formas, cores e movimento. Existia apenas um som estridente que me fazia pensar que estava no vácuo, perdida. Em razão disso, necessitei fazer reabilitação para reaprender coisas simples do dia a dia como: andar, comer, falar, vestir e ser alfabetizada novamente. Passei a frequentar a escola de cegos do Maranhão e, na minha convivência com pessoas cegas e com outros tipos de deficiência, aprendi rapidamente andar com bengala, a falar localizando pessoas pela voz, a ter noção

¹¹ Vivenciei todos os tipos de ausência de acessibilidade na de pós-graduação mas, as que mais me prejudicaram foram a ausência de acessibilidade atitudinal e comunicacional.

espacial e andar com acompanhante. Mas, o que “revolucionou” minha vida foi quando conheci uma infinidade de aplicativos que pessoas cegas podem utilizar para ler, escrever, pesquisar, utilizar redes sociais, auxiliar na mobilidade, reconhecer cores, formas e localizações.

Primeiramente, aprendi a usar o celular com o leitor de tela. Através desse recurso, pesquisei na internet técnicas de leitura e escrita de trabalhos acadêmicos para pessoas cegas e encontrei muitas informações que me facilitaram a utilizar leitores de telas no computador. Instalei diversos aplicativos no meu celular e no meu computador e, em poucas semanas havia aprendido a digitar e ler cerca de dez vezes mais rápido do que quando tinha baixa visão.

Paradoxalmente, quando fiquei cega total, em alguns momentos as inúmeras situações de exclusão que vivenciei se intensificaram, ao mesmo tempo em que consegui criar diversas estratégias de resistência ¹²para fugir da exclusão social na sala de aula e vencer o isolamento social.

Nesse período, numa disciplina foi decidido que o trabalho de conclusão seria um seminário, que deveria ser apresentado em equipe de pelo menos duas pessoas. No momento em que ocorreu a organização dos grupos, não me esforcei para integrar nenhum, devido a uma situação extremamente desagradável que havia vivenciado em outra disciplina, na qual, ouvi algumas estudantes falando que temiam ficar comigo na mesma equipe porque, minha participação poderia prejudicar a nota de todas.

Decidi então pesquisar as referências, para que eu tivesse tempo de pedir auxílio, caso não encontrasse em formato acessível. O objetivo principal era eu encontrar referência acessível para estudar e apresentar um seminário sozinha. Um dia, uma estudante do doutorado falou-me que estava sem equipe e respondi que também estava, mas que iria fazer meu trabalho sozinha. Imediatamente, ela falou: “pois, iremos fazer o seminário juntas”. Depois que apresentamos o seminário ela me convidou para tomar um café.

Na semana seguinte, passei a ser “percebida” por alguns colegas. Alguns deles, motivados por não ficarem na fila do restaurante universitário se

¹² Nesse período criei uma espécie de campanha com o título: Resista como uma mulher cega! Com o objetivo de criar e divulgar questões relacionadas a invisibilidade da mulher cega no meio acadêmico, questões de gênero e direitos humanos. Atualmente, criei um site com o mesmo nome da campanha, nele público textos sobre diferentes temas: povos indígenas, democracia, política, gênero, etc. Disponível em: <https://resistacomoumamulhercega.home.blog/category/sobre-nos/>

estivessem em minha companhia, convidaram-me para almoçar. Outras pessoas, também visando agilizar o atendimento, pediam para eu pegar livros emprestados na biblioteca. Recebi outras demandas desse tipo e acatei-as, numa estratégia de estabelecer uma relação de trocas. Paguei contas e comprei ingressos, ações que me possibilitaram companhias para além da universidade.

Em razão dessas minhas “gentilezas”, em poucos meses acumulei um grupo considerável de pessoas ao meu lado, que por vezes me auxiliavam na mobilidade, nas leituras dos textos. Além disso, scaneavam textos para mim, faziam audiodescrição de imagens e vídeos e ajudavam-me a assinar meu nome nas cadernetas de frequência, conduzindo minha mão ao local exato onde deveria firmar minha assinatura. Com isso, meu esposo passou somente a me levar e buscar na universidade, deixando de me acompanhar diariamente, do início ao fim das aulas, como fazia anteriormente, quando ingressei no curso.

No terceiro semestre do curso já estava reabilitada, embora, tivesse dificuldades de locomoção. Nesse período, fiquei mais próxima do meu esposo e da minha orientadora. Essas relações me proporcionaram segurança emocional para que eu pudesse retornar para as aulas e dar continuidade a minha pesquisa. Tornou-se frequente no meu dia a dia responder inúmeras perguntas, que nem sempre eram gentis, de pessoas na universidade e na sociedade em geral sobre minha vida acadêmica e pessoal. Recebi diversos convites para participar de mesas redondas, palestras e ventos na universidade escolas, movimentos sociais, associações de bairro, partidos políticos, instituições públicas e privadas para falar sobre a minha história de vida e sobre minha pesquisa.

Nesse momento, concentrei-me, principalmente, nas atividades do curso e na elaboração da minha dissertação e, também, em questões relacionadas a minha “nova condição”. Em alguns momentos, pensei que deixar de ter baixa visão e ser cega total, foi como se eu estivesse ganhado “super-poderes”, porque passei a decorar informações como citações e referências muito rapidamente, passei ouvir e reconhecer sons a longas distâncias, o que facilitou minha mobilidade e compreensão de espaços, passei a ler e escrever mais rápido. Deixei de perceber situações de exclusão que ocorriam comigo porque meu foco era outro.

Metodologia cega

Como afirmei anteriormente, quando fiquei cega direcionei meu foco para poucas coisas. A primeira delas foi aprender tarefas manuais cotidianas

(cozinhar, cuidar de uma horta, etc.), a segunda foi elaborar minha dissertação.

Dediquei-me em pesquisar formas que facilitassem a escrita da minha pesquisa, mas não encontrei nenhuma referência que indicasse técnicas ou metodologias de pesquisa específicas para serem utilizadas por pesquisadores cegos. Enfrentei um dilema, sobre como fazer minha dissertação sem perder o rigor científico e ao mesmo tempo sem ter condições práticas totalmente acessíveis de leitura e escrita. Os leitores de tela não reconhecem imagens, alguns formatos de documentos, gráficos, palavras e, além disso, tinha muitas dificuldades para formatar um documento, inserir citações, notas, referências, tabelas, corrigir palavras e localizar algum conteúdo no texto. Com isso, percebi que necessitava encontrar minha própria forma de leitura e escrita.

Lembrei-me que fui alfabetizada de forma oral¹³ através de meus familiares. Foi somente, depois de alguns anos que ingressei numa escola multiseriada em Maranhãozinho¹⁴. Nessa época, em razão da minha pouca visão, não conseguia relacionar os sons das palavras com sua forma escrita, por isso, demorei aprender a escrever. Foram essas lembranças e experiências que acumulei ao longo da minha vida, que facilitaram meu processo de alfabetização e conhecimento do mundo, que tomei como a principal referência para desenvolver uma metodologia que facilitasse a realização da minha pesquisa.

Utilizei na minha metodologia uma série de conhecimentos que tive que adquirir logo que me tornei uma pessoa cega, como me localizar nos espaços e melhorar minha mobilidade como a memorização de inúmeros sons, formas, espaços, gostos, cheiros e sensações. Na medida em que inseria esses meus conhecimentos, busquei experimentar inúmeros recursos de acessibilidade específicos para pessoas cegas, principalmente aplicativos leitores de tela e gravadores de som. Esses recursos, além de facilitarem meu trabalho me proporcionaram maior autonomia¹⁵ e segurança no dia a dia.

No decorrer da minha pesquisa, e desde o processo de construção do objeto, estive em constante processo de *“construção e reconstrução”*¹⁶

¹³ Minha alfabetização ocorreu nos momentos de descanso e nas horas de almoço do trabalho dos meus familiares na roça ou nos currais nos finais de tarde, quando nós buscávamos estreme para a plantação. Meus primeiros lápis foram gravetos e galhos finos de árvores e meus primeiros cadernos, por muito tempo, foi apenas o chão.

¹⁴ Município do Maranhão localizado próximo do rio Maracaçumé.

¹⁵ Compreendo a autonomia de pessoas cegas como uma série de características que cada uma desenvolve historicamente a partir da sua interação social e o com o meio ambiente.

¹⁶ Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999, p. 25) afirmam que “a investigação nunca se reduz a uma simples leitura do real, por mais desconcertante que seja, já que pressupõe sempre a ruptura com ele mesmo e com as configurações que ele propõe a percepção”.

(BOURDIEU, CHAMBOREDON, 1999, p. 25) de técnicas e utilização de recursos. Relacionei categorias teóricas com memórias e experiências que vivenciei na infância, sobre a história do povo Awá¹⁷.

Tomei como referência teórica e metodológica a concepção da objetivização participante desenvolvida por Bourdieu (1989, p. 51) no sentido de requerer uma ruptura das aderências e das adesões mais profundas e mais inconscientes, justamente aquelas que, muitas vezes, constituem o interesse do pesquisador no próprio objeto de estudo, tudo aquilo que ele menos pretende conhecer na sua relação com objeto é o que ele procura conhecer.

Para a realização da pesquisa bibliográfica e documental trabalhei com a perspectiva do que Cunha (2004, p. 291) denominou etnografia de arquivo, uma *“modalidade de investigação antropológica que toma determinados conjuntos documentais, mais especificamente as coleções e os arquivos pessoais [...] Para uma compreensão crítica acerca das formas de produzir histórias”*.

Para trabalhar com fontes audiovisuais, utilizei um assistente de voz e um leitor de tela no celular. Quando eu estava assistindo a um filme ou vídeo, aproximava o celular do assistente de voz e o áudio era convertido em texto. Em seguida, bastava somente salvar no Drive ou no E-mail.

O principal recurso que utilizei foi minha audição e por meio dela, elaborei mapas mentais com todas as fontes de pesquisa: livros, textos, cartas, mapas cartográficos, entrevistas, documentos oficiais, informações da mídia, músicas, filmes e vídeos. Interliguei informações que adquiri no decorrer da minha vida sobre meu objeto, com experiências pessoais e com conhecimentos que adquiri na academia. Decorei citações, frases e categorias. Fiz muitas notas e gravei muitos áudios sobre a estrutura dos capítulos.

Para a realização da escrita utilizei um computador e um celular, com vários aplicativos leitores de tela¹⁸ e gravadores de voz. Utilizei principalmente, o leitor de tela NVDA para digitar e formatar textos no Word. O maior problema que enfrentei durante a digitação, quando utilizava este aplicativo, foi com a

¹⁷ Essa atitude, se deu sobretudo, em razão da minha condição e identidade de mulher cega, que me obrigou a vivenciar um processo contínuo em busca de recursos que facilitassem minha leitura, escrita e interpretação de informações.

¹⁸ Utilizei o NVD para leitura e escrita em documentos no formato Word e PDF, usei também, o Dosvox para leitura em PDF e o narrador do Windows 10 para leitura e pesquisa na internet.

correção gramatical e com a leitura de tabelas¹⁹.

Pelo fato de não enxergar, a correção de uma simples palavra, podia levar muitas horas, sem contar que, muitas vezes, o leitor trava, reinicia, o documento fecha e no pior das situações, uma página ou o documento inteiro é perdido.

O NVDA não reconhece alguns formatos de documentos e sites de pesquisa. Por isso, utilizei o narrador do Windows 10 para realizar pesquisas na internet, ler jornais, livros e textos online.

Para amenizar problemas de digitação e correção gramatical, utilizei meu celular com o leitor de tela Talk Back e o assistente de voz do Google para escrever. O processo ocorreu da seguinte maneira: por meio do Talk Back, abria um novo documento no Word e em seguida o assistente de voz, no momento em que estava ouvindo a leitura de um documento no computador, eu falava/ repetia para o assistente de voz citações curtas, frases, explicações e categorias e imediatamente meu áudio era convertido em texto. Depois, restava somente salvar o documento no Drive e baixar no computador para utilizar quando precisasse na pesquisa. Esse recurso, possibilita a escrita de uma palavra na maneira em que é falada, mas, não garante que a escrita seja feita corretamente. Assim, é sempre necessário que seja feita uma correção por pessoas que enxergam.

Utilizei o Dosvox para ler documentos em PDF, embora, tenha sido com menos frequência. Meu uso desse recurso ocorreu no momento da organização de pastas de documentos que utilizaria durante a escrita da dissertação no meu computador e num HD externo. Fiz notas e fichamentos de todos os autores que estudei e organizei as informações em pastas separadas. Por exemplo, uma pasta de documentos de Pierre Bourdieu, outra de João Pacheco de Oliveira, outra de Elizabeth Coelho, etc.

Em todos os momentos da elaboração da minha pesquisa, utilizei estes recursos simultaneamente. No que se refere a pesquisa empírica, fiz uma entrevista pessoal e duas entrevistas por meio de redes sociais e um gravador de voz.

A entrevista pessoal ocorreu com Sidney Possuelo²⁰, como uma estratégia de buscar mais uma versão sobre o contato realizado com os Awá.

¹⁹ Este aplicativo permite fazer e ler tabela, mas quando estava fazendo a dissertação eu ainda não sabia utilizar este recurso. Por isso, tive muita dificuldade.

²⁰ Possuelo atualmente, é sertanista aposentado da Funai, e liderou a equipe de atração para contatar o segundo grupo Awá, na Terra indígena Alto Turiaçu.

Desta feita, pude obter uma versão de alguém que havia sido parte do processo, que falava do lugar de quem tinha autoridade para fazer a atração de índios isolados, conferida pela Funai. A entrevista com Possuelo girou em torno do seu primeiro contato com os Awá, que teria ocorrido no local que hoje está localizado o posto indígena Juriti. Fiz essa entrevista junto com minha orientadora, a antropóloga Elizabeth Coelho e com a antropóloga Josy Silva.

No decorrer da sua fala direcionei meu foco para o modo como Possuelo narrava sua experiência de contato, dedicando minha atenção ao seu tom de voz, com o objetivo de perceber em quais situações ele demonstrava mais emoção e insatisfação, a sua opinião a respeito dos contatos com os Awá, o que pensava e o que pensa sobre a política indigenista brasileira. A apreensão desses elementos foi importante para compreender o que ele dizia para, enfim, construir meus próprios significados e pontos de vista. Em determinados momentos da entrevista, percebi que Possuelo detalhava alguns fatos ocorridos, o que me causou a impressão, de que ele estava revivendo emoções que há muito tempo não vivia, como o encontro de Karapiru com seu filho, que ocorreu na sua casa²¹. A entrevista de Possuelo foi gravada e recebi auxílio da Elizabeth Coelho para transcrição das informações que utilizei na minha pesquisa.

Entender a forma como são ditas as informações é de extrema importância para mim, porque facilita minha compreensão sobre um determinado tema de modo mais amplo. Assim, quando estivesse ouvindo a gravação da entrevista de Possuelo, lembraria de detalhes que podiam não estar explícitos no áudio.

Busquei informações sobre o contato da minha família com os Awá que provavelmente, teria ocorrido no final da década de 1940, próximo da cabeceira do rio Maracaçumé no Maranhão. A senhora Bárbara, que foi minha mãe de criação durante alguns anos, tornou-se minha grande interlocutora. Ela tinha um lote de terra “nas Vinte”, próximo do local de onde meu avô morava quando supostamente, encontrou minha avó na mata. Também obtive relatos da minha tia Ana, que morou em Maranhãozinho até 1990 e que, também, tinha lotes de terra “nas Vinte”²².

²¹ *Karapiru*, um Awá dado como desaparecido, foi resgatado por Possuelo, quando vivia em um povoado na Bahia, após fugir da perseguição dos invasores das terras Awá.

²² Entrevistei somente dona Barbara e tia Ana porque quando iniciei, os primeiros passos para a elaboração desse estudo, a maioria das pessoas que me haviam relatado histórias de contato com

Minha entrevista com Barbara e com a tia Ana ocorreram de modo semelhante. Primeiramente, solicitei por meio de conversas por telefone que me contassem as lembranças que tinham das suas experiências ou histórias que tinham vivenciado ou escutado sobre os Awá e outros indígenas.

Inicialmente, percebi que elas contavam a mesma história em diversas formas e as vezes, não lembravam do que tinham dito e diziam que tal coisa não teria existido. Descobri que as variações em suas informações decorriam muito em razão do momento emocional em que elas estavam no momento em que conversávamos. Assim, numa ocasião narravam uma história em tom de saudosismo e em outro momento em tom de revolta. Decidi sugerir a elas que quando tivessem tempo ou quando se lembrassem de algo referente a minha pesquisa, me enviassem um áudio ou uma mensagem escrita, no dia e horário que quisessem.

O resultado dessa estratégia de pesquisa foi excelente. Quando as lembranças lhes ocorriam, enviavam-me o áudio com muito entusiasmo. Descreviam locais, pessoas e objetos, que quase sempre vinham acompanhadas de termos como você não lembra disso? Você sempre ia nesse lugar com teu avô, ou então, tu lembras de dona Mundica? Aquela? Recebi muitos áudios e mensagens, alguns não se referiam ao meu objeto de pesquisa, mas, a minha própria vida quando morava nas Vinte e em Maranhãozinho.

Através dos áudios compreendi os relatos e a forma de como os relatos eram feitos. Através de suas vozes, compreendia em uma única mensagem, muitos e diferentes significados. Pude ouvi-los, inúmeras vezes, sem perder nenhuma informação, inclusive, aquelas que não são ditas, mas que são expressas na entonação da voz e nas emoções, algo que não seria possível por meio de ligações telefônicas e nem mesmo numa entrevista pessoal. Havia percebido anteriormente que neste caso, o conteúdo e a “essência” da mensagem mudam de acordo com emoções e situações em que a pessoa se encontra.

Por diversas razões (tempo escasso, limitações da deficiência visual e financeiras) não fiz pesquisa de campo diretamente com os Awá e nem com moradores que participaram de levadas migratórias para o território desse povo.

Com base, nas falas da dona Barbara e da tia Ana, compreendi questões relacionadas a localização geográfica, características físicas, sociais e territoriais dos Awá e dos moradores próximos do território de mobilidade do

os Awá ou com outros índios que habitavam regiões próximas do rio Maracaçumé e da Reserva Florestal do Gurupi, haviam falecido.

povo Awá. Obtive uma versão de como seriam as relações de contato desse povo com os imigrantes que chegaram nas regiões próximas do rio Maracaçumé e da Reserva Florestal do Gurupi, motivados por projetos de colonização estatal e pela extração de madeira ilegal. Esses relatos facilitaram a minha compreensão acerca das ações da Fundação Nacional do Índio – Funai, descritas em relatórios antropológicos que foram elaborados pelo antropólogo Mércio Gomes e pela antropóloga Elizabeth Coelho, sobre o contato com os Awá.

No decorrer das minhas conversas com a Barbara e com a tia Ana, sempre ouvia expressões como, “coitadinhos”, “bichinhos” e “gente inocente, sem maldade nenhuma”. Estas expressões muitas vezes eram seguidas de um acontecimento em que os Awá se encontravam ameaçados de violência, morte e sequestros de crianças. Em relação aos sequestros de crianças, elas me afirmaram que não eram sequestros, mas sim, um resgate, um salvamento. Afirmavam, em tom de questionamento: que futuro uma criança poderia ter perdida na mata, correndo o risco de bicho comer ou até mesmo da mãe d’água levar? Esta era vista como uma solução benéfica. Muitos moradores de povoados próximos das áreas de mobilidade dos Awá, organizavam armadilhas para “resgatar” ou “salvar” crianças Awá. Isto para eles, era uma atitude de generosidade, porque estavam evitando que uma criança crescesse no meio do mato, sem-terra e sem família.

Minha preocupação foi mostrar dados coerentes nesses relatos que caracterizam o contexto em que ocorreram. Pude identificar como os primeiros contatos entre os Awá e os brasileiros se deram e as relações entre os Awá e os moradores de povoados construídos em territórios tradicionais desse povo. Esse processo não foi fácil, porque precisei relativizar conhecimentos do “*sensu comum: um mundo de evidências partilhados por todos e que garante nos limites de um universo social, um consenso primordial sobre o sentido do mundo, um conjunto de lugares comuns*” (BOURDIEU, 2007, p. 118), para construir um conhecimento científico, coerente.

Os relatos de dona Barbara e da tia Ana foram para mim fontes de informação e conhecimento a partir das suas experiências de vida, nas quais eu estava inserida em diversos momentos. Assim, levei em consideração, aspectos culturais, sociais e místicos.

Em diversos momentos da elaboração da pesquisa revivi emoções, sensações, medos, histórias e curiosidades da minha infância, que provocavam lembranças de informações sobre os Awá, as quais, tinha escutado pela voz dos meus familiares, principalmente, dos causos contados pelo meu avô sobre

“índios”, encantados, alma penada e a natureza. Cheguei até ficar com os pelos eriçados ao lembrar do medo que tinha de ser pega pela mãe’ d’água. Em alguns momentos, sentia-me em baixo das mangueiras ouvindo o som das folhas balançadas pelo vento, ouvia as gaitadas²³ demoradas, minhas e dos meus irmãos, enquanto corríamos nos caminhos estreitos e lameados das Vinte, o revoar das curicas, o canto dos periquitos no beiral do nosso alpendre, o cheiro das ervas usadas pela minha avó durante a preparação de banhos. Sentia a energia de muitos e muitos benzimentos que recebi, o cheiro da minha rede, do arroz pilado, do cusuz feito no prato, dos sucos de murici...

Essas minhas experiências me aproximaram do meu objeto de estudo. O momento da escrita da dissertação foi como se eu estivesse conectada com o mundo espiritual, no qual minhas mãos passaram a ser guiadas por seres celestes e, minha ausência de visão não teve mais importância. Meu passado e o meu presente se encontraram e os conhecimentos que adquiri a partir de crenças, misticismo, relações sociais e com a natureza desde minha infância, foram o ponto de partida para compreender conhecimentos científicos pautados em teorias e técnicas metodológicas.

Quando estava realizando a pesquisa os Awá e o mundo dos Karaiw compreendi minha deficiência visual como um elemento definidor da minha identidade. Essa compreensão foi essencial para meus posicionamentos políticos, sociais e intelectuais na universidade. Definiu e traçou o percurso da minha investigação científica e do meu “lugar de fala” no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas- PPGPP

Porém, recentemente passei a perceber que minha vida foi e é direcionada por uma série de elementos e a minha deficiência é apenas um deles. Além, disso, entendo que minha deficiência não é a única responsável por definir minha vida e, portanto, minha identidade, embora, socialmente, seja minha deficiência um elemento de destaque, pelo qual me identifico, individualmente.

O papel da minha orientadora foi indispensável nesse momento, pois, além das orientações para organização e elaboração do material da pesquisa, pude contar com seu auxílio na acessibilidade e na busca de recursos. Em diversos momentos ela leu e transcreveu documentos e áudios para que eu pudesse utilizar as informações. Além do seu auxílio, pude contar também, com o de inúmeras pessoas, como meu esposo, que leram textos e foram minhas

²³ Sorrisos, risadas.

guias, diariamente.

Assim, a elaboração da minha dissertação se deu a partir de uma metodologia construída a partir de fundamentos teóricos metodológicos, mas, sobretudo, a partir de experiências e conhecimentos que adquiri enquanto pessoa cega. Considero este processo como uma metodologia cega, por ser possível com o uso de recursos e estratégias desenvolvidas e utilizadas por pessoas cegas no seu cotidiano. Neste processo, o visível não tem lugar, os pensamentos, ideias, crenças, conceitos, práticas e estereótipos pré-construídos e historicamente definidos são postos em questão continuamente. É necessário constante experimentação e uma invenção permanente que se adeque a condição do agente que pesquisa para só assim, realizar a pesquisa.

Em todas as fases da minha pesquisa estive em constante experimentação de recursos, construção e reconstrução de informações, descobertas de habilidades que favoreciam minha autonomia física e intelectual.

A elaboração de toda minha pesquisa ocorreu simultaneamente, isto é, não fiz por partes ou capítulos. Depois que todo o conteúdo foi escrito, organizei com o auxílio da minha orientadora as partes, elementos pré-textuais, pós-textuais. Na minha cegueira, pude tornar visíveis fragmentos dos contatos dos Awá com os brasileiros.

Considerações Finais

Meu objetivo nesse artigo foi relatar experiências que vivenciei e mostrar algumas “estratégias de resistência que criei para permanecer e concluir o curso de mestrado em Políticas Públicas, após ter perdido a visão.

Meu processo metodológico, bem como a construção do objeto de pesquisa, ocorreu a partir da compreensão de pontos de vista diversos, incluindo, minhas experiências e compreensão empírica, enquanto pessoa com deficiência visual, as quais, foram construídas socialmente e historicamente por meio de histórias repletas de fantasia, crenças e misticismo, que conduziram e conduzem minha vida nos dias de hoje. Em todas as fases da pesquisa estive em constante processo de construção e reconstrução de técnicas, recursos, fontes, categorias e perspectivas teóricas.

Espero que a maneira que encontrei para realizar minha pesquisa possa contribuir para que diversos pesquisadores em específico, pessoas cegas, possam construir as trilhas de conhecimento nos meandros da escuridão. Acredito que, muitos dos recursos que utilizamos para facilitar a nossas

atividades do dia a dia podem ser empregados como recursos de pesquisa científica.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. **Coisas ditas**. São Paulo. Brasiliense, 2004.
- _____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro. Bertrand, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Covilhã, Lusofia, 2009.
- CORDEIRO, Zeneide Pereira. **Os awá e o mundo dos karaiw**. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UFMA, São Luís, 2019.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo**. MANA 10(2):287-322, 2004.
- GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Contexto, 2012.
- HERNANDO, Almudena et al. História recente e situação atual dos Awá-Guajá. In. HERNANDO, Almudena; COELHO, M. E. B. (Org.). **Estudos sobre os Awá caçadores-coletores em transição**. EDUFMA. São Luís, 2013.
- MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. **Línguas indígenas no Brasil contemporâneo**. In: GRUPIONE, Luís Donisete Benzi (org.). **Índios no Brasil**. Brasília, ministério da Educação e Desporto, 1994.
- MORENO, Alejandro. **Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. MANA 4(1):47-77, 1998.

Tracks and meanders in the darkness

ABSTRACT

The purpose of this article is to show the trajectory of the first postgraduate student with disabilities at the Federal University of Maranhão - UFMA. Highlighting the process of building and implementing a research methodology that is accessible to visually impaired researchers. It emphasizes various resistance strategies that this student created to combat the absence of architectural, communicational and attitudinal accessibility in the academic environment. This study aims to present a methodological research proposal accessible to people with disabilities and without disabilities from the apprehension of empirical and scientific knowledge. It is a proposal that can be used with various theoretical perspectives, methods and research resources.

Keywords: Methodology, Education, Resistance.